

EDNA LOPES MIRANDA

**PROTAGONISMO, PARTICIPAÇÃO E PROJETOS DE VIDA:
MOVIMENTO DOS JOVENS AGROECOLÓGICOS NO
MUNÍCIO DE ARAPONGA-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2014**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

M672p
2014

Miranda, Edna Lopes, 1982-
Protagonismo, participação e projetos de vida : movimento
dos jovens agroecológicos no município de Araponga-MG /
Edna Lopes Miranda. – Viçosa, MG, 2014.
xviii, 135f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Maria das Dôres Saraiva de Loreto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Movimentos sociais. 2. Jovens - Atividades políticas.
3. Juventude rural. 4. Protagonismo. 5. Participação.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia
Doméstica. Programa de Pós-graduação em Economia
Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 322.44

EDNA LOPES MIRANDA

**PROTAGONISMO, PARTICIPAÇÃO E PROJETOS DE VIDA:
MOVIMENTO DOS JOVENS AGROECOLÓGICOS NO
MUNICÍPIO DE ARAPONGA-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 26 de março de 2014.

France Maria Gontijo Coelho

Lílian Perdigão Caixêta Reis

Everton Lazzaretti Picolotto
(Coorientador)

Maria das Dores Saraiva de Loreto
(Orientadora)

Dedico este trabalho à minha família, em especial à minha querida filha Letícia Lara, exemplos de companheirismo, incentivo, paciência. Vocês foram meus guias nas mais difíceis trilhas desta dissertação – Ofereço-lhes esta vitória!

SONETO DE JUVENTUDE

Dessa juventude serei vivente,
A alma eterna da vida, a minha prece,
Que de sonho e conquistas enriquece,
O ontem, o hoje, o amanhã e eternamente.
Quero vivê-la sempre intensamente,
Nos momentos de glória envaidece,
Na inquietação que a vida oferece,
No rosto que traz um sorriso ausente.
Se na rebeldia do inconsciente,
Encontra-se o desejo que estremece,
Amar, lutar, vencer, poder ser gente,
Ser um jovem que luta e não esmorece,
E mesmo que na ânsia se faz carente,
De viver o sonho nunca se esquece.

(Dairi José Antônio Duarte)

AGRADECIMENTOS

A Deus, razão da minha existência, por tudo que providenciou para o bem.

À minha filha, luz da minha vida, companheira de todas as horas, por estar sempre presente em minha vida me dando forças para chegar cada vez mais longe.

À minha mãe Olívia e ao meu pai Vicente, pela dedicação, pelos ensinamentos e pelas lições que me foram transmitidos, pela confiança e pelo amor eterno. Vocês são o meu orgulho!

Às minhas irmãs Élide e Ednéia, pelo carinho e pela atenção que sempre tiveram para comigo, torcendo e acompanhando a minha caminhada.

À minha orientadora Professora Dorinha, pela amizade, confiança e generosa e humana condução do processo de desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu coorientador Everton Lazzaretti Picolotto, por estar sempre disposto a contribuir, apesar da distância.

Aos meus colegas do Mestrado, por terem dividido comigo horas de alegria, preocupação e vitórias.

Aos funcionários do DED, especialmente a Aloísia, Roberto, Jamagle, Ednéia Efigênia (Fifi) e Lena, por terem sempre me atendido com muita atenção e carinho.

À minhas amigas Janaína e Patrícia, por terem participado deste momento, compartilhando ideias e experiências, o que muito contribuiu para a construção desta pesquisa.

Aos meus amigos que construí em Araponga, aos jovens das comunidades de São Joaquim, Praia d'Anta e Salazar e aos funcionários do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Araçuaia, em especial à Ermelinda, por terem-me recebido e aberto as portas de suas casas, para que suas experiências de produção e de vida pudessem ser estudadas.

Aos demais professores do Departamento de Economia Doméstica (DED) da UFV, pelos ensinamentos.

Ao CNPq, pelo financiamento da bolsa.

À UFV, pela oportunidade que me deu de realizar a graduação e o mestrado com excelência.

Enfim, a todos que, de forma direta ou indireta, se tornaram meus incentivadores e participaram de algum modo desta caminhada – a cada um expresso a minha gratidão, o respeito e esta vitória.

BIOGRAFIA

EDNA LOPES MIRANDA, filha de Vicente Miranda Sales e Olívia Lopes Valente Miranda, nasceu no dia 4 de agosto de 1982, em Viçosa, Minas Gerais.

Cursou o ensino fundamental e o médio na Escola Estadual Manuel Firmino Lopes Valente e na Escola Estadual Maria Aparecida David, respectivamente, em Canaã, MG.

Em 2007, iniciou o Curso de Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), concluindo-o em janeiro de 2012.

Durante a graduação, foi bolsista por dois anos do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Em março de 2012, ingressou no Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Doméstica da UFV, na linha de pesquisa Famílias, Políticas Públicas e Avaliação de Programas e Projetos Sociais, submetendo-se à defesa da Dissertação em março de 2014.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE GRÁFICOS	xii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xiii
RESUMO	xv
ABSTRACT	xvii
1. UMA APRESENTAÇÃO: TEMÁTICA E ABORDAGEM.....	1
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUA JUSTIFICATIVA.....	3
2.1. Objetivos	8
3. O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	10
3.1. Caracterização da Pesquisa	10
3.2. Local de Estudo	11
3.3. Justificativa da Amostra.....	13
3.4. Instrumentos de Coleta de Dados e Variáveis de Análise.....	14
3.5. Procedimento de Análise de Dados.....	15
4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	17
CAPÍTULO 1 – ARTIGO DE REVISÃO	20
CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS DE ARAPONGA-MG	20

	Página
RESUMO	20
ABSTRACT	21
1. INTRODUÇÃO	22
2. REVISÃO DE LITERATURA	24
2.1. A questão agrária e a gênese dos Movimentos Sociais Rurais	24
2.2. Os Novos Movimentos Sociais	26
2.3. Movimentos Sociais no Meio Rural.....	29
2.4. Redes Sociais	31
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
4.1. Formação e construção dos movimentos sociais rurais na Zona da Mata de Mineira.....	35
4.2. O Movimento Agroecológico: um estudo de caso em Araponga-MG ..	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	46
CAPÍTULO 2 – ARTIGO ORIGINAL.....	50
TRAJETÓRIAS E PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO DE ARAPONGA – MG	50
RESUMO	50
ABSTRACT	52
1. INTRODUÇÃO	53
2. CONCEITUANDO A JUVENTUDE RURAL	56
3. PROJETOS DE VIDA	59
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	61
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	63
5.1. Caracterizações dos Jovens Rurais do Movimento Agroecológico de Araponga – MG.....	63
5.2. O Jovem Rural no Movimento Agroecológico: Limites e possibilidades	65
5.3. Trajetórias e Saberes do Jovem Agroecológico.....	74
5.3.1. Discursos dos jovens rurais: ficar ou sair do meio rural	75

	Página
6. JOVENS RURAIS NO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO: TECENDO SEUS PROJETOS DE VIDA.....	79
7. CONCLUSÕES.....	84
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
CAPÍTULO 3 – ARTIGO ORIGINAL.....	90
PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS: PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO JUVENIL.....	90
RESUMO.....	90
ABSTRACT.....	92
1. INTRODUÇÃO.....	93
2. PROTAGONISMO JUVENIL E PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA SUSTENTABILIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS.....	97
2.1. Políticas Públicas para a Juventude do Campo.....	101
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	104
4. O PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO: PERCEPÇÕES DAS LIDERANÇAS E DOS JOVENS.....	106
4.1. Programas e Políticas Públicas para o jovem do Movimento Agroecológico: Conquistas e conflitos.....	112
5. CONCLUSÃO.....	118
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
5. CONCLUSÕES GERAIS.....	123
APÊNDICES.....	126
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	127
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO.....	131
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM JOVENS RURAIS DO MOVIMENTO SOCIAL.....	132
APÊNDICE D – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM LIDERANÇAS DO MOVIMENTO SOCIAL.....	134

LISTA DE TABELAS

	Página
1. Percepção sobre “ser jovem rural”, Araponga/MG, 2013	68
2. Principal atividade dos jovens do Movimento Agroecológico, Araponga/MG, 2013	71
3. Fatores determinantes da opção pela produção agroecológica, Araponga/MG, 2013	77
4. Relação dos Projetos de Vida dos jovens do Movimento Agroecológico, Araponga/MG, 2013	80
5. Relação das Políticas de atendimento ao jovem e ao Movimento Agroecológico, Araponga/MG, 2013	113

LISTA DE FIGURAS

	Página
1. Região da Zona da Mata e município de Araponga/MG.....	12

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
1. Trajetória Social do Jovem Rural, Araponga/MG, 2013	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AFA** – Associação dos Trabalhadores Familiares
- AMEFA** – Associação de Escolas Famílias Agrícolas
- CEBS** – Comunidades Eclesiais de Base
- CEDRS** – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CFR** – Casa Familiar Rural
- CMDRS** – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CONTAG** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- COOVAP** – Cooperativa Agropecuária do Vale do Paraíso
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra – Zona da Mata
- CTA /ZM** – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
- EFA Puris** – Escola Família Agrícola Puris
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FETRAF** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragens
- MEB** – Movimento de Educação de Base
- MEC** – Ministério da Educação
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MMC** – Movimento de Mulheres Camponesas
- MOBON** – Movimento Boa Nova

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras

ONU – Organização das Nações Unidas

PRODEMATA – Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PPJ – Políticas Públicas para Juventude

STR – Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UFV – Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

MIRANDA, Edna Lopes, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2014. **Protagonismo, participação e projetos de vida: movimento dos jovens agroecológicos no município de Araponga-MG.** Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Coorientador: Everton Lazzaretti Picolotto.

A agricultura brasileira é marcada por sucessivos “modelos de desenvolvimento” que têm contribuído para promover as desigualdades e exclusão social, principalmente nos espaços rurais. Com a queda das ocupações agrícolas, provenientes da modernização e mecanização a partir da década de 1970, a população rural, principalmente jovens e mulheres, passou a não mais imaginar em seus projetos de vida a agricultura como ocupação e meio de vida capaz de proporcionar condições dignas de trabalho e geração de renda. A reação dos jovens foi traduzida tanto em termos do êxodo rural quanto sob a forma de mobilização e organização dos movimentos sociais, visando a conquista da terra, o fortalecimento da agricultura familiar e o controle social das políticas públicas relacionadas ao meio rural. Enfim, o protagonismo com relação às reivindicações pela concretização do direito à vida com dignidade. Diante do exposto é que se definiu a questão central da pesquisa: Os movimentos sociais juvenis têm alcançado a sustentabilidade, em termos do protagonismo e da participação dos jovens? Quais são as ações ou estratégias protagonizadas por esses jovens participantes dos movimentos sociais do campo e como isso pode influenciar em seus projetos de vida? Assim, este estudo teve como principal objetivo analisar o processo de construção, interações e alcance dos

movimentos sociais rurais, examinando sua sustentabilidade e as repercussões sobre os projetos de vida do público juvenil do município de Araponga, MG. Trata-se, então, de um estudo de caso, que possui caráter exploratório, com abordagem quantitativo-qualitativa, em razão de apresentar grande envolvimento dos jovens nos movimentos sociais rurais. A população entrevistada compreendeu os jovens com idade entre 15 e 32 anos e lideranças do Movimento Agroecológico. Resultados mostraram que os fatores que contribuíram para a origem e construção dos movimentos sociais rurais na região, a exemplo do movimento agroecológico, são: a experiência da conquista de terras em conjunto; a preocupação dos agricultores locais e agentes pastorais da Igreja Católica com as consequências indesejáveis da agricultura moderna, o diagnóstico participativo e a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável no município. Além disso, destaca-se o papel fundamental do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), como redes de apoio capazes de mobilizar os agricultores no acesso a políticas públicas. Ao analisar os projetos de vida dos jovens, evidenciou-se que, à medida que os jovens passam a adotar os princípios e ações do movimento agroecológico, seus projetos de vida não são orientados exclusivamente por uma racionalidade econômica, mas buscam reconstruir relações que têm raízes numa condição de vida familiar tradicional, pautada pelas relações de trabalho e de reciprocidade que perpassam gerações. Os resultados também apontaram que entre os programas e políticas acessadas pelo movimento e também pelo jovem agroecológico estão: o Pronaf Jovem, o Pronaf Agroecologia, o Programa de Crédito Fundiário, o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária/PRONERA, o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA e o Programa de Aquisição da Merenda Escolar. Além disso, na visão das lideranças, as políticas públicas implementadas até o momento pelo Movimento Agroecológico são o resultado da luta dos agricultores e agricultoras que, por meio do acesso a informações e assessoria prestadas pelo CTA e STR, conseguiram ampliar as possibilidades de dinamizar a vida no campo. Nesse caso específico, a política não aparece como dádiva e, sim, como conquista dos trabalhadores. Conclui-se que o movimento agroecológico de Araponga tem alcançado a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões, em função de suas estratégias de permanência dos jovens no campo; fortalecimento da renda pessoal e familiar; promoção de maior autonomia na produção e participação juvenil na discussão política com o poder público municipal, principalmente no que se refere aos programas e políticas públicas para os jovens

ABSTRACT

MIRANDA, Edna Lopes, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2014. **Protagonists, participation and life projects: agroecological movement of young people of Araponga-MG.** Adviser: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Co-Adviser: Everton Lazzaretti Picolotto.

Brazilian agriculture is highlighted through successive "development models" that have contributed to promote inequality and social exclusion, mainly in rural settings. With the fall in agricultural occupations, originated from modernization and mechanization since the 70s, the rural population, especially youth and women, no longer imagine their life projects agriculture as a career and lifestyle, capable of providing decent work conditions and income. Youth reaction was translated, both in terms of the rural exodus as well as the form of mobilization and organization of social movements, seeking to conquest the land, the strengthening of family agriculture and the social control of public policies related to the rural context; at long last, the protagonism with regards to the claiming by the materialization of the right to life with dignity. So, given the above, it was defined the epicenter of this research: have the youth social movements attained sustainability in terms of leading role and participation of young people? What are the actions or strategies led by these young participants from the rural social movements, and how this can influence their life projects? For such, this study has as the main objective to analyze the process of building, interaction and reaching of rural social movements, examining their sustainability and life projects outcome from the youngsters from the town of

Araponga/MG. It is then a study case, which has an exploratory character, with a quantitative-qualitative approach, because the same display high involvement of young people in rural social movements. The interviewed population consisted of young people aged between 15 and 32 years old and of leaders of Agroecological Movement. Results showed that the factors that contributed to the origin and construction of rural social movements in the region, such as agro-ecological movement are: the experience of conquering lands together; the concern of local farmers and pastoral agents of the Catholic Church with the undesirable consequences of modern agriculture, participatory diagnosis and preparation of a Plan for Sustainable Rural Development in the town. Furthermore, we highlight the fundamental role of the Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Rural Workers Union) and the Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (Centre for Alternative Technology in Zona da Mata)CTA-ZM, as well as supporting networks, capable of mobilizing farmers in the access to public policies. By analyzing the life projects of young people, it became transparent that, by the time young people start to adopt the principles and actions of the agroecological movement, their life projects are not driven exclusively by economic reasoning, but they also seek rebuild relations which have roots in a condition of traditional family life, guided by the labor relations and reciprocity that cross generations. The results also showed that among the policies and programs accessed by the movement and also by agroecological young person are: Pronaf Jovem (Pronaf Young), Pronaf Agroecologia (Pronaf Agroecology), the Programa de Crédito Fundiário (Land Credit Program), the Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária/PRONERA (the National Program for Education of Agriculture Reform), the Programa de Aquisição de Alimentos/PAA (the Acquisition Program food/PAA) and the Programa de Aquisição de Merenda Escolar (Acquisition Program for School Meals). Besides, in the perspective of the leaders, the implemented public policies up to date by the Agroecological Movement is a result of the battle of farmers, who through access to information and counseling, provided by CTA and STR, managed to extend the possibilities of improving the rural life. In this particular case, policy does not appear as a gift but as workers' achievement. We conclude that the agroecological movement in Araponga has achieved sustainability in its many forms, depending on its strategies for keeping young people in the field; improvement of personal and family income; promotion of greater autonomy in production and youth participation in political discussion with the municipal authorities, especially with regard to public policies and programs for the youth.

1. UMA APRESENTAÇÃO: TEMÁTICA E ABORDAGEM

O interesse pela temática “movimentos sociais juvenis” no meio rural surgiu em decorrência da trajetória de vida da pesquisadora, tais como morar no meio rural de uma região marcada por diversas experiências e conflitos que envolveram organizações e movimentos sociais rurais. Estas motivações foram ainda aumentadas ao ingressar no meio acadêmico, onde empiricamente, pode vivenciar a realidade rural, por meio de trabalhos de pesquisa e extensão em projetos desenvolvidos pelo Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa.

Inicialmente, entende-se por movimentos sociais, as ações coletivas orientadas para a promoção de mudanças, por meio da mobilização e ampliação da ação coletiva. A partir desta descrição, Melucci (2001) afirma que os movimentos sociais transitam, fluem, acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais.

Assim, o protagonismo e a participação dos jovens nos movimentos sociais rurais, bem como a construção e significação dos seus projetos de vida revela-se a questão central analisada nesta pesquisa. Logo, quando se discute o protagonismo nos movimentos sociais rurais, é preciso considerar também os princípios da sustentabilidade, já que esta pressupõe a ação coletiva protagonizada por diversos atores sociais preocupados com as adversidades do presente e com a qualidade de vida das futuras gerações. Neste sentido, acredita-se que, o lugar que o jovem ocupa numa determinada sociedade, a partir de seu protagonismo, trajetória de vida e redes

sociais pode orientar seus projetos de vida, em razão das condições e possibilidades vividas, bem como do desejo de ficar ou de sair do meio rural.

O município de Araponga, localizado na Zona da Mata Mineira, foi escolhido para realização deste estudo de caso, pois pode ser considerado um parâmetro para a compreensão dos caminhos trilhados pelos jovens do movimento agroecológico na região. Sua exemplaridade vem do fato de serem explicitamente orientados sob os princípios da agroecologia que, por sua vez, têm alcançado mudanças expressivas na sustentabilidade dos agroecossistemas e nos modos de produção de vida das famílias. Neste sentido, Melucci (1997) chama a atenção para o papel dos movimentos sociais de juventude na contemporaneidade. Esses movimentos passam a ser fenômenos discursivos e políticos que podem disputar não apenas condições materiais, mas também os códigos culturais, e o fazem para garantir sua própria existência e, não necessariamente pela sua ação efetiva que denuncia os códigos dominantes

Além disso, Castro (2005) e Gehlen e Mocelin (2009) completam ponderando, que os movimentos de jovens rurais devem ser mais bem compreendidos a partir da própria questão do jovem em geral e, especialmente, do jovem no meio rural que, diante das diferentes ruralidades, apresentam formas específicas de pensar e agir, referendando um modo de vida próprio e particular.

Neste contexto, a pesquisa em questão teve como objetivo geral analisar o processo de construção, interações e alcances dos movimentos sociais rurais, examinando sua sustentabilidade e as repercussões sobre os projetos de vida do público juvenil do município de Araponga-MG. Em especial, buscou-se compreender o movimento agroecológico, visto como um novo movimento social, que busca construir uma racionalidade produtiva mais ecológica que, conforme Altieri (2002) ultrapassa a visão unidimensional da produção em si e inclui dimensões ecológicas, sociais e culturais na questão agrícola.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUA JUSTIFICATIVA

A agricultura brasileira é marcada por sucessivos “modelos de desenvolvimento” que, de modo geral, demonstraram-se politicamente conservadores, socialmente excludentes e concentradores de terra e renda, contribuindo por acentuar desigualdades sociais e relações de trabalho precarizadas, principalmente nos espaços rurais (FAVARETO, 2007).

Com a queda das ocupações agrícolas, provenientes da modernização e mecanização, a partir da década de 70, a população rural, principalmente jovens e mulheres, passaram a não mais imaginar em seus projetos de vida a agricultura como única ocupação e meio de vida, capaz de proporcionar condições dignas de trabalho e geração de renda. Essas transformações trouxeram reflexos diretos na estrutura familiar das pessoas que viviam no campo, onde as condições de trabalho e renda tornaram-se precárias, ocasionando o êxodo rural (BALSADI, 2001).

O êxodo rural que ocorreu nesse período abrangeu pessoas de todas as idades, pois migraram famílias inteiras, desde pessoas idosas até crianças. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), entre os anos de 2000 e 2010, o êxodo rural atingiu mais de 835 mil jovens de 15 a 24 anos em todo o país.

Dentre as principais fatores determinantes da saída dos jovens e das jovens rurais estão o conflito com a família, no que diz respeito à limitação da liberdade e autonomia, principalmente para o segmento feminino. Além disso, o difícil acesso às políticas públicas básicas, como educação, lazer e cultura também têm tido um peso significativo na saída desses jovens (CARNEIRO, 1999).

Segundo Kerbauy (2005), os governos concebem políticas públicas para juventude como políticas sociais setoriais destinadas a determinados tipos e realidades, ou seja, representam nada mais do que políticas de governo. A autora, ao analisar as políticas de juventude implantadas até os anos 90, afirma que elas se caracterizam por serem reparatórias e compensatórias, em vez de considerarem valores e objetivos sociais referentes ao período juvenil, capazes de promover o desenvolvimento e a construção da cidadania nos jovens.

Além disso, essas políticas, de cima para baixo ou de fora para dentro, desconsideram a participação da população local e a identidade da juventude, que há muito não pode ser mais considerada como homogênea. Essa idéia também é reforçada por Castro (2009, p 22), quando diz que “as diferentes construções do que é ser jovem, para os indivíduos que encontramos, variam nos espaços por onde transitam, e de acordo com as posições que ocupam”.

Acredita-se que, para compreender a juventude como condição e situação social, o contexto local deve ser levado em consideração, assim como os interesses dos jovens. Logo, não se pretende afirmar a existência da “juventude rural”, tomando como referência o espaço físico-geográfico, mas falar em juventudes que, diante das diferentes ruralidades, apresentam formas específicas de pensar e agir. Há, portanto, segundo Groppo (2000, p.52), "múltiplas juventudes no chamado rural".

De modo geral, as juventudes brasileiras ainda são tematizadas como problema social e como momento de preparação para o exercício futuro da cidadania e dos papéis adultos. Portanto, muitas propostas de ações sociais destinadas a esse segmento baseiam-se em mecanismos de controle social e em funções de guarda, de ocupação de tempo livre ou, ainda, de política compensatória. Este segmento sempre esteve à margem das decisões e da elaboração de políticas públicas, sendo assim o máximo que lhes cabia era disputar, com toda a gama de pessoas, as políticas universais, como saúde e educação (ABRAMO, 2005).

Nesse contexto, no final da década de 70 e início de 80, com a reabertura política, o agravamento das contradições e conflitos no campo e a latente mobilização pela realização da reforma agrária, começam a surgir movimentos

sociais do campo e entidades de apoio¹, no sentido de buscar instituir alternativas que superassem as dificuldades enfrentadas. Desta forma, a quase totalidade dos movimentos populares rurais no Brasil surgiu como resistência a um processo econômico e político, que provocou a rápida modernização da agricultura (GRYBOWSKY, 1994).

Na Zona da Mata mineira, a situação não é diferente, assim como em Araponga/MG, onde, ao longo de mais de 20 anos, foram construídos diferentes movimentos, como: Pastoral da Juventude Rural, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Associação dos Agricultores Familiares e o movimento agroecológico². Com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável, esses movimentos buscavam a otimização do agrossistema como um todo, o que envolveu discutir as relações entre as pessoas, culturas, solos, água e animais. Dessa forma, esses movimentos contribuíam do para a promoção das complexas transformações sociais e ecológicas no meio rural.

Para tanto, contaram com parcerias e apoios de instituições próximas, como o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA - ZM), sindicatos, associações dos agricultores familiares e setores progressistas da Igreja católica (CTA-ZM, 2002). A escolha pelo movimento agroecológico para analisar a juventude, foi derivada de sua forte atuação no município de Araponga - MG e, principalmente, por contar com um expressivo número de jovens envolvidos no movimento.

Conforme Silva (1998, p.106), a principal contribuição do movimento agroecológico não está na criação de novas tecnologias ditas alternativas ou sustentáveis, mas na criação de uma nova consciência social a respeito das relações das pessoas e dessas com a natureza, na produção de novos valores filosóficos, morais e, até mesmo, religiosos e na gestão de novos conceitos jurídicos, assim como na produção de novas formas políticas e ideológicas.

¹ Dentre as entidades de apoio, Medeiros (1989) cita a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nascida em 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), criada em 1963, que passa a inovar não só nas formas, mas também na organização da luta, ampliando-a para além da terra, a partir de ações reivindicatórias.

² Dada a sua fluidez, dinâmica, impacto cultural, dentre outros aspectos, esta pode ser uma forma muito útil de pensar sobre o movimento agroecológico. Assim, neste estudo o movimento, pode ser visto não como um objeto, mas de acordo com a perspectiva de Melucci (1994), como uma “lente” através da qual problemas mais gerais podem ser tratados.

Segundo Dias (2004, p. 30), os movimentos sociais do campo têm intensificado sua participação nas disputas que envolvem a conquista da terra, o fortalecimento da agricultura familiar e o controle social das políticas públicas relacionadas ao meio rural, assumindo o protagonismo com relação às reivindicações pela concretização do direito à vida com dignidade. E mais, nas últimas décadas, começam a afirmar a necessidade de outras concepções e práticas de desenvolvimento, mais próximo do cotidiano, dos costumes e dos desejos daqueles que vivem da agricultura, sugerindo que o rural significa muito mais que lugar da produção agropecuária. Além disso, segundo Sandoval (1989), há uma tendência presente na maioria dos estudos dedicados à compreensão dos movimentos sociais no Brasil de focalizar prioritariamente nas contradições sistêmicas macro-estruturais, subestimando a complexa dinâmica interna dos movimentos sociais.

Se é certo que a modernização da agricultura agravou as condições de vida da maior parte da população do campo, provocando o deslocamento de grandes contingentes dessa população para centros urbanos e outras regiões. Parece correto pressupor que a reação dos jovens rurais frente à modernização foi desde a simples reação do êxodo até reações políticas, sob a forma de organização e mobilização, visando romper com as condições de vida e de trabalho impostas pelo modelo tecnológico da agricultura moderna. Entretanto, as políticas públicas direcionadas aos jovens rurais, que participam dos movimentos sociais do campo, não tem priorizado a capacidade e a participação política dos mesmos nestes espaços, como também não leva em consideração a realidade do jovem e sua possibilidade de ser protagonista de sua própria história.

Diante desta realidade, surge no país, já no final dos anos 90, uma modalidade de ação educativa denominada Protagonismo Juvenil, com o objetivo de criar espaços e condições para que os (a) jovens atuem com iniciativa, liberdade e compromisso, buscando acabar com a tematização do jovem como “problema”. Para Costa (2000), é a partir do protagonismo, que os jovens se tornam sujeitos de sua própria história e dos rumos da sociedade. Isso nos faz refletir que o jovem só se sentirá parte de determinado espaço ou contexto, se apropriar efetivamente dele. Dessa forma, “a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte, mas como se torna parte” (BORDENAVE, 1994, p. 23).

É neste contexto, que, conforme Velho (1994, p. 105), “os projetos de vida são elaborados e construídos em função de experiências socioculturais, de um

código, de vivências e interações interpretadas”. Por isso, pressupõe-se que os projetos de vida dos jovens que estão inseridos no movimento agroecológico de Araponga – MG foram construções que surgiram das experiências vividas por eles, de acordo com sua realidade.

Neste sentido, as ações que conduzem ao protagonismo e a participação dos jovens nos movimentos sociais do campo podem ser diferenciadas em razão dos marcadores de gênero³, que é visto como uma construção cultural e como princípio estruturador em todas as sociedades. No entanto, sua inclusão, como categoria de análise, se faz necessário no sentido de “desnaturalizar” os modelos tradicionais de relações de trabalho das famílias rurais, que demarcam lugares antagônicos e segregados para homens e mulheres nos processos produtivos e decisórios.

Além disso, o levantamento da produção acadêmica para este estudo, que abrangeu dissertações e teses desenvolvidas a partir do ano 2000 em Programas Nacionais de Pós-Graduação em Educação, Psicologia, Economia Doméstica, Serviço Social, Sociologia e outras Ciências Humanas, evidenciou que foram desenvolvidas 6 dissertações de mestrado que tratam diretamente do protagonismo dos movimentos sociais. Entretanto, não consta nenhuma com faceta sobre o protagonismo juvenil nos movimentos sociais do campo e sua interface com os projetos de vida dos jovens. Portanto, esta especificidade, parece ser crucial para a análise do problema de pesquisa, sendo um diferencial em relação às outras investigações.

Desta forma, esta pesquisa parte da hipótese de que os movimentos sociais juvenis influenciam as relações de trabalho e a autonomia econômica e social dos jovens que vivem no campo, apenas se esse processo permitir a diversidade e autorrepresentação do jovem rural, sua permanência no meio rural e o alcance e a sustentabilidade das políticas e programas para a juventude na elaboração dos seus projetos de vida. Portanto, a análise sobre projetos de vida se faz necessária, já que são poucas as produções sobre os anseios e perspectivas dos jovens em contextos rurais.

³ Pastore (2005, p.5) define gênero como uma “expressão culturalmente determinada da diferença sexual, que parte da idéia de que comportamentos, valores, papéis, identidades e atributos de homem e de mulher se definem dentro de determinada cultura, o que significa que a posição de cada sexo não é constituída biologicamente, mas construída culturalmente”.

Nessas condições de possibilidade de pesquisa, esta proposta buscou problematizar sobre a sustentabilidade dos movimentos juvenis, ou seja, compreender se estes movimentos se sustentam ao longo do tempo, considerando o protagonismo, a participação dos jovens envolvidos e o alcance dos seus projetos de vida. Ou seja, objetivou responder aos seguintes questionamentos: os movimentos sociais juvenis têm alcançado a sustentabilidade, quanto ao protagonismo e a participação dos jovens? Quais são as ações ou estratégias protagonizadas por estes (as) jovens participantes dos movimentos sociais do campo e como isto tem influenciado seus projetos de vida? Como as diferenças de gênero se manifestam e são vivenciadas?

Sem a pretensão de esgotar o debate, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o desenvolvimento teórico acerca do protagonismo dos movimentos sociais juvenis no Brasil e subsidiar outras pesquisas e políticas públicas pautadas pela visibilidade do jovem rural.

2.1. Objetivos

Diante do contexto apresentado, o objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de construção, interações e alcances dos movimentos sociais do campo, examinando sua sustentabilidade e as repercussões sobre os projetos de vida do público juvenil do Município de Araponga-MG.

Especificamente com essa investigação, pretendeu-se:

- Caracterizar o processo de construção dos movimentos sociais juvenis, em especial, daqueles envolvidos com o movimento agroecológico predominante no município de Araponga/ MG, como fundamental para a obtenção dos direitos e do reconhecimento político.
- Identificar o perfil socioeconômico pessoal e familiar dos jovens rurais, assim como suas trajetórias de vida.
- Verificar como os movimentos sociais rurais interferem nos projetos pessoais, familiares e sociais dos jovens, e em que sentido contribui para a sua permanência no meio rural.

- Examinar a percepção das lideranças e jovens do Movimento Agroecológico sobre os programas e políticas públicas acessadas, considerando a participação e protagonismo juvenil na sustentabilidade dos movimentos sociais rurais.

A partir desses objetivos específicos e do percurso metodológico da pesquisa foram construídos os capítulos da dissertação, estruturados em forma de artigos:

O primeiro capítulo buscou-se discutir sobre o cenário em que começam a ser construídos os movimentos sociais, apresentando uma caracterização do contexto histórico local e das organizações existentes na região, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira⁴ (CTA-ZM) que contribuíram significativamente para as bases da formação e construção político-social dos movimentos sociais rurais em interface com as políticas públicas. Além disso, foram identificadas as ações e estratégias adotadas pelos atores sociais à luz da teoria dos “Novos Movimentos Sociais”. Em suma, este capítulo pretende aproximar o leitor da realidade e das condições nas quais os movimentos sociais foram se desenvolvendo, servindo de base para as próximas discussões nos capítulos subseqüentes.

O segundo capítulo buscou examinar a influência do Movimento Agroecológico nos projetos de vida dos jovens rurais, bem como caracterizar o perfil pessoal e familiar dos jovens agricultores.

O terceiro capítulo buscou identificar os programas e políticas públicas que os jovens e o movimento agroecológico têm acessado.

⁴ O CTA-ZM é uma organização não governamental que atua junto aos agricultores familiares em Alguns municípios da Zona da Mata mineira, desde 1987, divulgando os princípios da agroecologia.

3. O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

3.1. Caracterização da Pesquisa

Trata-se de um estudo de caso, que possui um caráter exploratório, com uma abordagem quantitativo-qualitativa, uma vez que o objetivo do estudo centra-se na análise do processo de construção dos movimentos sociais do campo e suas repercussões sobre os projetos de vida do público juvenil, sob a ótica da sustentabilidade e relações de gênero. Optou-se por esta abordagem, por ser uma forma de estudo que exige não só análise de dados quantitativos, mas também contato direto com a situação investigada. Além disso, acredita-se que com essa abordagem o trabalho realizado torna-se mais rico de informações. Segundo Minayo e Sanches (1993), o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente e vice-versa. Assim, as abordagens não são contraditórias, mas sim complementares.

Foi adotado como delineamento da pesquisa o estudo de caso do movimento agroecológico, uma vez que é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências sociais e consiste num estudo profundo e descritivo sobre determinado objeto, realidade ou população, onde se tem a finalidade de proporcionar “a descrição mais abrangente possível da comunidade tentando determinar as inter-relações lógicas dos seus vários componentes” (BABBIE, 2005, p. 73).

Para Marconi e Lakatos (2007), a metodologia quantitativa pode ser definida como a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da

comunicação. Contudo, Goldemberg (2002) afirma que os métodos quantitativos simplificam a vida social limitando-a aos fenômenos que podem ser enunciados e acrescenta que as abordagens quantitativas sacrificam a compreensão do significado em troca do rigor matemático. Por outro lado, Flick (2004) aponta que a pesquisa qualitativa demonstra a variedade de perspectivas, que se encontra nos diferentes atores sociais, privilegiando elementos subjetivos e esferas de interação social; ou seja, este método é essencial para que seja captado a pluralização das esferas da vida, a complexidade, os significados e diversidades, que há no social.

Comungando desta mesma concepção, Minayo (2004) complementa dizendo a pesquisa qualitativa envolve metodologias capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.

Observa-se, entretanto, que a escolha de um ou outro tipo deve estar associada ao objetivo da pesquisa e que ambos apresentam características específicas, vantagens e desvantagens. Por este motivo, fez-se a escolha do uso dos diferentes métodos de forma combinada, recorrendo-se a mais de uma fonte para coleta de dados, aliando-se o qualitativo ao quantitativo (FREITAS et al, 2000).

Assim, para obtenção dos dados, foi realizada uma abordagem quanti-qualitativa, com caracterização do perfil socioeconômico do jovem rural; identificação de suas principais ações ou estratégias na construção dos movimentos sociais juvenis; avaliação de como os movimentos sociais interfere nos projetos de vida do jovem rural; além de análise da percepção destes jovens sobre a sustentabilidade dos programas e movimentos sociais.

3.2. Local de Estudo

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizado como local de estudo o município de Araponga - MG (Figura 1). Optou-se por esse município, em função do mesmo apresentar grande representatividade em relação aos movimentos sociais do campo, especialmente o movimento agroecológico da Zona da Mata de Mineira.

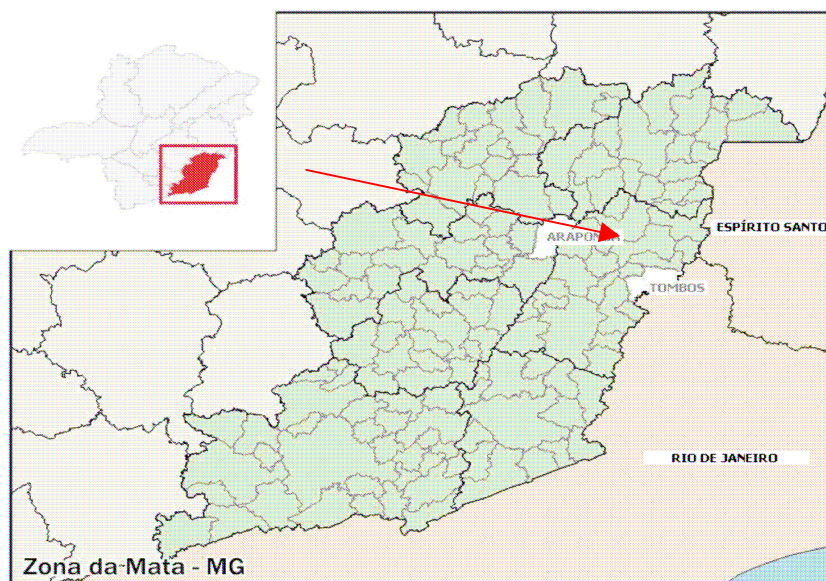


Figura 1 – Região da Zona da Mata e município de Araponga/MG.
Fonte: Associação dos Produtores Florestais do Sudoeste de MG (2007)

O município de Araponga localiza-se na Zona da Mata de Minas Gerais, que juntamente com os municípios de Ervália, Fervedouro, Miradouro, Pedra Bonita, Sericita, Muriaé e Rosário da Limeira, compõe o Território Rural da Serra do Brigadeiro, reconhecido e homologado em 2003, pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) de Minas Gerais, no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O município é ocupado, em sua maioria, por agricultores familiares, cuja principal atividade é o café, além do cultivo de culturas de subsistência, como o milho e o feijão. (EMATER-MG, 2011). Conforme os dados apresentados pelo Censo 2010 IBGE, o município possui uma população de aproximadamente 8.152 habitantes, dos quais cerca de 70% vivem no meio rural.

A estrutura agrária de Araponga caracteriza-se por uma elevada fragmentação da propriedade rural, em decorrência da história de sua ocupação e uso do solo, o que levou a expulsão de grandes contingentes de famílias agricultoras sem condição de competir e se reproduzir socialmente. Esses fatores tem dificultado o crescimento e desenvolvimento do agricultor familiar que, na maioria das vezes, possui uma propriedade instável e precária, cuja viabilidade de melhoria depende da tenacidade dos agricultores e da adoção de estratégias pelas próprias famílias (CTA, 2002b).

3.3. Justificativa da Amostra

Para satisfazer os objetivos propostos, a população envolvida compreendeu os jovens rurais e lideranças que participam do movimento agroecológico do município de Araçuaia – MG. Desse universo populacional foi selecionada uma amostra probabilística simples, composta por jovens rurais, com idade entre 15 e 32 anos⁵, proporcionalmente dividida por sexo, com vistas a aprofundar sobre o cotidiano do jovem rural, sua participação no movimento e seus projetos de vida. O número de entrevistados foi escolhido por meio do cálculo amostral para população finita, de acordo com Triola (2013), como descrito a seguir:

$$n = \frac{N \cdot \sigma^2 \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{(N-1) \cdot E^2 + \sigma^2 \cdot (Z_{\alpha/2})^2}$$

Onde,

n = Número de indivíduos na amostra

N = População de jovem que participam dos movimentos sociais rurais do município de Araçuaia-MG.

$Z_{\alpha/2}$ = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado, aqui estabelecido em 90%, sendo, portanto, equivalente a 1,65.

$$\sigma^2 = p \times q$$

p = Proporção populacional de indivíduos que pertencem à categoria a ser estudada, aqui estabelecida em 0,5.

q (1 – p) = Proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria a ser estudada, aqui calculada em 0,5.

E = Margem de erro ou erro máximo de estimativa, aqui estabelecida em 0,1 (10%)

Assim, o tamanho da amostra de jovens foi de:

$$n = \frac{125 \cdot 0,5 \cdot 0,5 \cdot (1,65)^2}{119 \cdot (0,1)^2 + 0,5 \cdot 0,5 \cdot (1,65)^2}$$

n = 44,43, ou seja, n = 45

⁵ No que se refere ao corte etário, apesar das diferentes faixas etárias adotadas pelos organismos do governo, optou-se neste estudo pelo recorte etário do movimento sindical 15-32 anos, por abarcar a crescente complexidade da transição da adolescência para a vida adulta, haja visto que houve um alargamento da expectativa de vida do brasileiro (PEDRAZZINI,1994).

3.4. Instrumentos de Coleta de Dados e Variáveis de Análise

Para a obtenção dos objetivos propostos foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o processo de construção dos movimentos sociais juvenis no meio rural, como elementos fundamentais na conquista, consolidação, ampliação dos direitos e reconhecimento político; bem como sobre as políticas públicas direcionadas ao jovem rural, enquanto participante dos movimentos sociais do campo, com o intuito de fundamentar teoricamente o objeto de estudo.

Segundo Lima et al. (2007), a pesquisa bibliográfica vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente, o que significa realizar um movimento incansável de apreensão do objetivo, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico.

Em seguida, foi selecionada uma amostra aleatória estatisticamente significativa para um estudo mais aprofundado da realidade dos movimentos e seus atores sociais. A coleta de dados foi efetuada a partir de uma entrevista fundamentada em um roteiro semi-estruturado aplicado com os jovens (apêndice C) e lideranças (apêndice D) do movimento agroecológico da região, a fim de identificar o perfil pessoal e familiar destes jovens; verificar a influência dos movimentos sociais na construção e implementação dos projetos de vida dos (as) jovens. Além disso, buscou-se examinar, na percepção dos jovens, a sustentabilidade dos programas e projetos voltados para o jovem do campo, bem como dos movimentos sociais, no sentido de ampliar as possibilidades de atuarem em outros espaços sociais através de sua capacidade de representação política. Vale ressaltar que, todos os envolvidos foram previamente esclarecidos a respeito do estudo, conforme previsto pela Resolução 196 de 10 de outubro de 1996, a qual preconiza o uso de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice A).

Além disso, para complementar e enriquecer os dados obtidos nas entrevistas foi feito uso da técnica de observação não participante, onde o investigador não interage de forma alguma com o objeto de estudo no momento em que realiza a observação. Este tipo de técnica reduz substancialmente a interferência do observador no observado e permite o uso de instrumentos de registro sem influenciar o objeto de estudo (BOGDAN, et. al. 1994). Esta técnica contribuiu para a

compreensão das ações desempenhadas por jovens e as lideranças nos encontros e reuniões do movimento agroecológico.

Na análise do processo de construção dos movimentos sociais, procurou-se indagar sobre as seguintes questões: a) motivação para participação no movimento, b) quais as principais ações (protagonismo juvenil) utilizadas pelos jovens inseridos nos movimentos sociais e como se sente em face de sua atuação; c) quais redes de apoio são acionadas para que este processo se concretize e como tem sido sua participação; d) quais são os principais problemas enfrentados, estratégias adotadas e perspectivas para o futuro.

O perfil dos entrevistados, foi identificado por meio das seguintes variáveis: idade, sexo, estado civil, escolaridade, raça, religião, condição ocupacional e renda. Em relação ao perfil familiar, foi identificado o tipo de família (nuclear, monoparental, extensa e outro tipo), o ciclo de vida familiar (formação, maturação e dispersão), o número de filhos; a faixa etária, escolaridade e ocupação dos membros familiares; renda familiar média e per capita (apêndice B).

Na caracterização dos Programas e Movimentos Sociais Juvenis (Movimento agroecológico) e suas interferências nos projetos de vida, foram levantadas questões sobre: a) como está estruturada a gestão do programa e do movimento; b) qual é a percepção do jovem sobre sua sustentabilidade; c) quais foram as repercussões dos movimentos sociais, em particular, do movimento agroecológico, sobre os projetos de vida dos jovens, sejam pessoais, familiares e sociais. Enfim, buscou-se compreender o que influencia a decisão do jovem lutar para ficar no meio rural e participar de movimentos de juventude distintos, e como este processo identitário, no âmbito dos movimentos sociais, repercutia em seus projetos de vida.

3.5. Procedimento de Análise de Dados

Para análise dos dados, foi feito uso da análise estatística descritiva para os dados de natureza quantitativa, bem como análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), para discussão das informações qualitativas apresentadas pelas entrevistas. Para esse autor, uma boa análise do material requer uma codificação, que seria uma transformação que ocorre, segundo regras precisas em relação aos dados brutos, do texto analisado, permitindo atingir uma representação do conteúdo, por meio de recorte, agrupamento e enumeração. Segundo Caregnato e Mutti (2006, p.682), a

análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que trabalha com o sentido da palavra, permitindo produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social. Quanto aos dados quantitativos, foram utilizadas análises estatísticas, basicamente, de natureza descritiva, dando o caráter diagnóstico da presente pesquisa.

4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALTIERI, Miguel A. e FARRELL, John G. Sistemas Agroflorestais. IN: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Tradução: Eli Lino de Jesus e Patrícia Vaz. Guaíba: Editora agropecuária, 2002. p.413-439

ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BALSADI, O.V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 15, n. 1, p. 155-165, jan./mar. 2001b.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____ **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. Petrópolis, Vozes, 2012.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Ed. Porto, 1994.

BORDENAVE, Juan E.Díaz. **O que é Participação**. 8ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006.

CARNEIRO, M. J. O ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco C.; SANTOS, Raimundo; COSTA, Flávio de C. (org). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CASTRO, E. G. de. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005.380 f. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

_____. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v.7, n.1, p.179-208, 2009.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Sistemas de Produção Agroecológicos**: Revista 15 anos CTA. Viçosa, 2002 b.27p

COSTA, A. C. G. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural**: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). 2004.199 f. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Dados secundários de Araponga. **EMATER, MG**: Araponga, 2011.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Fapesp/Ed. Iglu, 2007.

FLICK, U. **Uma introdução á pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004

FREITAS, H.; OLIVEIRA, M.; SACCOL, A.Z.; MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v.35, n.3, jul/set, 2000.

GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Daniel Gustavo; Organizadores. **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**, Porto Alegre; Editora UFRGS, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude**: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GRZYBOWSKI, C. A Comissão Pastoral da Terra e os colonos do sul do Brasil. In: PAIVA, V. (org.) **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico, 2012**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de jan. de 2013.

KERBAUY, M.T.M. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 2005.p.193-203.

LIMA, T.C.S.; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista. Katálysis**. v.10, n. esp., p.37-45, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.216p.

MELUCCI, A. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Entrevista a L. Auritzer e T.Lyyra. **Novos Estudos**, n.40, p.152-166, nov.1994.

----- Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. n. 5 e 6, p. 5-14, mai/dez 1997.

-----**A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Cecília de Souza; **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8ª ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco; 2004

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, n. 9, p. 239-262, jul./set., 1993.

PASTORE, E. Relação de Gênero na Agricultura Ecológica. Passo Fundo/RS: Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Trabalho (GIEST), Universidade de Passo Fundo, **Texto para discussão** nº 06, 2005.

SANDOVAL, S. A. M. A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. **Educação e Sociedade**, v.2, n.34, p.122-130, 1989.

SILVA, J.G.Agricultura Sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social?IN: ALMEIDA, J.,NAVARRO,Z. **Reconstruindo a agricultura:Idéias e idéias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável** .(2ª Ed).Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS,1998.

TRIOLA, M. F. **Introdução a Estatística Aplicada**. 9ª Ed. Rio de Janeiro – LTC, 2013.

VELHO, G. Memória, identidade e Projeto. In: **Projeto e metamorfose**: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p.97-105.

CAPÍTULO 1 – ARTIGO DE REVISÃO

CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS DE ARAPONGA-MG

RESUMO

A sociedade brasileira é marcada por uma intensa contribuição dos movimentos sociais nos avanços da cidadania e na busca por pautas sociais e políticas públicas. Com a finalidade de entender as características dos movimentos sociais dos jovens rurais e suas redes de apoio, este trabalho objetivou por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas com as lideranças, examinar historicamente a forma de organização e o processo de formação e construção dos movimentos sociais no município de Araponga/MG. Os resultados apontaram que vários fatores contribuíram para a origem e construção dos movimentos sociais rurais na região, a exemplo o movimento agroecológico. Dentre estes fatores, destaca-se a preocupação dos agricultores locais e agentes pastorais da Igreja Católica com as consequências indesejáveis da agricultura moderna; a experiência da conquista de terras; o diagnóstico participativo e a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável no município. Além disso, pode-se notar o papel fundamental do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), como redes de apoio, capazes de mobilizar os agricultores e articular debates sobre temas pertinentes aos movimentos sociais.

Palavras Chave: Movimentos Sociais, Juventude rural, redes sociais, políticas públicas.

ABSTRACT

The Brazilian society is branded by an intense contribution of the social movements in putting into motion the rights of citizenship and seeking for social and public policy agendas. With the objective to understand the traits of social movements of young rural people and their network, this study focused, through bibliographic review and interview with the leaders, to historically examine the organization form and the training and construction of social movements in the town of Araponga/MG. The results showed that several factors contributed to the origin and construction of rural social movements in the region, such as the agroecological movement. Among these factors, it is highlighted the concern of local farmers and pastoral agents of the Catholic Church with the undesirable consequences of modern agriculture, the experience of conquering lands; participatory diagnosis and preparation of a Plan for Sustainable Rural Development in the town. Furthermore, we highlight the fundamental role of the Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Rural Workers Union) and the Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (Centre for Alternative Technology in Zona da Mata) CTA-ZM, as well as supporting networks, capable of mobilizing farmers and articulate discussions on relevant topics about social movements.

Keywords: Social Movements, Rural Youth, Social Networking, Public Policy.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é marcada por uma intensa contribuição dos movimentos sociais nos avanços da cidadania e na busca por pautas sociais e políticas públicas. Assim, os movimentos sociais rurais emergem no contexto em que os movimentos sociais em geral, urbanos e rurais, assumem suma importância na transformação da sociedade, especialmente no decorrer do século XX e no início do século XXI. Neste sentido, conforme Dias (2004, p. 30), os movimentos sociais rurais têm intensificado sua participação nas disputas que envolvem a conquista da terra, o fortalecimento da agricultura familiar e o controle social das políticas públicas relacionadas ao meio rural, assumindo o protagonismo com relação às reivindicações pela concretização do direito à vida com dignidade. E mais, nas últimas décadas, começam a afirmar a necessidade de outras concepções e práticas de desenvolvimento mais próximo do cotidiano, dos costumes e dos desejos daqueles que vivem da agricultura, sugerindo que o rural significa muito mais do que somente lugar da produção agropecuária.

Entre os movimentos sociais rurais, têm-se diversas formas de expressão dos atores sociais do meio rural, caracterizando, por exemplo, o movimento de luta pela terra, o movimento de mulheres rurais, o movimento sindical e o movimento dos jovens rurais.

Na Zona da Mata mineira, em especial em Araçuaia/MG, a situação é semelhante, uma vez que ao longo dos anos foram construídos diferentes

movimentos, como: Pastoral da Juventude Rural, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Associação dos Agricultores Familiares e o movimento agroecológico.

Neste estudo, buscou-se trabalhar com o movimento agroecológico, formado por agricultores familiares que conta com mais de 15 anos de trajetória no município de Araçuaia – MG. Este movimento social tem como objetivo, buscar novos modos de produzir, consumir e viver em comunidade, com base na sustentabilidade da agricultura, contribuindo para a promoção das complexas transformações sociais e ecológicas no meio rural. Entretanto, questiona-se como alcançar essas complexas transformações via movimentos sociais? Como os movimentos sociais rurais são construídos? Estão focados no ator social ou interesses partidários?

Assim sendo, objetivou-se neste capítulo, caracterizar o processo de construção dos movimentos sociais, apontando os elementos determinantes da sua formação e consolidação, em termos do contexto histórico local e das redes de apoio na articulação político social, considerando as representações sociais das lideranças envolvidas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. A questão agrária e a gênese dos Movimentos Sociais Rurais

Os modelos de desenvolvimento fundados nos valores da modernidade atravessaram o século XX deixando de lado os grupos sociais que mantêm em seus modos de vida vínculos com costumes e culturas tradicionais. Com efeito, a realidade atual da questão agrária brasileira é consequência das velhas funções do espaço, redefinidas por processos, como a modernização da agricultura, a qual manteve a estrutura concentradora de terra e renda em função das técnicas e do capital. Todo este processo de modernização tecnológica da agricultura é denominado por alguns pesquisadores, como Graziano da Silva, de “modernização conservadora”. Corroborando desta perspectiva, Palmeira (1989) ressalta que todo este processo de modernização se fez sem que houvesse mudanças na estrutura da propriedade rural, o que ocasionou “efeitos perversos” para o espaço rural brasileiro, tais como:

A propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo (PALMEIRA, 1989, p.1).

A partir dos anos 70, o meio rural brasileiro sofreu as consequências deste desenvolvimento excludente, evidenciando-se a degradação dos recursos naturais, a

concentração fundiária, o êxodo rural, as transformações nos sistemas de produção e de relações sociais.

Neste contexto, diversos atores sociais, como trabalhadores rurais, bóias-frias, mulheres, jovens e pequenos produtores rurais, como expressão de resistência, se organizaram a partir dos anos 70, constituindo-se em movimentos sociais. Para o sociólogo francês Alain Touraine:

Os movimentos sociais falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social, de independência, ou como apelo à modernidade em nome de novas “forças sociais”, criticando um mundo de tradições, preconceitos e privilégios (TOURAINÉ 1978, p. 35)

Desta forma, as lutas proporcionadas pelos movimentos sociais não caracterizam propriamente elementos de recusa, marginais à ordem, mas, ao contrário, de reposição da ordem. Neste contexto, o supracitado autor chega a postular que a sociologia contemporânea seria o estudo dos movimentos sociais, já que se trataria de um objeto de análise que busca resgatar o papel do ator social. Uma concepção de movimento social bastante difundida é a Melucci (2001), para quem um movimento social não se limita a manifestar um conflito, mas o leva para além dos limites do sistema de relações sociais a que uma ação coletiva se destina, visto que o movimento social se refere à ação social dos homens na história.

Para Ricci (2005), três fatores foram determinantes na amplitude de estudos sobre os movimentos sociais a partir de 1960. O primeiro fator se deve a emergente visibilidade dos movimentos sociais enquanto fenômenos históricos concretos na sociedade; já o segundo fator foi o desenvolvimento de teorias sobre a ação social, enfatizando mais sobre os atores do que sobre a estrutura da sociedade e o terceiro e último fator foi que as análises sociológicas passaram a deslocar o foco de interesse analítico do “Estado- Nação” para a “sociedade civil”.

Segundo a pesquisadora Elisa Guaraná de Castro (2005), em meados do ano 2000, iniciou-se um processo de organizações juvenis nos movimentos sindicais (CONTAG E FETRAF) e nos movimentos da Via Campesina (MST, MPA, MMC e MAB), em todo o Brasil. Para a mesma autora, a juventude rural está sendo acionada, nos movimentos sociais, no Brasil, para identificar formas organizativas que reivindicam questões gerais, mas, também, questões específicas. Se por um lado, ser jovem nos movimentos sociais também carrega limitações quanto ao espaço de participação, à possibilidade de ser ouvido e a dificuldade de poder se

colocar em um espaço de decisão; por outro lado, outras questões se colocam para esse ator político. Logo, estas formas organizativas da juventude rural no Brasil e suas pautas reivindicatórias são palco do surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”.

Seguindo esta mesma perspectiva, Melucci (1997) chama a atenção para o papel dos movimentos sociais de juventude na contemporaneidade; estes passam a ser fenômenos discursivos e políticos, passam a disputar não apenas condições materiais, mas também os códigos culturais, e o fazem não necessariamente pela sua ação efetiva, mas por sua existência própria, que denuncia os códigos dominantes. Assim, para o autor, ao subverterem os códigos dominantes, os movimentos revelam a violência e o poder arbitrário de tais códigos.

2.2. Os Novos Movimentos Sociais

Na década de 1990, novos movimentos sociais vão surgindo no meio rural e expressam uma prática política que supera traços corporativos que poderiam ser observados em outras épocas. Neste âmbito, os movimentos sociais rurais da última década teriam como base de articulação o território e a identidade, e não mais a carência específica de terra. Por esse motivo, os movimentos rurais mais recentes ampliam sua base de articulação social, envolvendo a inserção de novos atores sociais (RICCI, 2006).

De acordo com Gohn (1995), os “novos movimentos sociais”, por sua vez, compreenderiam os movimentos das mulheres, os ecológicos, contra a fome, pela paz, dos negros, dos homossexuais, dos jovens, distanciando-se do caráter classista que se configurava nos movimentos sindicais e operários do mundo do trabalho.

Ainda de acordo com Gohn (1995, p.121), “os novos movimentos sociais se contrapõem aos velhos movimentos sociais em suas práticas e objetivos”.

Desta forma, para Touraine (1977), a sociologia contemporânea seria o estudo dos movimentos sociais, já que se trataria de um objeto de análise que busca resgatar o papel do ator social. Neste sentido, a análise dos atores sociais, pelos teóricos dos novos movimentos sociais, tem sido tratada prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pelas identidades coletivas criadas no processo de estruturação dos movimentos sociais

Esse paradigma dos novos movimentos sociais sugere uma visão de movimento social voltada para a identidade em si, expressando uma preocupação estrita com os atores sociais e suas ações coletivas. No entanto, as ações coletivas nos chamados “novos movimentos sociais” estão mais relacionadas às dimensões da identidade, embora não se tenha perdido o sentido de crítica às condições socioeconômicas predominantes.

Identificam-se como ação coletiva as ações que comportem determinadas “características morfológicas similares em contiguidade no espaço e no tempo; um campo de relações sociais; um sentido atribuído pelas pessoas à ação em causa” (MELLUCI, 1997, p.58).

Deste modo, torna-se norteador o papel do sujeito, enquanto ator social, que se reveste de uma especial importância na ação coletiva e apresenta-se no cruzamento de três eixos que mapeiam a sua condição: a) O eixo da motivação, relacionado com os interesses, motivos e expectativas que conduzem à ação coletiva; b) O eixo da condição, que enfoca as características de sujeito consumidor e de sujeito participante numa relação de complemento, mais do que de evolução dicotômica. Embora se considere que a democracia participativa encara os cidadãos não como consumidores, mas como produtores da sociedade; c) O eixo da racionalidade, que aponta o sujeito como ser racional, portador da sua liberdade na escolha dos meios e dos recursos para atingir os seus objetivos (TOURAINÉ, 1996).

Compartilhando dos princípios da ação coletiva, Scherer-Warren (1996) discute a respeito dos novos movimentos sociais, assim se expressando:

Almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: o governo, os partidos e os aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados (SCHERER-WARREN, 1996 p. 49-50)

Segundo esta mesma autora, a emergência dos novos movimentos sociais no final dos anos 1970, apreende algumas características básicas em seu discurso que constituem a base de sua identidade e sua organização: democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade, respeito à individualidade, identidade local e regional, liberdade individual associada à liberdade coletiva. A nova

identidade social nutre-se do sentimento de exclusão e de injustiça, que está diretamente relacionado com a geração de novos direitos.

Neste sentido, Gonh (2013, p.114) coloca que é preciso “reconhecer a diversidade de movimentos e ações coletivas, suas articulações e os marcos interpretativos que tem lhes atribuído sentidos e significados novos, o que eles têm trazido a luz no campo da investigação de uma Sociologia dos Movimentos Sociais”. Já na década de 90, começa a surgir novas formas de auto-organização e de relacionamento inter-organizacional, denominada “rede de movimentos”, como padrão organizacional da ação coletiva contemporânea que, de acordo com Melucci (2001, p 21), reflete melhor a forma de ser e de se expressar dos movimentos “uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que exige que as pessoas se envolvam na experimentação e na prática da inovação cultural”.

Os movimentos sociais contemporâneos apresentam-se mais como “redes de solidariedade”, com fortes conotações culturais, do que como movimentos classistas. Esta característica os diferencia dos atores políticos ou das organizações formais. (MELUCCI, 2001 apud PICOLOTTO, 2007).

Neste contexto, os movimentos sociais também têm buscado produzir alternativas para propiciar a sobrevivência de setores sociais excluídos da sociedade de mercado ou para superar as assimetrias das estruturas de classe. Tais movimentos articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social (PICOLOTTO, 2008).

Neste contexto, os movimentos sociais não mais se restringem à luta de um sujeito privilegiado, mas passam a existir como atores sociais conectados no processo de transformação social em uma determinada realidade de interesses e oportunidades. A formação de redes sociais⁶ interpretada como uma nova prática de cooperação entre organizações sociais tem por finalidade a concretização de meios para uma atuação eficiente e alcance de seus objetivos, buscando o fortalecimento e a

⁶A definição de rede social surgiu inicialmente nos anos de 30 e 40, a partir dos estudos da sociologia e da antropologia social, sendo conceituada como um conjunto de pessoas em uma população e suas conexões. Considerando a morfologia das redes, Portugal (2013), identificou os nós (elementos das redes) e os laços (as relações entre os nós das redes). Destaca que, no dimensionamento dos nós e laços das redes, estas podem assumir três tipos: a) Redes de Íntimos, considerados pelos entrevistados como importantes para si mesmos; b) Redes de Interação, que relacionam os membros com os quais as famílias se interagem, em um determinado período de tempo; c) Redes de Troca, que inclui pessoas da rede que compensariam ou penalizariam as trocas, que vão desde a ajuda material, prestação de serviços, aconselhamento e companhia.

prevalência de seus ideais, para que dessa forma possam intervir na atual realidade social complexa. Assim, a rede se torna um espaço de construção coletiva, que se define à medida que os movimentos sociais interagem com outros territórios políticos e culturais. Portanto, os novos movimentos sociais rurais propõe uma relação mais harmônica com a natureza e tornam-se cada vez mais objetos de pesquisa

Deste modo, os movimentos em rede é um fenômeno coletivo, onde há mobilização de atores sociais, definido por uma solidariedade específica, que luta pela conquista de seus ideais. Porém, um movimento não se limita a manifestar um conflito, mas questiona a lógica de organização social, as relações de exclusão, a exploração, a falta de perspectiva para o jovem rural e as mazelas sociais do meio rural, que está além dos limites do sistema de relações sociais a que a ação se destina.

Em sua obra “*A Invenção do Presente*”, Melucci mostra como operam as redes de movimentos sociais. Para este mesmo autor, os movimentos sociais possuem dois momentos: o momento de latência e momento de visibilidade. O primeiro – latente - estaria ligado à cultura e à identidade coletiva. Já, no momento de visibilidade, os movimentos sociais buscam mostrar para a sociedade o que é o movimento, fazer suas reivindicações, promover conflitos e ações, como também descarregar as energias e os projetos elaborados na fase da latência, manifestando suas visões e posicionando contra o aparato dominante.

Desta forma, “latência e visibilidade são duas condições permanentes dos movimentos e que passam continuamente de uma à outra. Nesta passagem, alguns atores desaparecem, outros se formam, consolidam-se processos de institucionalização e de modernização, mas nascem também novos problemas e se revelam novos espaços de conflitos” (MELUCCI, 2001, p. 123).

2.3. Movimentos Sociais no Meio Rural

Para Gilberto Velho (1986, p. 788), “a noção de movimentos sociais rurais, mais do que constituir um conceito, remete à delimitação de um amplo campo de questões que se referem a reações coletivas das mais diversas formas, que ocorrem através da história no meio rural, caracterizando, portanto, a expressão do conceito de movimentos sociais na realidade rural”. Embora, muitas vezes se utilizem de termos, como “movimento social camponês” ou “movimento de agricultores”, ainda persiste nestes termos todas as ambivalências envolvidas na própria definição de

camponês, agricultor e mundo rural. Conforme apontam Ricci (2006), a cultura política rural se traduz numa forte hierarquia social, formalizada em rituais e tradições definidas pela conduta e pelo costume. Logo, essa é uma condição importante para pensar os movimentos sociais rurais.

Na origem das mobilizações dos trabalhadores rurais existe sempre uma razão de ordem econômica, como uma explicação histórica suficiente para tais fenômenos, já que os movimentos sociais estão diretamente imbricados nas relações sociais de produção. No entanto, a possibilidade de intervenção de outros fatores de ordem social e cultural não é considerada nesta perspectiva de análise. Para Sandoval (1989, p.125), este fato está presente na maioria dos estudos dedicados à compreensão dos movimentos sociais rurais no Brasil, onde, “ao focalizarem prioritariamente as contradições sistêmicas macro-estruturais, subestimam a complexa dinâmica interna dos movimentos”.

O livro *Organização Social e Movimentos Sociais Rurais*, organizado por Ivaldo Gehlen e Daniel Gustavo Mocelin, mostra que a história recente dos movimentos sociais rurais é tortuosa, uma vez que os movimentos sociais rurais emergentes pareciam anunciar novas práticas políticas e sociais nos anos 1980, mas rapidamente tomaram novos rumos, institucionalizaram-se, alguns se partidaram, outros mantiveram o ideário original, porém restrito a pequenos territórios de atuação. As duas organizações rurais mais importantes dos anos 1950 e 1960 (Ligas Camponesas e Sistema CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) teriam sofrido com esta falta de um sistema legítimo de representação político-social que os amparasse. Logo, esta ausência de representação foi questionada por diversos movimentos sociais em todo o país.

Com base nesse contexto, os movimentos sociais rurais que emergem e se expressam nos anos 1980 são, portanto, um campo de dupla resistência política: ora contra a ordem social que os excluía, ora contra as organizações formais de representação social que não os acolhia. No entanto, as experiências desencadeadas pelos movimentos sociais rurais dos anos 1980 foram minimizadas por ações governamentais, que tendeu a institucionalizar os movimentos sociais numa dimensão extremamente formal. De acordo com Gehlen e Mocelin (2009), nesta tentativa de institucionalização dos movimentos sociais:

O que merece destaque é a relação direta entre lideranças de movimentos sociais e governos, consolidando uma relação política e não necessariamente uma nova institucionalidade pública. Por exemplo, o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – parece ser a referência mais direta e exitosa dessa nova relação política, o que se distancia do caráter emancipatório dessas políticas e ações governamentais (GEHLEN E MOCELIN, 2009, p.63).

Nesse contexto, as redes sociais surgem, navegando contra a corrente hegemônica da globalização e reinventando novas formas de democratização e de construção da cidadania em níveis local, nacional e global. Assim, segundo Marques (2010), as redes sociais ganham grande importância, pois contribuem para provisão de recursos no processo da produção e reprodução social das unidades familiares

2.4. Redes Sociais

A noção de rede vem sendo utilizada, nas ciências sociais e nos estudos sobre o desenvolvimento, de múltiplas formas, tornando-se difícil, por vezes, precisar seu real significado e sua contribuição como ferramenta de análise. Neste sentido, as redes se constituem como uma chave de leitura capaz de desvendar os contextos relacionais onde se inserem os atores: indivíduos, famílias, grupos e organizações. Assim, a reciprocidade, as identidades sociais e as ligações de proximidade entre os atores sociais são meios pelos quais as redes se amparam e estabelecem. (RADOMSKY, 2006).

Nesta ótica, o que diversos estudos sobre redes sociais mostram é o modo como o desenho das redes condiciona o acesso dos indivíduos a diferentes recursos, como destaca Marques (2010), o que permite constatar que a morfologia das redes abre ou fecha possibilidades a indivíduos com posições parecidas na mesma estrutura social. Neste âmbito, uma das grandes contribuições da teoria das redes está intimamente ligada ao reconhecimento das implicações de padrões particulares de relações. De acordo com Portugal (2006), existem três tipos de redes: as redes de íntimos (*close associates*), as redes de interação e as redes de troca. As redes de íntimos são compostas por “indivíduos cuja opinião acerca da vida pessoal é importante para si. As redes de interação são baseadas nos indivíduos com quem os membros da família interagem na rotina, no qual possui vantagem em relação à rede de íntimos, pois distingue os laços positivos daqueles que possuem importância puramente afetiva.

As redes de troca incluem entre os membros da rede social as pessoas cujo comportamento recompensa ou penaliza o *ego* ou as pessoas que são diretamente recompensadas ou penalizadas por “*ego*”. As trocas incluem um vasto leque de interações, avaliadas quer positivamente quer negativamente, que vão desde a ajuda material e a prestação de serviços, ao aconselhamento e companhia nas atividades de lazer (PORTUGAL, 2007).

Estas redes são compostas por laços ativos e passivos, laços baseados em freqüentes interações face a face, e laços baseados em ligações afetivas com interações irregulares e pouco freqüentes. Ambos são importantes pelo seu impacto potencial, mas operam de modos diferentes: os laços ativos incluem interações de rotina que podem envolver ajuda direta, conselhos ou críticas; os laços passivos podem constituir também fontes de suporte ou pelos menos serem suficientemente influentes para que o indivíduo acredite que tal apoio pode surgir se for necessário.

A partir da análise das redes é que podem ser identificadas as relações de reciprocidade e de intercâmbio, dentre outras, que ocorrem com freqüência entre os participantes do movimento agroecológico, formando redes sociais decorrentes das conexões existentes de cada um dos membros dessas redes com outros membros, cujas ligações podem ser por estruturas informais das relações de reciprocidade, como o parentesco, o compadrio, a vizinhança e amizade, e por estruturas formais, como a igreja, o partido político, o movimento social, a cooperativa, entre outros.

Portanto, neste estudo, parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento de redes e de organizações, bem como o acesso as mesmas, pode desempenhar um papel importante na melhoria das condições de vida das pessoas, na provisão de recursos, além de serem fundamentais para o empoderamento dos jovens e de suas famílias.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a construção desta investigação, adotou-se a metodologia qualitativa, utilizando de pesquisa bibliográfica sobre o contexto histórico e a trajetória dos movimentos sociais rurais, bem como a técnica de entrevistas com as lideranças do movimento agroecológico do município de Araponga, localizado na zona da mata de Minas Gerais. Esse resgate histórico se faz importante, para uma melhor compreensão sobre a formação e características dos movimentos sociais dos jovens rurais na região, suas redes sociais e, sobretudo, para entender como os novos modos de produzir, consumir e viver dos movimentos se reproduz no presente; constituindo-se assim, o nosso ponto de partida nesta pesquisa.

Conforme os dados apresentados pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2010), o município possui uma população de aproximadamente 8.152 habitantes, dos quais cerca de 70% vivem no meio rural. A economia atual do município se baseia na agricultura familiar, especificamente na produção de café.

Para a realização do estudo, foram selecionadas intencionalmente 8 lideranças do movimento agroecológico das comunidades de Araponga (São Joaquim, Praia d'Anta, Pedra Redonda e Salazar), que atuam no movimento desde a sua criação.

Nesta etapa, estabeleceu-se contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Araponga, pelo fato de ser um espaço que congrega diversos representantes e lideranças da juventude, cujos itinerários de vida se entrelaçam aos percursos históricos dos movimentos sociais na região.

Para a caracterização dos movimentos sociais dos jovens rurais, em termos de sua formação histórica e construção social, procedeu-se o uso de entrevistas, a partir de um roteiro semi-estruturado, com questões sobre a origem, estruturação e organização do movimento agroecológico; o papel assumido pelas redes sociais de apoio; demandas e alcances do movimento em relação às políticas públicas para o meio rural, em particular, para os jovens que atuam nestes movimentos.

De posse das narrativas orais registradas com gravador de voz, estas foram posteriormente transcritas e submetidas à análise de conteúdo, conforme metodologia proposta por Bardin (2011).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Formação e construção dos movimentos sociais rurais na Zona da Mata de Mineira

A partir da década de 1970, houve um acelerado processo de modernização da agricultura na Zona da Mata Mineira, associada a uma série de políticas públicas, como o PRODEMATA – Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata, que buscava implantar lavouras de café com tecnologias mais avançadas na região. Toda essa modernização levou a criação da COAVAP – Cooperativa Agropecuária do Vale do Paraíso, que através da venda de insumos e produtos agrícolas aos agricultores cooperados, almejavam intensificar o uso de agrotóxico nas lavouras. Porém, na década de 1990, a cooperativa entrou em processo de liquidação, o que provocou o endividamento de muitos agricultores (CTA, 2002a).

A organização dos agricultores familiares na Zona da Mata começa a se constituir enquanto movimento a partir da década de 1980, com o MOBON – Movimento Boa Nova, vinculado à Igreja Católica, na corrente da Teologia da Libertação⁷, e às Comunidades Eclesiais de Base – CEBs⁸. A mobilização dos

⁷ A Teologia da Libertação nasceu da influência de três frentes de pensamento: o Evangelho Social a Teologia da Esperança e a Teologia Política. Existem pelo menos dois fundamentos bíblicos em que a Teologia da Libertação está pautada: o primeiro se baseia no livro de Êxodo e o segundo fundamento está na própria vida de Cristo, cuja tarefa foi libertar o ser humano do seu estado de sofrimento, introduzindo já o reino de Deus aqui na terra (CATÃO, 1986).

⁸ As diretrizes da CEBs consistem em traduzir as questões econômicas e políticas para a prática dos agricultores. Entre estas diretrizes está: a Igreja a serviço da vida plena para todos; compromisso evangelizador e missionário com os mais necessitados, partilhando a vida e com ela se comprometendo por uma vida mais justa e solidária, alimentada pela Palavra, pela Fraternidade, pela Oração e pela Eucaristia (CNBB, 2011)

agricultores e agricultoras envolvidos nas CEBs culminou com a fundação dos sindicatos de trabalhadores rurais (STR's), no final da década de 1980. Na percepção das lideranças há duas vertentes na formação dos Sindicatos na região da Zona da Mata Mineira: uma primeira vertente com forte influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), contribuindo na estruturação da organização social e política na região, de caráter essencialmente cutista e uma segunda vertente com influência cebista, apoiada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), com um caráter mais combativo e com articulação com o Partido dos Trabalhadores (PT). Esta segunda vertente seria representada pelos Sindicatos de Trabalhadores criados a partir de 1985 e estariam vinculados à Articulação Sindical da Zona da Mata Mineira.

Outro destaque na construção dos movimentos sociais está associado ao processo de mobilização por parte dos agricultores no que se refere à educação do campo, com a criação das Escolas Família Agrícola - EFA's na Zona da Mata Mineira, ao longo da década de 1990. O movimento da educação do campo tem um caráter regional, articulado a partir da AMEFA (Associação das Escolas Família Agrícola). A primeira escola constituída foi em Muriaé, anos mais tarde foram se constituindo as outras escolas em Acaiaca, Ervália, Araponga, Sem Peixe, Simonésia. A educação do campo começa a se instituir como luta efetiva dos povos do campo, a partir dos anos 1980, com os movimentos de redemocratização do país, quando organizações da sociedade civil, incluem na pauta das reivindicações uma educação que considera as diversidades culturais, as necessidades dos trabalhadores do campo e seus direitos sociais.

As ações dos movimentos sociais, como o Movimento de Educação de Base (MEB/1961), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG/1963), a Comissão Pastoral da Terra (CPT/1975), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/1979), como também outras iniciativas, quais sejam, as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as Casas Familiares Rurais (CFRs) e os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFAs) foram fundamentais para a mobilização por uma educação pública para o campo que respeitasse os direitos e as peculiaridades desses sujeitos sociais. Nessa perspectiva, a Educação do Campo tem sido caracterizada como um novo paradigma, que valoriza o trabalho no campo e os sujeitos trabalhadores, suas particularidades, contradições e cultura, como práxis (SOUZA, 2008). No contexto da Zona da Mata Mineira, os movimentos sociais

rurais têm se organizado em torno do desafio que representa a institucionalização da educação no espaço rural como movimento pedagógico centrado nos sujeitos do campo e como projeto de sociedade sustentável. Neste sentido Arroyo (2004) acrescenta que:

A identidade da escola do campo é definida pela vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes [...] e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país (p. 106).

Assim, de acordo com as lideranças entrevistadas, os movimentos sociais rurais emergiram na região a partir das mudanças políticas, econômicas e sociais do meio rural nas últimas décadas, pela formação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na Zona da Mata Mineira, pela conjuntura histórica do município, mas, principalmente pelas estratégias e iniciativas adotadas pelos próprios agricultores. Dentre estes movimentos destacam-se o Movimento Agroecológico, a Associação dos Trabalhadores Rurais Familiares (AFA) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), que contam com significativa inserção dos (as) jovens em sua articulação e representação política. Assim, todo este contexto ajuda a compor o universo no qual atuam estes movimentos sociais na região. Uma das lideranças destacou que:

Os movimentos de jovens rurais devem ser mais bem compreendidos a partir da própria questão do jovem rural, especialmente, daquele jovem que é atuante na realidade dos movimentos sociais “né”? (Respondente 07, homem, 55 anos).

O depoimento acima ressalta a importância de se compreender o processo organizativo dos movimentos sociais juvenis a partir da identidade juvenil, levando em consideração suas demandas e potencialidades, tornando-se espaços privilegiados de construção de identidades. Neste sentido, Castro (2005) pondera que o jovem se posiciona como um ator político dentro dos movimentos sociais, vivendo um processo de construção de identidades, expressando suas angústias e demandas, como também experimentam cotidianamente a desigualdade do campo brasileiro.

Ainda, para as lideranças, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (SRT) de Araponga e o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira foram importantes redes de apoio na formação e construção dos movimentos sociais rurais e no desenvolvimento das atividades e projetos dos agricultores familiares da região.

De acordo com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, as questões ligadas à produção agrícola sempre foi uma das maiores preocupações dos movimentos sociais rurais. No entanto, isto não significa que outras demandas e necessidades dos agricultores não sejam consideradas, tais como, a aposentadoria rural e outros direitos importantes para as comunidades rurais.

Na verdade, havia outros interesses por parte dos agricultores. A educação e o futuro dos seus filhos era uma preocupação recorrente de todas as famílias da comunidade (Respondente 07, mulher, 42 anos)

Esta fala vêm de encontro com Gonh (2010) ao dizer que, nos anos 1990, os movimentos populares passaram a contemplar outras demandas além das carências específicas de bens coletivos e de redemocratização do país, pois buscaram também se debruçar nas questões ambientais, étnicas, de gênero, entre outras. Isso significa que as demandas não são mais pensadas apenas em termos locais, mas ocorre a percepção de como o local pode se articular com outros “locais” e para, além disso, com as dimensões da sustentabilidade.

A partir desta constatação, os agricultores familiares se organizaram e construíram em 2008, a Escola Família Agrícola (EFA PURIS) no município. De acordo com a diretora da escola, a EFA-Puris surgiu do desejo dos pais de criar uma escola que ajudassem os jovens a construírem uma idéia de que é possível ter uma vida boa no campo e com educação de qualidade. Neste sentido, a EFA-Puris adota os princípios da metodologia da alternância e enfatiza a participação das famílias na condução do projeto educativo e na gestão da escola, como relata uma das lideranças:

Olha aqui no município tem vários movimentos e organizações, de forma que uma vai puxando a outra... e esta escola, na verdade é um elo, uma extensão de todos estes movimentos, né? [Enfatiza]. ((Respondente 03, mulher, 43 anos)

Este depoimento expressa à importância da escola na sua atuação com os movimentos sociais em rede e com outros atores sociais, ou seja, redes articulando os movimentos em torno de suas demandas específicas e redes no sentido de articular demandas mais amplas entre diversos movimentos sociais. Assim, cada vez mais, os movimentos sociais assumem a tarefa de discutir a educação, principalmente dos sujeitos do campo, ou seja, a Educação do Campo. Destacamos como um dos

espaços de fortalecimento da agroecologia, enquanto política e técnica para os agricultores familiares o Movimento Nacional da Educação do Campo, que, nos últimos 15 anos, tem incorporado o enfoque agroecológico em seus projetos e programas educacionais; tornando a agroecologia uma ferramenta importante na configuração de outro projeto de desenvolvimento, de campo, de educação e de sociedade.

4.2. O Movimento Agroecológico: um estudo de caso em Araponga-MG

O uso do termo Agroecologia, remonta à década de 1930. Inicialmente a agroecologia foi concebida como uma disciplina específica que estudava os agroecossistemas. Nas décadas seguintes as contribuições do ambientalismo, da sociologia, da antropologia, da geografia, do desenvolvimento rural e do estudo de sistemas tradicionais de produção foram se juntando a esta concepção (GUHUR E TONÁ, 2012)

No entanto, o termo agroecologia se popularizou nos anos de 1980, a partir dos trabalhos de Miguel Altieri e, posteriormente, de Stephen Gliessman, ambos considerados expoentes da vertente americana da agroecologia, definida por Altieri (1989, p.09), como “uma disciplina que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agrecossistemas produtivos e conservadores dos recursos naturais, apropriados culturalmente, socialmente justos e economicamente viáveis”.

A outra vertente da agroecologia parte de um viés sociológico da Escola Européia na Espanha, que busca uma caracterização agroecológica do campesinato. Como principais representantes desta escola destaca-se Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel González de Molina, ambos ligados ao Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos (ISEC) da Universidad de Córdoba, na Espanha (GUHUR E TONÁ, 2012).

No Brasil, o debate agroecológico surge no final da década de 1970 com o Movimento da Agricultura Alternativa. Neste período, destacam-se os trabalhos desenvolvidos pelos estudiosos José Lutzenberger, Adilson Paschoal, Ana Primavesi e Sebastião Pinheiro na crítica à Revolução Verde no Brasil, cujas obras permanecem até hoje como referências no campo da agroecologia.

Em se tratando da popularização da agroecologia no Brasil, vale ressaltar os trabalhos das ONGs, principais disseminadoras da agroecologia e o protagonismo

dos movimentos sociais populares do campo no início dos anos 2000, sobretudo, aqueles ligados à Via Campesina que incorporaram o debate agroecológico na sua estratégia política, trazendo contribuições significativas para a agroecologia na sociedade brasileira.

Atualmente, a Agroecologia vem sendo incorporada por um conjunto de organizações e movimentos sociais em suas múltiplas formas de expressão na construção de outro projeto de campo e de sociedade. São espaços diversos que, por sua vez, tem desenvolvido diferentes práticas, orientadas por diferentes compreensões e definições sobre agroecologia.

De acordo com Gomes (2005), é crescente o reconhecimento da agroecologia, tanto nos movimentos sociais, nas ONGs, como também no meio acadêmico e governamental. Neste sentido, ocorrem compreensões diferenciadas da agroecologia, mesmo internamente a cada segmento social, sendo assim um termo em disputa e em construção (GOMES, 2006; GUHUR E TONÁ, 2012).

Para Guhur e Toná (2012), uma concepção recente e ampliada de agroecologia entra em cena a partir da prática dos movimentos sociais e populares do campo. Estes movimentos compreendem a agroecologia como parte de sua estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da degradação da natureza. Nesta dimensão, para os movimentos sociais, “a agroecologia inclui o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional”. Desse modo, a agroecologia busca construir uma sociedade agricultores livres e integrados para a conservação de toda a vida em sociedade. Nesta perspectiva, “o objetivo final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação do ser humano” (GUHUR E TONÁ, 2012,p.60).

Neste contexto, o movimento agroecológico na região de Araponga, enquanto movimento social, não pode ser entendido apenas como uma ação coletiva e intervencionista de determinadas organizações, nem tampouco de interesses dos agricultores locais. Portanto, o cenário onde o movimento é gestado é bastante complexo, formado por questões de ordem social, econômica e cultural, que convergem para um ponto em comum – novos modos de produzir, consumir e viver, orientados pela sustentabilidade da agricultura.

Melucci (2001) salienta que um movimento social existe quando há um princípio de identidade construído coletivamente e também quando há uma definição

coletiva de um campo de conflitos e dos adversários centrais nesse campo, bem como a construção de um projeto de transformação nos campos societário e cultural.

Nesta dimensão, o emergente Movimento Agroecológico é um exemplo de um movimento com referenciais de subordinação histórica de um grupo social – os trabalhadores rurais e mais recentemente os chamados agricultores familiares – por sua condição de classe (camponeses pobres) – a identidade coletiva; para o combate a um legado histórico de exclusão e expropriação dos seus meios de produção – o adversário comum; pelo direito a terra e ao reconhecimento de seu modo de vida e de sua cultura – o projeto de transformação.

Na Zona da Mata de Minas Gerais, a construção da agroecologia remonta a década 1980, quando se utilizava ainda o termo agricultura alternativa. Desde as suas origens, o movimento da agroecologia na região tem sido marcado pela articulação estabelecida entre agricultores familiares e suas organizações e movimentos sociais e sindicais do campo; o CTA-ZM e a UFV, especialmente os Departamentos de Solos e de Educação. É desta parceria histórica que a agroecologia tem sido consolidada na região, buscando avançar como um enfoque científico e metodológico (CARDOSO; FERRARI, 2006).

A agricultura alternativa enquanto movimento social, atualmente denominado movimento agroecológico, é interpretada a partir das teorias sobre os “novos movimentos sociais”; novos porque diferem dos movimentos sociais tradicionais centrados em preocupações econômicas, seguindo o paradigma marxista, como o movimento operário. Os “novos movimentos sociais” surgiram como uma perspectiva europeia que se reporta aos potenciais estruturais de conflito. Procuram ir além das leituras deterministas do marxismo, da dinâmica das relações de classe (burguesia e proletariado) e do desenvolvimento das forças produtivas.

Logo, o arranjo dos movimentos sociais rurais, em sua forma organizacional de movimentos em rede, como citado por Scherer Warren (1996), possibilita a viabilidade de propostas e demandas mais abrangentes dos movimentos, como por exemplo, o acesso a recursos financeiros, apoio técnico, aquisição de linhas de crédito e políticas públicas direcionadas a agricultura familiar.

Neste âmbito, os movimentos sociais rurais, a exemplo do movimento agroecológico, exercem um papel importante na ecologização da agricultura e nos debates políticos sobre a temática do desenvolvimento rural sustentável. Para

Schmidt (2002), a agricultura ecológica ocupa no momento atual o panorama da política agrária, alcançando o reconhecimento que lhe foi negado por muito tempo.

Na última década têm sido crescente a articulação, mobilização e parceria dos sujeitos do campo com instituições de ensino na difusão de experiências em agroecologia. Neste contexto, o CTA-ZM em parceria com a UFV e as organizações e movimentos sociais, em especial o movimento agroecológico tem buscado dar visibilidade às práticas agroecológicas em curso na região, potencializar novas parcerias na difusão da agroecologia, assim como compartilhar os diversos saberes engendrados neste movimento (CTA, 2012).

Vários foram os fatores que contribuíram para a origem e construção do movimento agroecológico em Araponga, dentre estes fatores, as lideranças destacaram: a preocupação dos agricultores locais com as conseqüências indesejáveis da agricultura moderna, o que levou a rejeição por parte destes agricultores de técnicas agrícolas que utilizavam insumos e fertilizantes químicos em suas terras; a experiência de conquista de terras iniciada ainda no final dos anos 1980 e o diagnóstico participativo realizado em Araponga, a partir da década de 1990 para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, organizado em parceria com o CTA-ZM, Prefeitura Municipal de Araponga, Instituto Estadual de Florestas, Emater, UFV e EPAMIG.

A conquista de terras em conjunto, foi uma iniciativa precursora de um grupo de agricultores familiares, que resolveram ampliar para outras pessoas da comunidade uma prática que já desenvolviam em família: o empréstimo de produtos agrícolas para ajudarem uns aos outros a juntar o valor necessário para comprar as terras. Desta forma, no caso de Araponga, o acesso a terra impulsionou a transição da agricultura convencional para a agricultura agroecológica (CAMPOS, 2006)

No entanto, como bem coloca uma das lideranças entrevistadas, este processo não é uma via de mão única:

“[...] O acesso a um pedaço de terra, permitiu o avanço do movimento, mas ao mesmo tempo, a agroecologia deu um novo sentido no lidar com a terra, mais alternativa, criando condições de vida para as famílias que moram aqui. Entendeu? ((Respondente 05, homem, 60 anos)

Outro elemento determinante do processo de formação dos movimentos sociais diz respeito à mobilização social dos agricultores, por meio do diagnóstico participativo que envolveu participantes da zona rural, urbana e entidades do

município na construção de um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, com o objetivo de levantar os principais problemas e potencialidades do município. A partir desse diagnóstico, é que se estabeleceu a mobilização do movimento sindical no processo de constituição do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, na qual os agricultores e agricultoras tiveram um papel fundamental na definição da área do parque. Durante a elaboração do plano, várias atividades foram promovidas, buscando fomentar a participação de jovens e mulheres em todo o processo (CTA, 2003).

Sendo assim, “a participação como ação social nasce e se reproduz de práticas sociais sistemáticas e não isoladas, que permitem ao cidadão reconhecer que é sujeito, que tem direito e deveres e pode reivindicá-los” (MAIRENA DURAN, 2001, p.25).

Ao serem perguntados sobre a origem do Movimento Agroecológico de Araponga, as lideranças colocaram que este movimento teve uma importante contribuição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e do Sindicato dos trabalhadores Rurais (STR), na trajetória da experiência agroecológica da região.

Para se organizar, o Movimento Agroecológico contou primeiramente com a participação efetiva das CEBS, que embasada na Teologia da Libertação buscou conscientizar os trabalhadores rurais do campo, no sentido de buscar condições para se organizarem e lutar contra as injustiças e por seus direitos. Já, a partir da década de 1990, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) começou a atuar em alguns municípios da Zona da Mata Mineira, dentre estes em Araponga. Através do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) buscou construir uma relação de assessoria com o Sindicato para atuar junto aos agricultores em suas propriedades motivando o uso das chamadas “tecnologias alternativas”, como o resgate, avaliação e produção de sementes crioulas, práticas de adubação verde e conservação dos solos (CTA, 2002b). Na especificidade do processo de formação dos agricultores, o CTA-ZM tem se destacado por implementar e realizar os Intercâmbios Agroecológicos na região como uma das estratégias de difusão de conhecimentos agroecológicos, favorecendo uma maior inter-relação e articulação entre as atividades desenvolvidas pelo CTA-ZM e os agricultores (MOREIRA ET AL, 2007).

Desde os seus primórdios, o movimento agroecológico na região tem como marca a participação e o protagonismo dos agricultores familiares e de suas organizações sociais e sindicais, possibilitando o sinergismo entre os diferentes

conhecimentos, dos diferentes sujeitos. Todavia, a construção e consolidação do movimento não pode ser visto como um processo simples e muito menos fácil.

Durante a pesquisa de campo, os entrevistados relataram que um conflito importante no momento atual, que tem impactado a difusão da agroecologia em Araponga, como também em toda Zona da Mata, tem sido o aumento no uso de agrotóxicos, impulsionado principalmente pela propaganda ostensiva dos vendedores de insumos agrícolas diretamente nas comunidades rurais. Ancorados nesses marcos históricos, o movimento agroecológico se funda em Araponga e se constitui enquanto contramovimento a lógica capitalista.

Um marco histórico das ações engendradas em torno da agroecologia na Zona da Mata Mineira, como também em Araponga, foi o movimento “Em defesa da Vida e do Meio Ambiente”, na década de 1990. Esse movimento teve uma inserção forte da saúde como temática do trabalho sindical, sendo as experiências com medicina alternativa e homeopatia fundadas nesse período. Logo, nos anos 2000, começa-se a estabelecer com a Universidade Federal de Viçosa - UFV a construção da rede sócio-técnica de desenvolvimento da agroecologia, envolvendo organizações de assessoria e organizações da agricultura familiar e camponesa. A partir deste momento, iniciam-se também experiências com sistemas agroflorestais (SAF's), nos municípios de Araponga, Divino, Espera Feliz, Acaiaca, Muriaé, Pedra Dourada, Tombos e Eugénópolis (CTA, 2002a)

Destaca-se que a consolidação dos movimentos sociais rurais advém do caráter estratégico das redes sociais as quais estes movimentos estão vinculados e a importância destas no desenvolvimento das atividades e propostas do Sindicato, como também dos próprios agricultores familiares. Assim, os movimentos sociais rurais da região vão ganhando capilaridade e se caracterizando por uma organização bastante desenvolvida, ou seja, estão bem estruturados socialmente com ações coletivas de abrangência local e regional.

Embora possam ter lideranças individuais, os movimentos sociais não se caracterizam pela atuação de um líder, mas expressam a vontade de grupos sociais, de uma coletividade. Além disso, o movimento agroecológico e os outros movimentos sociais rurais presentes em Araponga - MG têm mostrado que as lutas sociais no campo não se restringem à simples obtenção da sobrevivência, pelo contrário, referem-se à experiência do envolvimento nos confrontos que possibilita gerar um saber social que é transmitido e estendido a outras esferas da vida, dinamizando a vida no espaço rural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da visão dos seus protagonistas e da breve revisão sobre o contexto histórico dos movimentos sociais rurais na Zona da Mata Mineira, especificamente no município de Araponga, pode-se concluir que a formação destes movimentos se processou por diversas mobilizações e experiências organizativas, envolvendo as organizações sindicais, entidades de apoio, Universidade Federal de Viçosa, associações e cooperativas. Alguns princípios marcaram essas ações, como a sustentabilidade do campo, por meio do uso de diferentes tecnologias sociais, como o uso de homeopatia na lavoura, a implantação de sistemas agroflorestais nas propriedades e a difusão da educação do campo.

Em Araponga-MG, o movimento agroecológico tem íntima relação com as preocupações dos próprios agricultores familiares, de agentes pastorais da Igreja Católica e do Sindicato dos Trabalhadores rurais, pois contestam o modelo de agricultura convencional. A agroecologia passou a ser uma proposta possível de ser ambientalmente e economicamente sustentável e socialmente incluyente.

Neste sentido, vale ressaltar o papel fundamental do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), como redes de apoio, capaz de articular debates sobre temas pertinentes ao cotidiano da vida dos jovens agricultores e dos movimentos sociais na região.

Além disso, os movimentos sociais rurais presentes no município de Araponga, como, por exemplo, o movimento agroecológico, contribuem consideravelmente para o desenvolvimento rural do município, uma vez que ampliam os campos de luta e legitimação, tanto em direção a sustentabilidade na agricultura quanto à consolidação da agricultura familiar.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Virgínia de; PAPA Fernanda de Carvalho (Orgs). **Políticas públicas de juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagem**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CAMPOS, Ana P. T. **Conquista de terras em conjunto: redes sociais e de confiança – experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga - MG**, 2006, 102 f. (Dissertação Mestrado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural. UFV, Viçosa. 2006.

CARDOSO I. M., FERRARI E.A. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. **Revista Agriculturas**, v. 3, n.4 , p.28-32,2006.

CARNEIRO, M. J. “O ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais”. In: SILVA, Francisco C.; SANTOS, Raimundo; COSTA, Flávio de C. (org). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus. 1999.

CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005, 444 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro.

CATÃO, Francisco. **O que é teologia da libertação**. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1986.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Nossa Missão**: Revista 15 anos CTA. Viçosa, 2002 a.

_____. **Sistemas de Produção Agroecológicos**: Revista 15 anos CTA. Viçosa: CTA, 2002 b.27p

CNBB. **Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2011.

DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural**: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). 2004.199 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

DURAN, R. F. M. **A participação dos atores na formulação do Plano de Desenvolvimento Rural no município de Tombos – MG**. Viçosa: UFV, 2001.

GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Daniel Gustavo; Organizadores. **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**, Porto Alegre; Editora UFRGS, 2009.

GHON, M. **História dos movimentos e lutas sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.128.

_____. **Sociologia dos Movimentos Sociais: indignados, Occupy Wall Street, Primavera árabe e mobilizações no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2013, p.127

GOMES, J. C. C. **A pesquisa em Agroecologia: problemas, perspectivas e desafios**. Texto base do I Encontro de Agroecologia das Unidades da Embrapa e Parceiros. 2005. Brasília.

GUHUR, Dominique M. P.; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: PEREIRA, Isabel Brasil; CALDART, Roseli Salete; ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (Coord.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 57-64. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em 29 jan. 2013.

KERBAUY, M.T.M. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, v.18, n.19. Araraquara, p.193-203, 2005.

MARQUES, E. **Redes Sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação/ANPEd**. n. 5 e 6, p. 5-14, 1997.

-----**A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, v.3, n.7, p.87-108, Dez. 1989.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo. **Otra Economía**.v.2, n.3, p. 74-92, 2008.

PORTUGAL, Sílvia. Novas Famílias, modos antigos: as redes sociais na produção de bem-estar. Coimbra: FEUC, 2006, 740f. Tese de doutoramento em Sociologia. Faculdade da Universidade de Coimbra, Portugal. 2006.

-----**Contributos para uma Discussão do Conceito de Rede na Teoria Sociológica.** Oficina do CES, nº 271, Março/2007, p. 1-35.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes Sociais de Reciprocidade e Trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha.** 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

RICCI, R, A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 54, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/054/54ricci.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

_____ **Movimentos sociais rurais nos anos 90.** GIFA – Grupo de Interesse em pesquisa para agricultura familiar, EMBRAPA, 2006. Disponível em:<<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/ricci.pdf>>. Acesso em: 24 jul 2013.

RIOS, J. A. Movimentos sociais. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Dicionário de ciências sociais.** Rio de Janeiro: FGV, MEC, Fundação de Assistência ao Estudante, 1986. p. 788-90.

SANDOVAL, S. A. M. A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. **Educação e Sociedade**, v.2, n.34, p.122-130, 1989

SCHMIDT, W. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? In: **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre, v. 1, nº 4, out/dez 2000.

SCHERER- WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse. **Rede de movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SILVA, E. R.A. de; ANDRADE, C.C.de. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla coelho de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009. p. 41-69.

SOUZA, M.A.de. Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação e Sociedade**, v.29, n.105, p.1089-1111, set/dez.2008.

SPÓSITO, M. **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

TOURAINÉ, A. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977. p. 35-60.

_____. **O Retorno do Actor** – Ensaio Sobre Sociologia. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

VELHO, O. G. Movimentos sociais rurais. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: FGV, MEC, Fundação de Assistência ao Estudante, 1986. p. 788.

CAPÍTULO 2 – ARTIGO ORIGINAL

TRAJETÓRIAS E PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO DE ARAPONGA – MG

RESUMO

Com o objetivo de analisar as influências do movimento agroecológico nos projetos de vida dos jovens rurais, utilizou-se metodologicamente de questionários, entrevistas e história de vida de jovens com idade entre 15 e 32 anos que participam do movimento agroecológico do município de Araponga/MG. Os resultados apontaram que a maioria dos jovens entrevistados encontrou na agricultura familiar um campo fértil para a difusão dos princípios da agroecologia e criou as condições necessárias para que a unidade de produção passe a ser entendida em primeiro lugar como uma unidade de vida. Os jovens procuram construir sua forma de ver e viver o mundo a partir de suas experiências, circunscritas em um processo contínuo de transformações pessoais, que somadas às suas trajetórias de vida, direcionam suas escolhas. Na medida em que os jovens passam a adotar os princípios e as ações do movimento agroecológico, seus projetos de vida não são orientados exclusivamente por uma racionalidade econômica, mas igualmente reconstróem relações que tem raízes numa condição de vida familiar tradicional, pautada pelas relações de trabalho e de reciprocidade que perpassam gerações. Conclui-se que movimento agroecológico possui uma forte influência nos projetos de vida dos jovens rurais,

considerando que a maioria organiza e alinha seus projetos de vida de acordo com os princípios agroecológicos, manifestando o desejo de permanecerem no meio rural e terem seu próprio negócio.

Palavras Chave: Trajetória, Projetos de Vida, Juventude rural

ABSTRACT

With the aim of analyzing the influence of agroecological movement in the life projects of rural young people, we methodologically used forms, interviews and background history of youngsters aged between 15 and 32 years old who participate in the agroecological movement of Araponga/MG. The results showed that the majority of the interviewed young people have found in family farming a fertile ground for the spreading of the principles of agroecology and have created the sufficient conditions so that production unit is firstly seen as a unit of life. Young people are in search to make their way to see and experience the world from their experiences, contained in a continuous process of personal transformation which, added to their life trajectories, direct their choices. By analyzing the life projects of young people, it became transparent that, by the time young people start to adopt the principles and actions of the agroecological movement, their life projects are not driven exclusively by economic reasoning, but they also rebuild relations which have roots in a condition of traditional family life, guided by the labor relations and reciprocity that cross generations. It is concluded that agroecological movement of Araponga-MG has a strong influence on the ambitions of the rural youth, considering that most organizes and aligns their life projects according to agroecological principles, expressing a desire to remain in rural areas and have their own business.

Keywords: Trajectory, Project Life, Rural Youth

1. INTRODUÇÃO

Pesquisas recentes têm mostrado e levado à discussão sobre a complexidade dos elementos que compõem as identidades juvenis, construídas de acordo com o sexo, a condição social e econômica, a cultura, o lugar de origem, dentre outras variáveis. Dessa forma, as relações sociais se constroem no presente, movidas pelas tradições familiares e locais do passado, bem como por alternativas possíveis ao futuro das gerações e à reprodução do estabelecimento familiar. Estas dinâmicas se interligam e, através delas, emerge um ator social multifacetário que pode ser portador, ao mesmo tempo e paradoxalmente, de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural (CARNEIRO; CASTRO, 2007).

Conforme Carneiro (1998), atualmente torna-se cada vez mais difícil delimitar as fronteiras entre o espaço rural e o urbano, devido à aproximação das relações de trabalho e dos modos de vida estabelecida entre eles. Portanto, é neste “campo de possibilidades” que os jovens rurais alinham seus projetos de vida que podem mudar de acordo com as transformações vivenciadas pelos jovens ao longo desse processo, pois são essencialmente dinâmicos. Assim, conforme destaca Velho (1999, p.104), o projeto “é permanentemente reelaborado, reorganizando a memória do ator, dando novos sentidos e significados, provocando repercussões na sua identidade”

É neste contexto que se aponta para a emergência dos movimentos sociais rurais, como também para a participação e protagonismo juvenil presente neste contexto, seja na perspectiva de permanência do jovem no meio rural, seja como necessidade de buscar outros espaços de vida e sociabilidade.

Ao fazer uma análise da juventude rural dentro do movimento social de luta pela terra, Castro (2008, p.27.), mostra o seu modo de ver as mobilizações e organizações construídas pelos jovens rurais como uma reafirmação da identidade. Isto é, o “querer ficar no campo mais que um desejo, é uma luta cotidiana dos jovens e de seus familiares”.

Desta forma, de acordo com Castro (2009), a juventude rural se apresenta nos espaços de organização dos movimentos sociais, participando e atuando no cotidiano dos espaços rurais, a partir da diversidade e auto-representação, discursos e práticas, para tratar de processos de construção de identidades culturais. Nessa perspectiva, os jovens são membros de uma coletividade relacionando-se com os demais sujeitos em diferentes contextos, assimilando o que é produzido e ao mesmo tempo produzindo.

A diluição das fronteiras materiais e simbólicas entre o meio rural e o urbano faz com que os jovens reelaborem suas identidades sociais, permitindo a convivência no mesmo espaço social de prática e valores, isto é, articulando elementos do rural e do urbano (CARNEIRO, 1999). Ou seja, o jovem enquanto sujeito social produz e reproduz na própria realidade, na relação que estabelece com a natureza e com o lugar que ocupa na produção – sua classe social. É nesta relação que se constrói a subjetividade do sujeito, que auxiliará na compreensão dos processos de construção e significação dos projetos de vida (MELUCCI, 1997).

As discussões no Brasil acerca da juventude rural despontaram no momento em que ocorreram profundas transformações no campo (por volta da década de 1990), levando à reflexão sobre qual o papel do jovem neste contexto de desigualdades e, sobretudo, para delinear qual é a postura da juventude diante de tais problemas. O processo de modernização da agricultura provocou transformações substanciais na estrutura fundiária do país, representadas pela concentração da posse da terra, pela inversão da relação campo-cidade e pelo êxodo rural, resultante da mecanização do campo, com a população migrando para as cidades.

Além disso, o difícil acesso às políticas públicas básicas, como educação, lazer e cultura também têm tido um peso significativo na saída desses jovens para as cidades. Essas transformações trouxeram reflexos diretos na estrutura familiar das pessoas que viviam no campo, onde as condições de trabalho e renda tornaram-se precárias, ocasionando o êxodo rural (CARNEIRO, 1999; BALSADI, 2001). Além disso, não se pode negar que os jovens que vivem nas áreas rurais ainda enfrentam

outras situações, como o preconceito quanto à sua origem, dificuldades de acesso às novas tecnologias, ao lazer, à cultura e à educação de qualidade.

Diante deste contexto, considerando as especificidades da agroecologia e a relevância dos jovens, enquanto atores fundamentais nos movimentos sociais rurais, o presente artigo buscou analisar as influências do movimento agroecológico nos projetos de vida dos jovens rurais de Araponga – MG, considerando suas motivações e expectativas futuras. Enfim, busca-se responder aos seguintes questionamentos: O que pensam os jovens rurais sobre seu presente e futuro? De que modo os jovens nesse contexto organizam e alinham seus projetos de vida? Como é possível identificá-los e caracterizá-los? No que se assemelham e no que diferem de outros tipos de projetos? Quais são as ações ou estratégias protagonizadas por estes (as) jovens participantes do movimento agroecológico e como isto tem influenciado seus projetos de vida? Estas e outras questões são inquietantes e levam à reflexão sobre o papel da juventude no contexto atual, em especial, o papel da juventude no meio rural brasileiro. A partir destas discussões, pretende-se aprofundar sobre a problemática indicada, levando em consideração, sobretudo a relação do movimento agroecológico com a idealização dos projetos de vida destes jovens.

2. CONCEITUANDO A JUVENTUDE RURAL

Os estudos sobre a juventude rural no Brasil têm evidenciando sua inconsistência temporal, cultural e simbólica, devido ao fato da condição juvenil ser uma construção social, cultural e histórica, que emerge sob diferentes categorias empíricas: jovens rurais; jovens agricultores; jovens do interior; jovens do sertão; jovens empreendedores rurais; jovens filhos de agricultores; jovens rurais ribeirinhos; jovens sem-terra e juventude rural (WHEISHEMER, 2005). Para este mesmo autor, estas delimitações acabam por ser produzidas a partir de duas dimensões: uma mais relacionada à dimensão geográfica e o local de residência e outra, incorporando a definição de processo de socialização peculiar deste grupo. Já para Alves e Ferreira (2008, p. 245), “a juventude rural representa uma categoria chave não só para a reprodução social do campo como também para a agricultura familiar e não se limita às especificidades de cada grupo” como citado anteriormente por Wheishemer (2005).

Outros trabalhos acadêmicos, como de Castro (2005), Wanderley (2006) e Tavares (2008), afirmam um lugar comum para a categoria “jovem rural”, como aquele que se encontra, na maioria das vezes, num constante paradoxo, entre os projetos pessoais, de constituir outra família, sair da agricultura ou, por outro lado, ficar e assumir um papel protagonista na reprodução da família, perpetuando práticas produtivas, preservando culturas e saberes, enfim, referendando um modo de vida próprio e particular.

Nos estudos de Dayrell (2010) e Spósito (2003), a juventude é considerada como uma categoria de análise “epistemologicamente imprecisa”; por isso, para estes pesquisadores, não se pode falar em uma única juventude, mas sim em juventudes e isso se deve à diversidade de condições sociais, econômicas e culturais que caracterizam os diversos grupos juvenis. Assim, a juventude rural possui peculiaridades e características que os diferencia dos demais grupos juvenis, especialmente dos jovens de áreas urbanas e das grandes cidades. Estas características estão associadas aos estilos de vida, de moda e comportamentos, que atribuem à juventude o papel de propulsora real ou potencial dos processos de transformações sociais, políticas e culturais (PEREIRA, 2004).

Neste sentido, a psicologia sócio-histórica compreende os sujeitos como constituídos historicamente, determinados pelas relações sócio-culturais e pelas relações que estabelecem em seu meio. Para esta corrente teórica, a juventude é entendida como uma construção social, constituída de significados culturais e características bio-fisiológicas, como “elementos para a conversão do social em individual e referências para a constituição da subjetividade do jovem e de seu mundo psíquico” (CALIL, 2008, p. 112).

A perspectiva sócio-histórica defende ainda o consenso de que não se pode falar em juventude, mas em juventudes, levando-se em conta as peculiaridades e a diversidade social em que tal categoria se expressa. Por isso, neste estudo fez-se o uso sociológico no plural para designar “juventudes”, corroborando com Rezende (1989), para quem:

“Esta concepção alerta-nos sobre a existência, na realidade dos grupos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sociocultural – classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero e etc. – saltam subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios. Cada juventude pode reinterpretar a sua maneira o que é “ser jovem”, contrastando-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também, em relação a outras juventudes” (Rezende, 1989, p: 4-5).

Seguindo esta mesma perspectiva, Groppo (2000, p.52) acrescenta que há múltiplas juventudes no chamado rural. Contudo, é fundamental compreender a juventude para além de uma fase de transformações fisiológicas, naturais e pré-definidas. Além disso, a participação dos jovens nos movimentos sociais rurais, como um campo de possibilidades para a construção de projetos de vida, fazem do tema “juventude rural” um território de buscas analíticas, para que se possa

compreender o fenômeno de “ser jovem” no meio rural, em seus contextos de vida, tempo e espaço.

Desta forma, o que é ser jovem hoje é diferente do que era ser jovem há 20 anos atrás, pois suas representações e expectativas mudam. Portanto, a juventude é uma categoria construída socialmente, ocasionando a sua mutabilidade espacial e temporalmente.

3. PROJETOS DE VIDA

Segundo Velho (1994), o projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Ao contrário, é formulado dentro de um campo de possibilidades, que é dado com as alternativas construídas do processo sócio histórico que trabalha com a dimensão individual e coletiva e abarca não apenas o futuro, mas as dimensões do passado e do presente. Já que existe essa ligação das dimensões de tempo passado – presente - futuro, percebe-se que a maioria dos (as) jovens vincula seu projeto de vida ao movimento agroecológico pensando em “crescer” no movimento. Dessa forma, os projetos podem ser individuais ou coletivos; amplos ou restritos e com elaborações a curto ou médio prazo, de acordo com o campo de possibilidades. Logo, dependem dos contextos socioeconômico e cultural concretos em que cada jovem se encontra inserido, e que circunscrevem suas experiências.

Neste âmbito, Juncken (2005) defende que a condição de existência do projeto de vida é a sua possibilidade de comunicação; ou seja, para existir precisa expressar-se através de uma linguagem que visa o outro, sendo potencialmente público.

Autores como Velho (1994) e Dayrell (2007) buscam articular o projeto de vida como elemento definidor da construção da identidade, a partir de uma perspectiva histórica e temporal. Estes autores enfatizam a necessidade de construir uma prática capaz de oportunizar o jovem a descobrir suas potencialidades e se perceber como agente de transformação da sociedade, pois “quanto mais o jovem se conhece, experimenta as suas potencialidades individuais, descobre o seu gosto,

aquilo que sente prazer em fazer, maior será a sua capacidade de elaborar o seu projeto” (DAYRELL, 2007, p. 02).

Assim, se há por um lado a necessidade de considerar o campo de possibilidades, também é importante considerar as características individuais, os desejos, as aptidões. Por isto, não se pode utilizar a idéia de projeto de vida para nomear de forma fechada as manifestações dos jovens sobre suas perspectivas de futuro, mas para interpretar o modo como esses sujeitos se posicionam diante da necessidade de assumirem de forma autônoma a construção de seus projetos para o futuro. Trata-se de uma dinâmica que está intimamente ligada à construção da identidade que, segundo Dayrell (1999), é um processo de aprendizagem que implica no amadurecimento da capacidade de integrar o passado, o presente e o futuro, bem como as condições objetivas e subjetivas.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi desenvolvido com os jovens rurais participantes do movimento agroecológico do município de Araponga, localizado na região da Zona da Mata Mineira. Esta pesquisa caracterizou-se por uma abordagem quali-quantitativa, utilizando metodologicamente de questionários, entrevistas e história de vida de jovens com idade entre 15 e 32 anos que participam e atuam no movimento agroecológico, nas comunidades de Salazar, São Joaquim e Praia Anta, do município de Araponga – MG. A utilização da entrevista, orientada no sentido de buscar elementos da trajetória de vida dos jovens, potencializou as análises e perspectivas deste estudo.

A amostra desse estudo foi composta de 45 jovens (26 rapazes e 19 moças), integrantes do movimento agroecológico da região, com idade entre 15 e 32 anos que participam do movimento agroecológico há no mínimo cinco anos, com vistas a aprofundar sobre o cotidiano do jovem rural, sua participação no movimento e seus projetos de vida. O mapeamento dos (as) jovens do movimento agroecológico de Araponga se deu a partir do cadastro dos/das participantes no Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade.

A técnica de coleta de dados consistiu na aplicação de questionários e entrevistas com os (as) jovens, procurando identificar características relevantes para o estudo, como a comunidade onde residem; idade; condição socioeconômica; acesso ao trabalho e estudo; a renda desses sujeitos; se eram casados e possuíam filhos. Além disso, os jovens entrevistados (as), responderam um roteiro com vinte perguntas, que versaram sobre as seguintes temáticas: inserção e vivência junto ao movimento

agroecológico; questões de gênero; percepção da família sobre a participação dos jovens no movimento; motivações e expectativas dos jovens do movimento agroecológico, ou seja, de que forma os jovens do movimento elaboram seus projetos de vida. Em todas as entrevistas, utilizou-se o gravador com a autorização do entrevistado, a qual foi esclarecido sobre o objetivo da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e principalmente, sobre o sigilo de seus nomes na mesma. O esforço empreendido ao longo desse estudo foi não só de observar, mas também de ouvir os jovens, por meio das técnicas de coleta de dados já explicitadas, no sentido de compreender, de seu ponto de vista, as questões que orientam esta investigação

De posse das narrativas orais registradas com gravador de voz, estas foram posteriormente transcritas e submetidas à análise de conteúdo, conforme metodologia proposta por Bardin (2011). Para os dados quantitativos foram utilizadas análises estatísticas, basicamente, de natureza descritiva, em função do caráter diagnóstico da presente pesquisa.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1. Caracterizações dos Jovens Rurais do Movimento Agroecológico de Araponga – MG

Os resultados apontaram que os jovens que participam do movimento agroecológico têm idade entre 16 e 24 anos e são filhos de agricultores familiares. A maioria destes jovens (92%) são estudantes do ensino médio da Escola Família Agrícola Puris e participam do movimento agroecológico, já 8% destes trabalham e estudam na cidade, mas residem no meio rural com seus pais, pois a falta de renda na família os obriga a ter uma vivência itinerante campo-cidade, logo não conseguem se identificar como “jovem rural”.

A Escola Família Agrícola Puris, através do seu projeto educacional tem sido uma forte aliada das famílias, para que seus filhos possam permanecer na agricultura, pois buscam através da educação do campo unir a educação à dinâmica da produção agrícola familiar e ao interesse dos jovens, mesmo que, futuramente, eles possam vir a trilhar caminhos diferentes daqueles percorridos por seus familiares. Além disso, estes jovens se encontram em um nível de escolaridade cuja maioria dos pais jamais cogitaram em alcançar.

Quando perguntados sobre a importância dos estudos em sua vida, 75% dos jovens responderam que a escola é importante para ter mais oportunidades na vida e ter uma profissão; para 15% para aprender os conteúdos escolares e para 10% para entender a realidade. Isso evidencia, portanto, a forte crença na escola como o

caminho para uma vida melhor ou, como dizem os jovens em seus relatos, “para ser alguém na vida.”

Sobre a condição de moradia, estes jovens informaram que um total de 95% moram em uma propriedade rural junto com seus pais, somente 5% citaram outras formas de moradia, dentre elas morar em propriedade rural com esposo (a) ou morar em casa de parentes. Estas informações revelam que os jovens participantes do movimento agroecológico de Araponga- MG permanecem, em sua maioria, ligados ao seio familiar. Neste sentido, Tanton (1999, p. 101), acrescenta que “a família para o jovem é um ponto de referência e um suporte essencial para soluções dos problemas de inserção na sociedade”

Ao serem questionados sobre a religião, todos os jovens afirmaram serem católicos por influência da família e da escola, já que estas instituições acreditam na religião como algo que vai proteger os jovens das maldades do mundo. Estas observações corroboram com pesquisas que apontam a preponderância do catolicismo no interior do país (ABRAMO ; NOVAES,2005).

No que diz respeito à análise da composição familiar, constatou-se que a maioria (82%), pode ser caracterizada como do tipo nuclear (pai, mãe e filhos dentro do lar) residindo na mesma unidade doméstica; pequena parcela era do tipo extenso (12%), isto é, família com pai, mãe filhos e outros parentes; enquanto 6% das unidades familiares eram do tipo composta, ou seja, quando há no núcleo familiar a presença do pai, mãe, filhos e outras pessoas sem laços consangüíneos. É importante ressaltar que mesmo trazendo a dimensão da estrutura da família nuclear, com suas características patriarcais, as jovens participantes do movimento agroecológico tem protelado a decisão de casar e ter filhos em função de uma carreira profissional e de estudos, ao contrário de seus pais que se casaram cedo. Este dado evidencia como a categoria jovem é construída socialmente, pois os projetos das jovens, suas expectativas e a forma como são percebidas pelos outros membros da comunidade e pelo movimento agroecológico fazem com que estes jovens casem mais tarde.

No que concerne ao ciclo de vida familiar, observou-se que houve predomínio de famílias na etapa de maturação (70%), isto é, o chefe de família com idade entre 34 e 50 anos e com filhos adolescentes morando no lar; em seguida estavam as famílias na etapa de dispersão (18%), quando o chefe tem idade superior a 50 anos e a maioria dos filhos adultos não reside no domicílio; enquanto 12% das famílias se

encontravam na etapa de formação, ou seja, o chefe tinha até 34 anos e os filhos, em sua maioria, eram pequenos.

No que se refere à renda da família, 25 % dos jovens afirmaram não saber informar; 15% declararam renda de até um salário mínimo; 38% de um a dois salários mínimos; 12% de três a quatro salários mínimos; e 10% dos entrevistados não responderam a esta pergunta. Mesmo com o alto índice dos que declararam não saber a renda da família, durante a observação no campo, constatou-se que para a maioria das famílias (95%), a renda dos membros é proveniente da produção agroecológica e também familiar, já para 5% apenas a origem da renda familiar vem do trabalho assalariado, pensões e aposentadorias dos pais.

5.2. O Jovem Rural no Movimento Agroecológico: Limites e possibilidades

Ao serem perguntados sobre os motivos que os levaram ao participar do movimento, quase 80% dos jovens entrevistados afirmaram o fato de ser algo “novo” diferente da agricultura convencional e também por incentivo da família; 20% relataram ser por influência da Escola Família Agrícola e do Sindicato dos Trabalhadores rurais, como mostra os depoimentos abaixo:

“Gosto de conhecer coisas novas e aprender mais! Aqui no movimento, eu e meus amigos temos esta oportunidade! Enfatiza! (Respondente 12, moça, 18 anos).

“A EFA, porque aqui é que reunimos pra trocar experiências e trocar idéias. Por em prática os nossos planos” (Respondente 23, moça, 21 anos).

“O Sindicato, porque é lá que buscamos informações sobre o manejo, compramos insumos e comercializamos o nosso produto.” (Respondente 32, rapaz, 18 anos).

Esse “*novo*” para estes jovens também está relacionado no sentido de sair da rotina, fazer outras atividades que não estejam ligadas ao âmbito familiar, como atividades recreativas e de lazer. Além disso, ao inserir no movimento, o jovem encontra outros jovens, o que permite a possibilidade de relacionamentos futuros.

A maioria dos jovens estão inseridos no movimento há mais 8 anos e trabalham juntamente com seus familiares as práticas agroecológicas em suas propriedades. De modo geral, essas propriedades tem em média 12 hectares e constitui a base para a sobrevivência de muitas famílias que se dedicam à produção

de café, culturas de milho, feijão e a criação de gado. Portanto, o fato dos agricultores serem legitimados proprietários, reflete os avanços na democratização do acesso à terra pelos movimentos sociais da região. Neste sentido, a terra é elemento fundamental para a definição das trajetórias de vida e estratégias de sobrevivência dos jovens rurais que participam do movimento agroecológico, pois constitui também um elemento definidor nas relações com os agricultores, com a família e também com outros movimentos sociais

Vale ressaltar que todos esses (as) jovens nasceram em famílias que já participaram da luta pela terra, intensificada por diversas experiências que vão desde a conscientização de seus direitos até a construção da Escola Família Agrícola, na comunidade de São Joaquim. Logo, a participação e o envolvimento das famílias é uma marca do movimento desde sua gênese, seja na partilha do conhecimento agroecológico, seja no fortalecimento da agricultura familiar na região.

Nas comunidades de São Joaquim, Praia d'Anta e Salazar, a família se constitui como um espaço de vida, trabalho, socialização e também de conflito quanto à administração e gestão da propriedade. Logo, o jovem que não consegue o apoio da família em casa, possivelmente não irá conseguir desenvolver suas potencialidades e experiências que vão além das ações coletivas do movimento.

Minha família é tudo para mim, porque é com eles que resolvo meus problemas e posso confiar inteiramente “né”? (Respondente 03, moça, 18 anos).

A partir da análise dos dados levantados, foi possível constatar a importância da família e do movimento agroecológico como uma importante rede de apoio dos (as) jovens entrevistados (as). Assim, as famílias dos jovens exerce um papel fundamental e sobre a intenção dos jovens de ficar ou sair da terra, na forma como se dedica ao trabalho, e nos seus projetos futuros em geral.

Segundo Schneider (2003), é no âmbito familiar que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral, social e moral de seus membros, sendo também, em função desse referencial, que são estabelecidas as estratégias individuais e coletivas, que visam garantir a reprodução social do grupo familiar e a vida em comunidade. Neste sentido, a comunidade configura-se como um espaço formativo da identidade juvenil, na medida em que permite ao jovem estabelecer contatos com outras formas organizativas. Assim, a identidade pode ser entendida como:

Uma marca de pertencimento a um determinado grupo que se diferencia de outros, ou que se contrapõe a outros grupos, outros traços de cultura, outro jeito de ser. Pode ser, pois, de conformação ou de resistência ao ambiente social em que se origina (CALDART, 2002, p.83).

Desta forma, a identidade que se cria na comunidade é fundamental para o fortalecimento da identidade do jovem no interior do movimento social e conseqüentemente para sua permanência no campo, como ressalta uma das lideranças do movimento:

Os jovens são importantes na nossa comunidade e principalmente no movimento, pois renovam as ações e possibilita a contribuição coletiva (Respondente 05, homem, 44 anos).

A partir dos depoimentos, os jovens colocaram que após ingressarem no movimento, houve um maior interesse pelo estudo em áreas relacionados ao meio rural (técnico em meio ambiente, técnico em agropecuária, engenharia florestal, agronomia e agroecologia), pela produção de sementes agroecológicas e organização de feiras livres, o que tornou possível comercializar a produção diretamente aos consumidores, garantindo a melhoria da qualidade de vida de suas famílias, e em contrapartida das famílias que consomem os seus produtos. Estas e outras práticas foram se constituindo enquanto elementos chaves na organização social e no resgate e valorização da identidade dos jovens rurais envolvidos no movimento agroecológico.

Perguntados sobre se consideram “ser jovem rural”, 21 respondentes (46.7 %) associam essa identidade à moradia na área rural, bem como ao gosto da vida e do trabalho no campo (33.3 %); existindo apenas (20 %) que não se sentem como jovem rural.

Para aquele que não se considera “jovem rural”, em parte, está relacionada com a condição juvenil e pela busca da independência pessoal no meio urbano, já que não pretende seguir a condição de agricultor ou trabalhador rural do pai e, por isso, vislumbra um futuro mais promissor na cidade.

Tabela 1 – Percepção sobre “ser jovem rural”, Araponga/MG, 2013

Ser jovem rural	Respostas	Porcentagem
Sim, porque moro no meio rural	21	46.7 %
Sim, porque gosto da vida e do trabalho no meio rural	15	33.3 %
Não porque estou no meio rural, mas pretendo ir para a cidade	9	20 %
Total	45	100

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

No entanto, para Silva (1998), as dificuldades enfrentadas nos centros urbanos por jovens de origem rural, com qualificação profissional e nível educacional normalmente mais baixo que os da cidade, a ausência de uma rede de apoio, a obrigação de pagar caro pela moradia, pelo transporte e pela alimentação, tem levado alguns jovens rurais a “descobrir” que podem ter um padrão de vida bem mais satisfatório no campo, onde contam com um conjunto de facilidades inexistentes na cidade, sobretudo a moradia e alimentação. Dessa forma, estabelecer residência na localidade de origem passa a ser valorizado não apenas por motivos econômicos, mas também em decorrência da idealização da vida rural pelos moradores da cidade.

Com base nestas observações, pode-se inferir que os movimentos sociais rurais, assim como o movimento agroecológico, passaram a ser uma motivação para alguns dos jovens estudados, principalmente aqueles que apresentaram melhores condições de permanecerem na atividade agrícola e residem no espaço rural. Neste sentido, Silva (1998, p.106), esclarece que a principal contribuição do movimento agroecológico não está na criação de novas tecnologias ditas alternativas ou sustentáveis, mas na criação de uma nova consciência social a respeito das relações das pessoas com a natureza, na produção de novos valores filosóficos, morais e, até mesmo, religiosos e na gestão de novos conceitos jurídicos, assim como na produção de novas formas políticas e ideológicas.

Segundo Wanderley (2000, p.02), é na “apreensão da diversidade e da complexidade do rural, como um espaço próprio gestor de um modo de vida diferenciado daquele produzido no espaço urbano, que será viável a noção de

cidadania, sendo compartilhada legitimamente pelo rural”. Para a autora, o estudo dessa nova ruralidade supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade).

Compartilhando desta mesma visão, Abramovay (2000), esclarece que o meio rural é muito maior do que a agricultura, diferentemente do que imagina o senso comum de muitos dos residentes na área urbana. Assim, o campo na nova ruralidade, é entendido tanto como um lugar geográfico, quanto como um espaço produtivo, envolvendo especificidades de um modo de vida peculiar baseado nas relações pessoais pautadas na confiança, na solidariedade e na autonomia organizativa.

Na intenção de levantar algumas indagações sobre o cotidiano dos jovens do movimento agroecológico do município, foi solicitado que eles falassem sobre a sua atuação e as atividades que exercem no interior do movimento social. Dentre as respostas dadas, o destaque ficou para as atividades de cunho coletivo e social, como as práticas e manejo agroecológico nas propriedades, a elaboração e promoção de dias de campo no município e a participação em eventos relacionados aos movimentos sociais, como a troca de saberes⁹, realizada anualmente, durante a Semana do Fazendeiro na Universidade Federal de Viçosa.

De acordo com Castro (2005, p.375), é nessas situações coletivas em que os jovens brincam, trabalham, participam de reuniões e encontros, juntos, é que “a categoria jovem aparece como uma identificação coletiva que unifica a ação, podendo ser lida, nesse contexto, como ‘categoria social em construção’, ainda que não tenha se materializado em um grupo formal”. Portanto, para a mesma autora, esses espaços contribuem para a “descoberta de um mundo rural prazeroso”.

Ao serem questionados sobre o futuro do movimento agroecológico e da própria agricultura familiar no município, moças e rapazes afirmaram que o futuro da agricultura na região depende da forma como os jovens a vêem hoje, já que os

⁹ A Troca de Saberes é uma estratégia pedagógica de extensão universitária que tem como objetivo a socialização das pesquisas produzidas na universidade com agricultores da região e outros sujeitos envolvidos; a ampliação da concepção de interdisciplinaridade junto aos pesquisadores, grupos de agroecologia e em geral da comunidade acadêmica.

saberes e troca de experiências proporcionadas pelo EFA e pelo próprio movimento agroecológico, ajudam a construir uma visão mais otimista quanto às incertezas do futuro e se sentem mais seguros quanto a sua permanência no campo.

Mesmo sabendo que estes jovens são fortemente influenciados pela cultura de massa, que busca incentivar um padrão de vida que afasta os jovens do campo de sua realidade, os espaços de discussão do movimento agroecológico têm buscado proporcionar aos jovens um espaço agradável e de interação com o grupo. De acordo com Carneiro (1997), a cultura urbana torna-se uma referência para a construção dos projetos de vida dos jovens, ao mesmo tempo em que ainda cultivam laços com a cultura de origem.

Com respeito à participação social e política dos jovens no interior do movimento agroecológico, todos os jovens entrevistados declararam possuir alguma participação social no movimento, a partir de sua representação e de seu poder decisório, seja como integrante ou liderança do movimento. Através da participação, os jovens constroem uma identificação como atores sociais, na medida em que passam a representar os interesses e demandas do movimento nos conselhos municipais, instituições de crédito e debates políticos na região. Além disso, através da sua atuação e participação, os jovens passam a ser reconhecidos como responsáveis, superando o preconceito em relação ao jovem como “sinônimo de problema” e de “rebeldia sem causa”.

De acordo com Castro e Abramoway (2009, p. 31), há duas situações de participação da juventude, interpretadas como formas de aprendizado do protagonismo juvenil: “uma primeira, de caráter individual, quando o jovem participa “falando, escrevendo, discutindo, denunciando, cobrando responsabilidades, encorajando os tímidos e indecisos e uma segunda de caráter coletivo, gerada por meio de grupos com objetivos definidos e disposição para trabalharem no âmbito social”.

Partindo dessas análises, a participação dos jovens no desenvolvimento das ações no movimento agroecológico é também um processo de aprendizagem, pois estes jovens agricultores são capazes de refletir organizadamente sobre seus problemas concretos e, embasados em seus saberes e conhecimentos, desenvolvem soluções, que exigem uma ampla organização social e política, de forma que o capital cultural possa se converter em capital social (BOURDIEU, 1983).

No entanto, estes jovens enfrentam alguns problemas em relação ao desenvolvimento do trabalho e das práticas agroecológicas em suas propriedades. As limitações apontadas foram: a dificuldade financeira para o cultivo de suas lavouras, a ausência de políticas públicas para o jovem do campo, a instabilidade no preço dos produtos agroecológicos e a sazonalidade e baixa produção em períodos de seca, o que dificulta a garantia e continuidade da oferta dos produtos nos mercados e feiras.

Com relação à principal ocupação exercida pelos jovens agroecológicos, pode-se destacar que a maioria dos jovens estuda e trabalha nas propriedades agrícolas da família (57,8%), como mostra as respostas sintetizadas na tabela 2.

Tabela 2 – Principal atividade dos jovens do Movimento Agroecológico, Araponga/MG, 2013

Principal atividade dos jovens	Número de jovens	Porcentagem
Estuda e trabalha com remuneração nas atividades de produção agroecológica dentro da propriedade	26	57.8%
Estuda e ajuda nas tarefas domésticas	11	24.4%
Só estuda	8	17.8%
Total	45	100

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Os resultados também mostraram que os jovens possuem atividades ocupacionais diretamente ligadas ao trabalho e ao meio rural e recebem alguma remuneração em troca. Também é significativo o número de jovens que indicaram estudar e ajudar nas tarefas domésticas (24.4%) e somente estudar (17.8%).

O fato das moças “ajudarem” nas atividades domésticas e os rapazes “trabalharem” nas atividades produtivas, como mostra a tabela 2, revela uma diferenciação valorativa do trabalho, o que acaba refletindo também uma diferença de gênero. Mesmo que, a unidade familiar se organize através do trabalho conjunto dos seus membros, as mulheres exercem um papel fundamental nas atividades que

realizam, seja no espaço doméstico, produtivo e reprodutivo. No entanto, essas atividades são caracterizadas como uma obrigação natural ou até mesmo como “ajuda”. Tal situação acaba por reforçar a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade da mulher no espaço rural.

Durante a realização da pesquisa com os (as) jovens agroecológicos das comunidades estudadas pôde-se verificar a tendência da divisão sexual do trabalho nas atividades desenvolvidas pelos (as) jovens no movimento. As jovens mulheres cuidam do trabalho doméstico e também ajudam no trabalho produtivo da roça, enquanto os homens cuidam apenas do trabalho da roça. No entanto, as jovens do movimento agroecológico estão conseguindo avançar na participação da produção e comercialização dos produtos, buscando diversificar o cultivo, através da recuperação de espécies de hortaliças e outras culturas extintas na região. Observou-se que, nas propriedades que trabalham apenas com a agricultura agroecológica, as mulheres participam desde o manejo com o solo até a comercialização dos produtos agroecológicos, assim as mulheres participam de todo o processo, ao contrário de quando trabalhavam com agricultura nos moldes tradicionais. Essa constatação desconstrói a imagem da mulher enquanto vítima, demonstrando importantes avanços construídos na busca da promoção de igualdade entre homens e mulheres no meio rural. Neste contexto, há um equilíbrio nas relações de gênero e nas relações de poder

De acordo com Boni (2006), nas famílias residentes nas propriedades rurais verifica-se uma clara divisão do trabalho, uma vez que cabe ao homem o papel de “chefe de família” e de responsável pela unidade de produção, sendo dado à mulher um papel secundário nesta organização. Com relação às mulheres, o trabalho, que antes era feito nas lavouras, passa a ser realizado próximo da casa, permitindo compatibilizar melhor esta atividade com os afazeres domésticos e demais responsabilidades tidas como femininas. Assim, a proximidade entre esses trabalhos, o “produtivo” e o “reprodutivo”, acaba por confundi-los, fazendo com que as tarefas ligadas ao artesanato, o cuidado com a horta e a preparação de alimentos para a venda nas feiras, sejam consideradas quase como uma extensão do doméstico.

Neste sentido, torna-se importante incorporar nesta análise a perspectiva de gênero, ao problematizar as diferenças construídas socialmente entre homens e mulheres, que muitas vezes são ditas como naturalizadas. Desta forma, gênero é uma

construção simbólica e contém o conjunto de características designadas às pessoas a partir do sexo (BRUMER; PAULILO, 2004).

Vários estudos têm mostrado que as relações de trabalho são reforçadas pelo modo de produção capitalista e acentuam cada vez mais as relações de gênero. Assim, as formas de representação das diferenças entre homens e mulheres são, portanto, socialmente produzidas e podem ser mudadas porque são construídas e reconstruídas nas práticas sociais. Ao considerar os movimentos sociais juvenis como ambientes coletivos de atuação masculina e feminina, e a representatividade de ambos os sexos nestes espaços, o conceito de gênero se destaca como uma categoria analítica fundamental nos estudos sobre a condição histórica dos sexos.

Neste contexto, Souza-Lobo (1991) debruça-se sobre a análise dos movimentos sociais articulada à categoria gênero, por considerá-los espaços importantes que rompem, ao nível das relações de produção, com o caráter estereotipado de que os homens são os únicos sujeitos políticos ativos que reivindicam direitos trabalhistas essenciais. Em tais espaços, pode-se perceber a questão apontada por Joan Scott (1990) de que relações de gênero são também relações de poder, ao estabelecerem diferenças, assimetrias e hierarquias perante os sexos.

Dessa forma, as questões relacionadas à produção (que compreende os processos do capital e do trabalho na constituição da mercadoria) seriam preocupações masculinas. Já aquelas relacionadas à reprodução (pensada enquanto reprodução da vida e da força de trabalho do trabalhador enquanto tal) estariam diretamente vinculadas às mulheres. Contudo, tem ganhado força a separação entre produção-reprodução, com a imbricação entre práticas produtivas e reprodutivas, e que, por isso, o formato e a dinâmica dos movimentos sociais estão relacionados com as experiências cotidianas dos sujeitos, pois “as práticas masculinas ou femininas moldam e são moldadas de acordo com as formas dos movimentos” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 179).

Desse modo, o sujeito desenhado pelos próprios movimentos vai, aos poucos, perdendo a figura masculina, e o imaginário social vai absorvendo também a imagem das mulheres enquanto sujeitos reivindicativos, engajadas em lutas por melhorias nas condições de trabalho (SOUZA-LOBO, 1991).

A partir dessa análise, pode-se dizer que a gestão da unidade produtiva, tradicionalmente concebida como um papel masculino passa a ser reclamada como exercício da democracia, principalmente pelas mulheres, sobre as quais pesam discriminações de gênero. Se para os jovens, de forma geral, o trabalho carrega significados, como necessidade, autoestima e independência, conforme especificado pela pesquisa Retratos da Juventude Brasileira, a condição de “ajudantes”, à qual os jovens e as jovens rurais são submetidos perante seus pais, tende a reforçar uma tendência, cada vez mais presente no meio rural, de envelhecimento e masculinização, considerando-se que são as jovens mulheres as mais afetadas nesse processo de exclusão, fazendo que vislumbrem um futuro mais promissor na cidade (BONI, 2006).

5.3. Trajetórias e Saberes do Jovem Agroecológico

Para análise do universo dos jovens neste estudo, foi necessário entender a sua trajetória de vida e as mudanças que ocorreram em seu contexto social, que influenciaram diretamente na formulação de seus projetos de vida. A partir da amostra estudada, pôde-se detectar duas trajetórias sociais diferentes que se encontram no movimento agroecológico de Araponga –MG: a primeira será aqui denominada “jovem rural tradicional” e uma segunda denominada de “jovem rural migrante” .

Pela designação utilizada, entende-se como “jovem agricultor tradicional” aquele jovem que percorreu toda a sua trajetória social no meio rural e tem como elemento constitutivo de sua identidade o pertencimento e enraizamento com o meio rural; e “jovem rural migrante” para aquele jovem que migrou para a cidade, teve um período de experiências urbanas e retornou posteriormente para a agricultura, como mostra na gráfico 01.

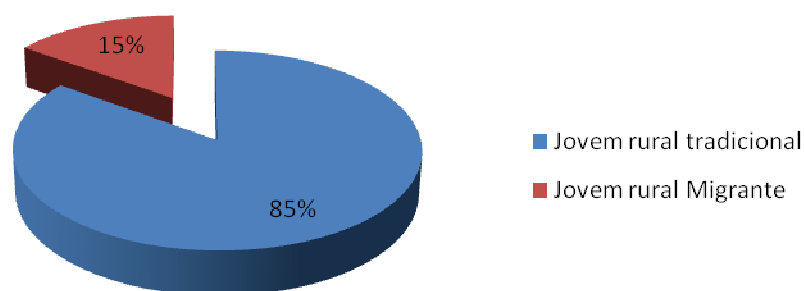


Gráfico 1 – Trajetória Social do Jovem Rural, Araponga/MG, 2013.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Ao fazer a análise das trajetórias, presenciou-se a existência de grupos distintos de jovens. Um que se caracteriza pelo desejo de permanecer no meio rural, na comunidade onde reside e assim dar continuidade às atividades agroecológicas desenvolvidas pela família e outro grupo composto por jovens que desejam sair do meio rural em busca de emprego e melhores condições de vida para a família. A partir da existência destes dois grupos de jovens rurais, buscou-se examinar o discurso desses dois grupos de jovens típicos; ou seja, aqueles que desejam ficar e aqueles que desejam sair do meio rural.

5.3.1. Discursos dos jovens rurais: ficar ou sair do meio rural

O típico jovem que representa este grupo que deseja sair do meio rural trata-se de uma moça que tem 19 anos, solteira e com ensino fundamental completo. Sua família desenvolve como atividades principais o café e o leite, ainda que em pequena escala. Esta jovem ressaltou também que ajuda nos afazeres domésticos e na ordenha das vacas, como também na colheita do café. Também participa do movimento agroecológico, mas não gosta de viver no meio rural, por considerá-lo longe de tudo, difícil e sem maiores condições financeiras. Como forma de lazer, mencionou frequentar a residência das amigas e esporadicamente vai a festas, sempre acompanhada de seus pais.

Para estes jovens que pretendem sair do meio rural, a influência dos pais é muito forte e a participação destes jovens na tomada de decisão é pequena ou quase nula. A influência dos pais na decisão de sair do meio rural, justifica-se pela cobrança de busca de independência. Esses também sofrem com a influência de

algum amigo ou familiar que já saiu do meio rural em busca de melhores condições, e que aparentemente estão bem estruturados na cidade. É evidente que aqueles jovens que pretendem sair do meio rural caracterizam-se pela insatisfação em viver nestas localidades e os principais fatores para sua saída são: a influência dos pais quanto à tomada de decisão na propriedade e na permanência em casa, a falta de renda própria, ausência de políticas públicas básicas, como lazer e a educação; além das limitadas condições estruturais (estradas, transporte) precárias.

Há ainda jovens que já experimentaram a experiência da morar na cidade, mas acabaram voltando para suas comunidades de origem, alegando que na cidade a vida é difícil, pois o trabalho não compensava ficar longe da família. Mesmo assim, quando questionados quanto ao futuro, sem muita reflexão responderam que pretendem sair do meio rural.

O jovem que representa os que desejam permanecer no meio rural, sempre trabalhou na roça com seus pais. Este possui 25 anos, terminou o ensino médio e tem intenção de dar continuidade aos estudos para que possa ter seu próprio negócio. É solteiro e tem por pretensão trabalhar com a agricultura agroecológica na propriedade de sua família, já que possui em média 30 hectares de terras com diversas culturas, como o café, milho, feijão e hortaliças, além da atividade leiteira, todos orientados sob os princípios da agroecologia.

De acordo com o jovem, parte desta terra foi adquirida através do Crédito Fundiário, um programa do governo federal de incentivo a permanência do jovem na agricultura; além disso, o jovem ressaltou o apoio e o incentivo dos pais, como também do próprio movimento agroecológico para que ele continuasse na agricultura e para que o “trabalho da família não se perca”.

Percebe-se, que há diálogo entre o jovem e a família e que todos participam da tomada de decisão sobre o que produzir, como comercializar a produção e gerar renda para a família. Este jovem participa do movimento agroecológico de Araponga - MG e também é líder e catequista na comunidade. Como projeto de vida este jovem pretende ampliar sua produção agroecológica e desenvolver o turismo rural dentro da propriedade, com o objetivo de agregar valor aos produtos e gerar renda para toda a família. A partir das análises dos dois discursos, pode-se verificar que, enquanto a moça que quer ir embora “ajuda” a família, o jovem que quer ficar “trabalha”, nota-se que estas são diferenças qualitativas importantes. Assim, neste contexto “ajudar” não dá satisfação, reconhecimento e nem renda para o/a jovem, ao passo que

“trabalhar” permite a/ao jovem ter um reconhecimento, uma importância maior na família e uma renda própria. Outra questão investiga os fatores que influenciaram os jovens e seus familiares a optarem pela produção agroecológica.

Tabela 3 – Fatores determinantes da opção pela produção agroecológica, Araponga/MG, 2013

Fatores	Valores	Porcentagem
Econômicos	11	24.4%
Saúde da família e do consumidor dos produtos agroecológicos	2	44.5%
Proteção e Conservação da natureza	14	31.1%
Total	45	100

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Conforme a Tabela 3, predominou a preocupação com a saúde (44,5%). Assim, a decisão de produzir sob a ótica da agroecologia se deve preferencialmente a fatores relacionados à saúde da família e do próprio consumidor de seus produtos, que passam a adquirir hortaliças, legumes e frutas isentas de agrotóxico ou adubação química. Neste sentido, o consumo destes alimentos ultrapassa a preocupação com uma alimentação saudável e com a segurança alimentar, mas também enfoca a preservação do meio ambiente, em detrimento ao modelo monocultor do agronegócio. Iniciativas “agroecológicas”, como o resgate e a manutenção de sementes pelas famílias agricultoras, a conservação de recursos naturais, a produção de alimentos limpos e a articulação de novas redes de distribuição e consumo de alimentos são condições sine qua non para garantir o acesso de alimentos de qualidade a todos, garantindo a segurança alimentar.

Já para 24,4 % destes jovens, o fator econômico foi relevante nesta tomada de decisão, pois com a produção agroecológica houve um aumento da renda de suas famílias, que conseguiram agregar valor aos produtos comercializados nas feiras e comércios da cidade. Para os 31,1% restantes, o fator ambiental foi o que mais peso teve na sua decisão, pela relação que a produção agroecológica estabelece com a natureza, preservando os recursos naturais locais e assegurando a manutenção da

diversidade biológica, da qualidade do ar, da água e do solo e, conseqüentemente, a saúde e qualidade de vida das famílias rurais.

Assim, a forma de produção agroecológica está garantindo aos jovens e suas famílias um retorno mais favorável, permitindo-lhes uma vida digna, de solidariedade, de participação e de igualdade, a partir do envolvimento das famílias no processo produtivo e nas discussões coletivas do movimento.

Neste sentido, acredita-se que, o movimento agroecológico trouxe uma repercussão positiva na vida dos jovens, de suas famílias e da comunidade de forma geral, pois, na medida em que passaram a incorporar e legitimar os saberes e práticas agroecológicas em seu cotidiano, foram também despertados para as potencialidades presentes no local, isto é, o potencial endógeno da região e ponto de partida para iniciativas e ações voltadas para o desenvolvimento rural do município. Deste modo, as ações desenvolvidas pelos jovens no movimento agroecológico vão desde o trabalho de agregar valor à produção, recuperar solos degradados através da redução de agrotóxicos e implantação dos SAFs,¹⁰ distribuir e comercializar produtos agroecológicos nas feiras até a proposição de políticas públicas que estimulem a tomada de decisão sobre o que produzir, como comercializar e obter melhorias em sua propriedade. Assim, o trabalho do jovem passa a ter também uma dimensão educativa, conquistando seu espaço e autonomia em relação à unidade familiar, envolvendo a participação de todos os membros nos processos de planejamento, administração dos recursos e difusão do saber agroecológico. Mas, todo este processo tem como pré requisito o acesso a terra.

Neste sentido, Leff (2002, p.37), acrescenta que “estes saberes e estas práticas não se unificam em torno de uma ciência: as condições históricas de sua produção estão articuladas em diferentes níveis de produção teórica e ação política”. Logo, o saber do jovem agroecológico está circunscrito em um saber camponês, que, segundo Velho (1979), está impregnado de valores que não apenas estabelecem princípios e técnicas de trabalho, mas que estão na base de toda a cultura camponesa, definida por um modo de vida específico baseado nas relações do homem com a terra e dos homens entre si. Contudo, o rompimento desse saber eliminaria não só um *know-how* agrícola, tornando-o inútil, mas toda uma visão de mundo.

¹⁰ Sistema de manejo sustentado da terra que aumenta o seu rendimento, combinando a produção de plantas florestais com cultivos agrícolas e/ou animais, simultânea ou consecutivamente, de forma deliberada, na mesma unidade de terreno, envolvendo práticas de manejo em consonância com a população local (MEDRADO, 2000)

6. JOVENS RURAIS NO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO: TECENDO SEUS PROJETOS DE VIDA

Para Velho (1994), a categoria projeto de vida caracteriza-se como uma metamorfose em um processo temporal a partir da memória do ator e dos meios para alcançar o projeto, não se limitando apenas as aspirações. De acordo com as considerações de D'Angelo (1994), o projeto de vida pode ser definido a partir da perspectiva multidimensional, integrando as dimensões psicológica e social, como também a maneira de agir do sujeito em seu contexto relacional com a sociedade. A noção de projeto de vida aponta uma realidade constitutiva da pessoa e da coletividade, contextualizada culturalmente e abrindo-se para o domínio futuro. Desta forma, o projeto de vida pode ser comparado a uma folha em branco que vai sendo preenchida de acordo com as experiências do ser humano ao longo da vida. Assim, os projetos nascem e ganham consistência em relação às situações passadas e presentes, com vistas às futuras condições.

Velho (1997) também fala sobre a capacidade das pessoas de transformarem e substituírem seus projetos, isto é, vivem no tempo e na sociedade e, por isso, são influenciadas pela ação de outros indivíduos e pelas mudanças sócio-históricas. No entanto, há sempre algo irreduzível no projeto devido a uma combinação única de fatores psicológicos, sociais, históricos, impossível de ser repetida. Para tanto, os jovens foram perguntados sobre seus planos para o futuro, ou seja, quais são seus projetos de vida. As respostas obtidas, visualizadas na Tabela 4, mostram que em grande parte, os jovens pretendem dar continuidade aos seus estudos, buscando

maior profissionalização, tanto para retornar à propriedade agrícola e desenvolver uma ação mais qualificada (53%), quanto para empreender um negócio na área urbana (20%).

Tabela 4 – Relação dos Projetos de Vida dos jovens do Movimento Agroecológico, Araponga/MG, 2013

Projetos	Valores	Porcentagem
Pretende estudar mais e montar um negócio próprio na cidade.	9	20%
Pretende estudar e voltar à propriedade	24	53%
Pretende continuar o trabalho no campo, na propriedade de seus familiares.	7	16%
Pretende abandonar o trabalho no campo e ter um trabalho assalariado na cidade	5	11%
Total	45	100

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013

Em termos de projetos de vida também não se descartou, por parte dos jovens, o abandono da vida no campo para se ter uma atividade assalariada na cidade. Para aqueles que desejam permanecer no campo, como agricultores, apesar de reconhecerem as dificuldades que irão enfrentar, pretendem adotar práticas diferentes dos seus pais, como a adoção de atividades pluriativas que ampliem as suas possibilidades de escolha para a sua permanência no meio rural,

Ao analisar os projetos de vida dos jovens de São Joaquim, Salazar e Praia d'Anta que atuam no movimento agroecológico, nota-se que seus projetos de vida falam da permanência no campo, pois estão direta ou indiretamente relacionados ao mundo rural agrícola, não apenas como um destino, mas também como uma escolha.

No entanto, nem todo jovem do movimento quer ser agricultor como seus pais, como expressa um dos jovens entrevistados. Além disso, o município de Araponga - MG é uma região que se caracteriza pela agricultura familiar e pelos princípios da agroecologia, o que acaba direcionando os projetos de vida dos jovens para permanecerem no campo, sendo incentivados por uma educação do campo voltada para o mundo rural. Contudo, esses projetos representam uma mudança de

comportamento em relação às formas tradicionais de produção, já que muitos destes jovens mostraram o interesse de permanecer no campo, como agricultor ou administrador familiar.

Vários estudos têm mostrado que, o movimento migratório dos jovens rurais para cidade não resolve o “problema” de nenhum dos lados: na cidade aumentam-se os índices de violência, miséria e desemprego; na área rural o decréscimo da produção agrícola, diminuição da população e mão de obra-rural e aumento do custo de vida. Em decorrência disso, Santori (2008) considera que:

[...] é fundamental para os jovens tornarem-se protagonistas capazes de promover discussões nas suas comunidades, problematizando em suas localidades a necessidade de construir um novo conhecimento que proporcione desenvolvimento e a concretização dos projetos que melhorem a qualidade de vida no meio rural. (SANTORI, 2008, p. 08).

Acrescenta-se ainda que, entre os jovens entrevistados, há uma diversidade de projetos, estes consideram tanto a dimensão individual quanto a coletiva. Vale ressaltar, que os projetos individuais que visam crescer no movimento como protagonistas de ações em prol da comunidade não anulam projetos mais individuais, como casar e ter filhos; porém, para a maioria das jovens, o casamento e a maternidade não ocupam mais lugar central em seus projetos de vida.

As jovens entrevistadas ressaltam a importância de estudar, de concentrar sua dedicação e seu esforço na busca pela realização de seus anseios futuros sejam profissionais ou de inserção no mercado de trabalho:

Eu quero terminar meus estudos aqui na EFA, formar e montar um negócio para mim e minha família. Construir uma casa e ter o meu próprio canto. Ser independente! Entendeu? (Respondente 01, rapaz, 19 anos).

Nesta fala, fica evidente o caráter educativo do movimento, tratado a partir das seguintes dimensões, sugeridas por Almeida (2009): construção da cidadania, da cultura política, da configuração do cenário sociopolítico e econômico, da subjetividade e da organização política. Assim, as ações desenvolvidas no movimento acionam processos de conscientização para o agir coletivo, de (re) construção de concepções sobre o mundo e de investimento na formação do ser humano, preparando-o para o enfrentamento político das adversidades da vida.

Neste sentido, Castro e Correa (2005) destacam que falar do futuro, sobre planos e expectativas de vida dos jovens para o porvir é um modo de apreender o que estes trazem como valores e perspectivas para sua vida e a partir desta orientação ouvir o que eles/elas pensam e o que sonham para o futuro, em meio a tantas dificuldades vivenciadas no presente.

De acordo com as transformações vivenciadas pelos jovens ao longo desse processo, seus projetos podem mudar isso porque são essencialmente dinâmicos, como destaca Velho (1994), ao afirmar que o projeto é permanentemente reelaborado por meio de novos sentidos e significados, com repercussões na identidade.

Em relação aos seus projetos de vida, os (as) entrevistados (as) fazem referência ao movimento agroecológico, ou seja, ressaltam a importância do movimento agroecológico em canalizar o potencial criador dos jovens para as atividades em prol da comunidade em que vivem, contribuindo para a sua permanência e a reprodução social da agricultura familiar no município, além de destacarem a vontade de crescer e serem reconhecidos (as) dentro e fora do movimento.

A maioria dos jovens ressaltou que a sua inserção no movimento agroecológico trouxe transformações positivas tanto em seus projetos de vida, quanto em suas trajetórias e redes de relações sociais. Uma das jovens afirma que a entrada no movimento possibilitou mudanças positivas em seu contexto de vida, ressaltando a importância do movimento em sua trajetória:

“[...] Antigamente eu não acreditava que pudesse ficar aqui na roça, trabalhar com minha família e ser feliz, mas aí depois que eu conheci o movimento eu mudei bastante o jeito de entender as coisas, se valorizar, se respeitar e viver em comunidade... Tomei gosto pela produção agroecológica, e hoje trabalho em uma horta comunitária que vende o que produz para as escolas daqui da região. Aí mudei totalmente minha cabeça, ainda bem. [Risos].” (Respondente 06, moça, 21 anos)

Estes resultados vêm de encontro com as idéias de Manhani (2000), ao afirmar que, após participarem dos movimentos sociais rurais, os jovens demonstram mais disposição em permanecer nas atividades agrícolas e agroindustriais, incorporando conhecimentos que eram aplicados em suas unidades produtivas, geralmente com a introdução de novas técnicas, que resultaram em mudanças nas condições materiais das famílias e na redução da tendência de migração.

Sendo assim, o movimento agroecológico despertou na maioria dos jovens mudanças subjetivas em termos de estima social (empoderamento), prática da reflexão ou no estado de ânimo e autoconfiança, além de mudanças objetivas como: dominar os ensinamentos da agroecologia, se formar, casar, ter filhos e ser independente, proporcionadas pelas ações e práticas do movimento em suas trajetórias de vida.

Já os planos “no interior do movimento” estão diretamente relacionados à capacidade dos (as) jovens de se fortalecerem enquanto coletivo organizado, através da criação de uma rede de apoio, principalmente familiares, a escola e os amigos. Esse rede é que garante um tipo de relação que se estabelece com seus pares. Desta forma, considerando a complexidade da agricultura contemporânea, os movimentos sociais rurais se apresentam como agentes centrais da renovação social. Nesse contexto, os jovens rurais adquirem relevância estratégica, pois suas ações contribuem na reflexão sobre a realidade concreta, seja por apontarem problemas vivenciados, seja por produzirem novas agendas com respeito a Estado e à sociedade civil e por apontarem a necessidade da sustentabilidade das propostas de futuro.

Constatou-se assim, neste estudo, que a maioria dos jovens entrevistados possuem um projeto agroecológico de vida, o que lhes permite mesclar a racionalidade econômica com a racionalidade sócio ambiental, encontrando na agricultura familiar um campo fértil para o exercício dos princípios da agroecologia, o que cria as condições necessárias para que a unidade de produção passe a ser entendida em primeiro lugar como uma unidade de vida digna. Neste âmbito, tomando como base a realidade do movimento agroecológico de Araponga-MG, esses jovens procuram construir sua forma de ver e viver o mundo a partir de suas experiências circunscritas em um processo contínuo de transformações pessoais, que somadas a sua trajetória de vida, direcionam suas escolhas.

Observou-se também que há uma hibridez entre o uso das oportunidades do espaço rural e o urbano, ou seja, as fronteiras rurais e urbanas estão constantemente diluídas nos projetos de vida dos jovens que participam do movimento agroecológico, já que inserção destes nos movimentos sociais rurais abre um campo de possibilidades para atuarem politicamente em sua comunidade e na sede urbana do município. No processo de formação e de partilha de experiências entre os jovens rurais e urbanos, o movimento possibilita que muitos deles se esclareçam e conquistem condições para a melhoria da qualidade de vida de sua família através do estímulo ao desenvolvimento do protagonismo e autonomia na tomada de decisão.

7. CONCLUSÕES

De forma geral, pode-se concluir que movimento agroecológico de Araponga-MG possui uma significativa interferência na configuração dos projetos de vida dos jovens rurais, que, em sua grande maioria, organiza e alinha seus projetos de vida orientados pela possibilidade de aplicação dos princípios agroecológicos em suas vidas.

De forma positiva, para a maioria, essa influência se dá no desejo de permanecerem no meio rural e terem seu negócio próprio. Além disso, o movimento agroecológico faz parte dos projetos de vida dos (as) jovens, nas perspectivas individuais ou coletiva. Diretamente, o movimento influi na capacidade dos jovens em se fortalecer enquanto um coletivo diferenciado. Ao viabilizar maior densidade relacional, representada principalmente pela rede familiar e comunitária (vizinhos e amigos), o movimento abre novas possibilidades e perspectivas de vida.

Entretanto, dependendo dos contextos vividos e dos significados atribuídos à vida no meio rural, das condições concretas de reprodução social da família, do relacionamento intra e extra familiar, os projetos de vida dos (as) jovens estão orientados para a saída ou permanência no campo. Ao adotar as práticas orientadas pelos princípios da agroecologia e quando as condições da família assim permitem seus projetos de vida não são orientados exclusivamente por uma racionalidade econômica, mas reconstróem relações que reforçam as raízes numa condição de vida

familiar pautada pelas relações de trabalho, de reciprocidade e pela tradição¹¹ que perpassa gerações. Assim, a preservação e permanência da tradição se dão pelos rituais que, reinventados, reformulados e reincorporados, são entendidos como mecanismos da memória coletiva de um determinado grupo.

Embora sejam múltiplos os modos de ser jovem neste contexto, esta pesquisa apontou que os jovens participantes do movimento agroecológico manifestaram uma forte preocupação com o futuro e ressaltaram que o trabalho, lazer, profissão, renda e autonomia são valores importantes a serem considerados nos projetos de vida, configurando uma visão ampla dos jovens sobre o tema.

A participação e as ações protagonizadas por estes jovens no movimento agroecológico em Araponga têm colaborado para o engajamento de mais participantes e a criação de novos espaços para o debate acerca das Políticas Públicas para a Juventude Rural, abrindo um campo de possibilidades para os (as) jovens atuarem politicamente em sua comunidade. Desta forma muitos jovens, antes com mínimas perspectivas de fixação no campo, conseguiram superar as dificuldades e conquistaram condições para a melhoria da qualidade de vida de sua família através do estímulo ao desenvolvimento do protagonismo e autonomia na tomada de decisão.

¹¹ O conceito de tradição, fundamentado em Beck et al (1997), significa uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência para o presente” (p. 80).

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

ABROMOVAY, Ricardo (Coord.). **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. 1. ed. Brasília: UNESCO, 1998. 101 p.

_____. **ABRAMOVAY, Miriam**. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: **desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ALMEIDA, D. M. M. Entre ações coletivas e subjetividade: o caráter educativo dos movimentos sociais. **ECCOS Revista Científica**, São Paulo, v. 2, n. 1, jan./jul. 2009.

BALSADI, O.V. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 1, p. 155-165, jan./mar. 2001b.

BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony e LASH, Scott. **Modernidade reflexiva: trabalho e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997.

BONI, Valdete. “Agroindústrias Familiares: uma perspectiva de gênero”. In: **30º Encontro Anual da ANPOCS**. Anais. Caxambu: ANPOCS, 2006.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez. As agricultoras do Sul do Brasil. In: **Revista de Estudos Feministas**, v. 7, n. 12, p. 171 -174, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Questões da Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983, 208 p.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p.53-75, out. 1998.

_____. “O ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais”. In: SILVA, Francisco C.; SANTOS, Raimundo; COSTA, Flávio de C. (org). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus. 1999.

CASTRO, E. G. de. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W; RANCO, PEDRO, P. P. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: Análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2004

_____. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. 2005. 380 f. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ.

_____. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v.7, n.1, p.179-208, 2009.

CASTRO, L. R. de & CORREA, J. (colab.). **Mostrando a real: um relato da juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2005.

CASTRO, Mary Garcia. ABRAMOWAY, Miriam. **Quebrando Mitos - juventude, participação e políticas: perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: RITLA, 2009.

CALIL STAMATO, Maria Izabel. **Protagonismo Juvenil: uma práxis sócio-histórica de ressignificação da juventude**, 2008, 212 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, 2008.

DAYRELL, Juarez. Juventudes. In: **Revista Presença Pedagógica**, v. 16, n.93, p. 60-66, 2010.

DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**. 2004.199 f. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

D'ANGELO, H. O. **Modelo integrativo del proyecto de vida**. Habana: Provida,1994.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico, 2012. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de jan. de 2013.

JUNCKEN, E. T. **Juventude pobre, participação e redes de sociabilidade na construção do projeto de vida.** 2005 138 p. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre: EMATER/RS, vol.3, nº 1, jan./mar, 2002.

MANHANI, Daniela Cristina. **Uma avaliação do programa de formação de jovens empresários rurais:** Projovem.2000,118 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2000.

MEDRADO, M. J. S. Sistemas agroflorestais: aspectos básicos e indicações. In: GALVÃO, A. P. M. (Org.). **Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais:** um guia para ações municipais e regionais. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologias; Colombo, PR: Embrapa Floresta, 2000. p. 269-312.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação/ANPEd.** n. 5 e 6, p. 5-14, mai/dez, 1997.

NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz a diferença?

In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo. 2005.

PEREIRA, J. L. G. **Juventude rural:** para além das fronteiras entre o campo e a cidade. 2004, 179 f. Tese de Doutorado em Antropologia Social – Sociedade e agricultura. Instituto de Ciências Humanas e Sociais-UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.

QUEIROZ, M. I. P. **Cultura, Sociedade Rural e Sociedade Urbana no Brasil.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Ed., 1978. 314 p.

REZENDE, Cláudia Barcellos. Identidade. O que é ser jovem. **Revista Tempo e Presença.** n. 240, p. 04-05,1989.

SANTORI, Raquel. A juventude rural e suas perspectivas. **Revista da Formação por Alternância - UNEFAB,** Brasília, v. 4, n. 7, p. 05-16. 2008.

SILVA, J.G. Agricultura Sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social?In: ALMEIDA, J.,NAVARRO,Z. **Reconstruindo a agricultura: Idéias e idéias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.** 2ª Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos;** trabalho, dominação e resistência. São Paulo, Brasiliense, 1991.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

TAVARES, Maurício Antunes. (2008), Caminhos que se cruzam, trajetórias que se entrelaçam: contribuição aos estudos sobre ruralidades e juventudes a partir do caso do município de Ibimirim (PE). **Anais do 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais – UFCG**: Campina Grande (PB).

TANTON, Christian. Alternância e parceria: família e meio sócio-profissional. In: TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TRIOLA, M. F. **Introdução a Estatística Aplicada**. 7ª Ed. Rio de Janeiro – LTC, 1999.

VELHO, G. Memória, identidade e Projeto. In: **Projeto e metamorfose**: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p.97-105.

_____. **Individualismo e cultura**. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. 4. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

WANDERLEY, M.N.B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, mar.2000, (mimeografado).

CAPÍTULO 3 – ARTIGO ORIGINAL

PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS: PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO JUVENIL

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo examinar a percepção das lideranças e jovens do Movimento Agroecológico sobre os programas e políticas públicas acessadas, considerando a participação e protagonismo juvenil na sustentabilidade dos movimentos sociais rurais do município de Araponga-MG. Utilizou-se metodologicamente de entrevista com jovens e história oral com lideranças do movimento agroecológico, cujos itinerários de vida se entrelaçam aos percursos históricos do movimento. Os resultados apontaram que entre os programas e políticas acessadas pelo movimento e também pelo jovem agroecológico estão o Pronaf Jovem e o Pronaf Agroecologia. Na visão das lideranças, as políticas públicas implementadas até o presente momento pelo Movimento Agroecológico são resultantes da luta dos agricultores e agricultoras, não aparecendo como uma dádiva, mas como uma conquista dos trabalhadores. Conclui-se que as políticas públicas para os jovens rurais do movimento agroecológico estão mais concentradas nas atividades agrícolas. Neste sentido, o Pronaf Jovem e o Pronaf Agroecologia têm promovido a permanência dos jovens na zona rural, proporcionando uma maior autonomia

financeira, já que estes jovens passaram a adquirir sua própria área de terra e desenvolveram expectativas positivas em relação às práticas agroecológicas no âmbito do movimento.

Palavras Chave: Políticas Públicas, Sustentabilidade, Movimentos Sociais Rurais, Participação, Protagonismo Juvenil,

ABSTRACT

This current paper focused on examining the perception of the leaders and young people from the Agroecological Movement about the accessed programs and public policies, considering the participation and youth involvement with the sustainability of rural social movements in the town of Araponga-MG. Methodologically, we used interviews with youth and oral history with leaders of the agroecological movement, whose paths through life intertwine with the historical accounts of the movement. The results showed that among the policies and programs accessed by the movement and also by agroecological young are: Pronaf Jovem (Pronaf Young) and the Pronaf Agroecologia (Pronaf Agroecology). Besides, in the perspective of the leaders, the implemented public policies up to date by the Agroecological Movement is a result of the battle of farmers does not appear as a gift but as workers' achievement. We conclude that public policy for rural youth of agroecological movement are concentrated in agricultural activities. This way, the Pronaf Young and the Pronaf Agroecology have promoted the permanence of young people in rural areas, bringing greater financial autonomy, once these young people now have their own land and developed positive expectations of agroecological practices inside the movement.

Keywords: Public Policy, Sustainability, Rural Social Movements, Participation, Youth Protagonism.

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais rurais em defesa da sustentabilidade na agricultura, como o movimento agroecológico, cumprem um importante papel tanto na ecologização da agricultura quanto nos debates políticos, envolvendo o desenvolvimento rural sustentável em regiões onde imperou o modelo produtivista totalmente excludente, tanto do ponto de vista social, quanto economicamente. Segundo Schmidt (2002, p. 106), a agricultura ecológica apresenta-se como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento produtivista, representando uma opção de sobrevivência para o agricultor familiar, uma vez que significa a reconstrução de uma relação socioambiental cuja raiz tem origem no modo de vida camponês. Esse processo conduz ao caminho de uma nova ruralidade. Desta forma, a agricultura ecológica se tornou referência para um modelo de política agrária, alcançando, assim, o reconhecimento que lhe foi negado por muito tempo.

Ao estudar os movimentos sociais rurais da região Sul do Brasil, Picolotto (2007) mostra que, nos últimos anos, os movimentos sociais do campo têm buscado incorporar novas identidades coletivas. Além disso, também adotam estratégias e ações capazes de legitimar o modo de produção e a cultura local, através da organização política que revela uma nova forma de organização social.

Na crença do papel estratégico dos jovens para a configuração desse novo processo de desenvolvimento rural sustentável, o interesse pelos os estudos do

protagonismo juvenil¹² no Brasil vem sendo ampliado nos últimos anos, principalmente a partir da década de 90. Muitos trabalhos passaram a ser realizados por diversos movimentos sociais, ONGs e debates acadêmicos, no sentido de despertar nos jovens uma atuação consciente e criativa, diante dos desafios da sustentabilidade e das adversidades e fragilidades vivenciadas. Se por um lado, para o sucesso das políticas de inclusão dos jovens; o protagonismo passou a representar uma solução, como apontada por diferentes atores; por outro lado, começou a surgir uma demanda por políticas que não se limitassem a serem reparatórias ou compensatórias, mas que contribuíssem para a construção da cidadania juvenil.

Sendo assim, quando se discute o protagonismo, não se deixa de levar em conta os princípios da sustentabilidade, já que esta pressupõe um pensamento alternativo frente à realidade existente, em suas múltiplas dimensões. Na raiz de “sustentabilidade” e de “sustentar” está à palavra latina *sustentare*, que possui dois sentidos: um passivo e outro ativo. O passivo diz que “sustentar” significa segurar por baixo, suportar, servir de escora, impedir a ruína e a queda. Neste sentido, “sustentabilidade” é, em termos ecológicos, tudo o que for feito para que um ecossistema não decaia e se arruine. O sentido ativo enfatiza o conservar, manter, proteger, nutrir, alimentar, fazer, prosperar, viver (BOFF, 2012). Também pressupõe a ação coletiva, protagonizada por sujeitos-atores preocupados em solucionar problemas e questões do presente, não deixando de pensar na qualidade de vida para as gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável remete à idéia de mudança de paradigmas, não só em fatores ambientais, como normalmente é associado, mas também num sentido mais amplo, abrangendo o que Sachs (2002) denominou de as cinco dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Esta amplitude tende a abranger e promover mudanças na qualidade de vida, no tecido social, na economia e, assim, no meio ambiente. Pensar e agir de forma sustentável significa uma relação mais equilibrada entre homem, meio social e meio ambiental.

No entanto, como destacam Zhouri, et. al. (2005, p.17), a adequação dos processos produtivos para o alcance da sustentabilidade não tem sido feita da

¹² A palavra ‘protagonismo’ vem da junção de duas palavras gregas: *protos*, que significa o principal, o primeiro, e *agonistes*, que significa lutador, competidor, contendor. Assim, quando se fala de protagonismo juvenil, remete-se, objetivamente, à ocupação pelos jovens de um papel central nos esforços por mudança social (COSTA, 2000, p. 150).

maneira adequada, porque prioriza uma possível “revolução da eficiência” à custa da necessária “revolução da suficiência” cujo alcance implica que a modernização deve vir acompanhada da intervenção do Estado racional e do controle da sociedade civil, por meio de novos princípios de valorização da natureza, reapropriação dos processos produtivos e organização da sociedade. Desta forma, agir no sentido de melhorar o ambiente em que se vive, não só o privado ou particular, mas também em uma dimensão de vida comunitária, vincula-se ao pensamento sustentável e relaciona-se diretamente com as discussões acerca do protagonismo juvenil.

Diante do exposto, esta pesquisa partiu da hipótese de que o movimento agroecológico, a partir de sua proposta, também possibilita qualificar o jovem para ações de protagonismo no meio rural. Desta forma, este estudo buscou responder aos seguintes questionamentos: Quais são as ações ou estratégias protagonizadas pelos (as) jovens participantes do movimento? Como é a sua participação no movimento agroecológico? O jovem é reconhecido dentro do movimento? De que forma, o jovem tem sido inserido nos projetos de ecologização¹³ da agricultura? Quais são as políticas públicas voltadas para os jovens do movimento agroecológico? O movimento tem atendido as demandas dos jovens? De que forma? Que ações governamentais podem ser percebidas como positivas ou negativas nesse processo? Estas e outras questões são inquietantes e levam à reflexão sobre o papel da juventude no contexto atual, em especial, o papel da juventude rural no meio rural brasileiro.

Ou seja, dentre os recortes sobre a realidade do movimento agroecológico, considerou-se como necessária a análise de uma das grandes polêmicas do espaço rural na contemporaneidade: a não permanência do jovem neste meio, interrompendo, desta forma, o protagonismo juvenil e a sustentabilidade da agricultura familiar. Brumer (2006) afirma que muitas são as investigações sobre os motivos da saída dos jovens do meio rural.

Neste intuito, torna-se imprescindível que os estudos voltem o seu olhar para as possibilidades de permanência destes (as) jovens. É na busca desta nova perspectiva que se analisa a contribuição dos movimentos sociais rurais para o

¹³ O conceito de ecologização, fundamentado em Buttel (1994), significa a introdução de valores ambientais nas práticas agrícolas, na opinião pública e nas agendas políticas para a agricultura.

desenvolvimento de ações protagonistas na construção de processos voltados para o desenvolvimento sustentável em suas comunidades.

Além disso, percebeu-se a carência de pesquisas que tratem das organizações juvenis na região de Araponga, com suas especificidades em meio ao contexto social, econômico e cultural no qual elas se inserem. Nesse contexto, o presente artigo teve como objetivo identificar os programas e políticas públicas que os jovens e o movimento agroecológico têm acessado, considerando a participação e protagonismo juvenil na sustentabilidade dos movimentos sociais rurais do município de Araponga-MG.

Enfim, o artigo discute sobre o Protagonismo Juvenil e seu papel na Sustentabilidade dos movimentos sociais rurais, em especial, o movimento agroecológico, no agendamento e implantação das políticas públicas, que vão de encontro às necessidades das populações do campo. Ao considerar a política pública como resultado das correlações de força entre estado e movimentos sociais, o protagonismo da juventude rural evidencia-se como indispensável.

2. PROTAGONISMO JUVENIL E PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NA SUSTENTABILIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

A relação entre juventude e sustentabilidade está colocada, desde 1987, no documento intitulado “Nosso futuro comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, ao afirmar que: suprir as necessidades da geração presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas; ou seja, garantir recursos (água, alimento e energia) e bens sociais (saúde, educação e habitação) básicos para todos os seres humanos, depende da forma como as futuras gerações irão lidar com estes temas (BOFF, 1999). No entanto, para o jovem de hoje, que enfrenta as dificuldades de um mundo conturbado e desorientado, fica a questão: por que preocupar-se com a sustentabilidade de gerações futuras, se existem hoje questões que ameaçam o seu próprio sustento no presente?

Os estudos sobre a juventude rural no Brasil têm evidenciando sua inconsistência temporal, cultural e simbólica. Portanto, a juventude ainda é uma categoria de análise considerada “epistemologicamente imprecisa”, como cita a pesquisadora Spósito (2003).

Nesta perspectiva, a juventude no rural torna-se uma categoria complexa e, assim, um olhar minucioso sobre o rural faz-se necessário, pois tem significativa importância. A participação em espaços coletivos, o campo de atuação, a função social, a perspectiva do presente e do futuro não desatrelada do seu contexto histórico faz do tema juventude rural um território de buscas analíticas, para que se

possa compreender o fenômeno do ser jovem no rural, em seus contextos de vida, tempos e espaços.

Segundo Santos e Loreto (2012), a sustentabilidade está integrada à responsabilidade, no sentido de uma mudança dos padrões insustentáveis de produção e de consumo da população, considerando os compromissos com o meio ambiente e a futuridade, por meio da educação, conscientização e participação popular.

Entretanto, para que haja a internalização desses compromissos pelos indivíduos/famílias, é preciso realizar um trabalho de conscientização, considerando os valores, os problemas, necessidades e aspirações da população local, por meio do esclarecimento, informação técnica, formação de valores, valorização da cultura e, conseqüentemente, criar condições de acesso às políticas públicas. Diante disso, como comentam as Zhoury, et al. (2005), as propostas de sustentabilidade devem ser plurais, articulando as dimensões da equidade, da igualdade, da distribuição, bem como da universalidade do direito de viver na singularidade.

Ao analisar o significado dessas transformações como contribuições ao desenvolvimento sustentável, Stropasolas (2006, p.116), em *O mundo rural no horizonte dos jovens*, afirma que as relações entre juventude e desenvolvimento sustentável remetem a inovações em curso no país e apontam para questões significativas e de que “a educação é um instrumento importante no projeto de vida dos jovens”.

A nova ruralidade, mesmo tendo agregado distintas atividades e características não agrícolas, resgata e reafirma a importância do conjunto de contribuições da agricultura para a dinâmica econômico-social, para a manutenção dos modos de vida, garantia da segurança alimentar, manutenção da biodiversidade, dentre outras. Mas, em especial, a multifuncionalidade¹⁴ da agricultura se insere em um contexto de busca de soluções para as disfunções do modelo produtivista, promovendo a integração das esferas sociais na compreensão do papel da agricultura e da participação das famílias rurais no desenvolvimento local (CARNEIRO, 1998).

¹⁴ A noção de multifuncionalidade pode ser aplicada como uma nova 'lente' para analisar as dinâmicas sociais no meio rural e para apreender a agricultura familiar, que é valorizada como portadora de potencialidades sociais, culturais e ambientais associadas à atividade agrícola, via de regra ignorada pelos enfoques economicistas ou produtivistas estritos (CARNEIRO, 2004, p.15).

Bonnal e Maluf (2007) acrescentam que as manifestações da agricultura são também portadoras de novos olhares sobre a atividade agrícola e o mundo rural, como, por exemplo, as questões de gênero e geracionais, os movimentos sociais e os modelos agroecológicos que questionam as relações com a natureza. Neste sentido, Sachs (1986 e 2002) coloca que a sustentabilidade é vista como multidimensional, uma vez que integra as três características: ser ambientalmente sustentável, socialmente incluyente e economicamente sustentado. É entendida:

“para além da preservação dos recursos naturais e da viabilização de um desenvolvimento que não agrida o meio ambiente, implicando em um equilíbrio do ser humano consigo mesmo e com o planeta, e, mais ainda, com o próprio universo” (GADOTTI, 2005, p.32),

Essa multidimensionalidade da sustentabilidade envolve, segundo Leff (2006), relações em um contexto amplo, sejam entre instituições, organizações, práticas e movimentos sociais, que atravessam o campo conflitivo do ambiental e norteiam as formas de percepção, acesso, uso e gozo dos recursos naturais, assim como a qualidade de vida e os estilos de desenvolvimento das populações.

Conforme aponta Freitas (2012), o caminho no sentido da sustentabilidade envolve uma compreensão integrada da vida, por meio da reestruturação do consumo e da produção, com ciência, prudência, tecnologia e qualidade ambiental; enfim, uma transformação do estilo de vida das pessoas e da afirmação da responsabilidade compartilhada, o que envolve um sentimento de pertencimento e de identidade.

Essa visão é compartilhada por Sachs (2002), ao afirmar que o desenvolvimento para ser sustentável deve envolver mudanças de pensamento e comportamento, constituindo uma preocupação com a espécie humana, colocando o indivíduo enquanto sujeito/objeto, na construção de uma sociedade sustentável. Neste âmbito, o protagonismo e a participação dos jovens refletem em um tipo de ação orientada por valores individuais e coletivos, locais e globais, envolvendo pessoas, organizações e instituições, visando mudanças qualitativas no modo de participar, de viver, de ter qualidade de vida e de aproveitar as oportunidades que o desenvolvimento rural pode oferecer.

Neste sentido, o desafio das pesquisas sobre juventude buscam compreender a juventude rural a partir de seu protagonismo juvenil nas organizações e movimentos sociais. O termo protagonismo juvenil vem sendo discutido por diversos autores, como Costa (2000), Abramovay (2005) e Souza (2006), com diferentes leituras e

concepções. Na visão de Souza (2006), o protagonismo é um discurso neoliberal onde os atores sociais se encontram para negociar interesses, sendo eles próprios os únicos responsáveis pela sua condição social, em função da sua inserção no mercado de trabalho, acesso à educação, saúde, etc.; ou seja, pela sua “inclusão” na sociedade. Diferente a esta perspectiva, Costa (2000) vê no protagonismo juvenil uma possibilidade concreta do desenvolvimento e exercício da cidadania, ao mesmo tempo em que se volta ao sujeito, em relação à formação da identidade, autoconceito e autoestima, que são componentes importantes para a formação da identidade e autonomia.

Outra concepção acerca do protagonismo juvenil foi elaborada por Miriam Abramovay, em texto publicado pela Unesco (2005), ao defender que o protagonismo juvenil é parte de um método educacional voltado para a cidadania, buscando o desenvolvimento de atividades centralizadas nos jovens e valorizando sua participação. Para tanto, neste estudo comunga-se da concepção de Abramovay (2002), pela ênfase dada ao jovem durante as atividades, como sendo o fator que permite a construção de sentidos positivos para sua vida, mediante a elaboração de projetos de vida, ao mesmo tempo em que são trabalhados valores éticos, como os de solidariedade e responsabilidade social. Portanto, o protagonismo dos jovens rurais pressupõe uma relação dinâmica entre formação, conhecimento, participação, responsabilização e criatividade, como mecanismo de fortalecimento da perspectiva de educar para a cidadania.

Além disso, procurou-se não dissociar os conceitos de protagonismo ao de participação, pois esta pesquisa considera os jovens rurais, como personagem principal de uma ação voltada para a solução de problemas reais; ou seja, a participação ativa e construtiva destes jovens nos movimentos sociais, na sua comunidade ou na sociedade em geral. Esta participação, propositiva e proativa, só se desenvolve em ambientes democráticos onde o objetivo seja a formação de cidadãos autônomos, solidários e compromissados. De acordo com Costa (2000, p.153), “a participação autêntica se traduz para o jovem num ganho de autonomia, autoconfiança e autodeterminação numa fase da vida em que ele se procura e se experimenta empenhado que está na construção da sua identidade pessoal e social e no seu projeto de vida”.

Considerando a complexidade que cerca o tema, o protagonismo juvenil se mostra relevante, por entender ser imprescindível conhecer os elementos que

contribuem para a constituição de atores sociais ou sujeitos da ação, daí a importância dos movimentos sociais do campo como lugares de construção de identidades coletivas e políticas. Neste contexto, a recente visibilidade do jovem, enquanto público-alvo de programas ou ator político pode significar desde um “reconhecimento de suas especificidades de ser jovem no meio rural brasileiro, e, portanto, de demandas específicas, até uma reordenação de relações de poder e consequente legitimação do jovem como ator social, nos processos de produção, reprodução e mesmo transformação da realidade do meio rural no Brasil.” (CASTRO, 2005, p.23)

Segundo Wanderley (2000, p.02), é na “apreensão da diversidade e da complexidade do rural, como um espaço próprio gestor de um modo de vida diferenciado daquele produzido no espaço urbano, que será viável a noção de cidadania, sendo compartilhada legitimamente pelo rural”.

Especificamente, no município de Araçuaia/MG, a sustentabilidade agroecológica nos movimentos sociais rurais têm gerado atitudes protagonistas entre os jovens que buscam por meio de alternativas proativas, soluções para os problemas sociais locais, com vistas na melhoria destes espaços, não só para as gerações atuais, mas também para as gerações futuras. No entanto, este processo em curso na região só se concretiza a partir da transformação da realidade da agricultura familiar, resultante da interação entre os atores e as redes sociais envolvidas na busca por políticas públicas voltadas para os jovens do campo.

2.1. Políticas Públicas para a Juventude do Campo

Nos últimos anos, tornou-se crescente no Brasil a elaboração de políticas públicas direcionadas à juventude rural, na expectativa de conter propostas contingenciais a fim de captar diferentes demandas sociais para a inclusão dos jovens rurais na pauta política nacional. A criação de instituições, políticas e programas com referência específica aos jovens situados no meio urbano e rural prospectam um marco institucional diferenciado no âmbito das relações, de acordo com as disputas políticas no Brasil.

Segundo Abad (2003), as Políticas Públicas de Juventude (PPJ), tanto no Brasil quanto na América Latina como um todo, estão relacionadas aos processos de agudização das desigualdades sociais e a consequente exclusão de jovens. Fazendo

uma análise destas políticas, este mesmo autor cita quatro modelos de políticas públicas de juventude implementadas tanto no Brasil, quanto na América Latina, cujas diferenciações decorriam de problemas políticos específicos em cada contexto histórico: ampliação da educação e uso do tempo livre (entre 1950-1980); controle social de setores juvenis mobilizados (1970-1985); enfrentamento da pobreza e prevenção do delito (1985-2000); inserção de jovens excluídos no processo produtivo (1990-2000).

Kerbauy (2005) ao analisar as políticas de juventude implantadas até os anos 90, afirma que elas se caracterizam por serem reparatórias e compensatórias, em vez de realizarem valores e objetivos sociais referentes ao período juvenil, a fim de promover a participação da população local e a identidade da juventude, que há muito não pode ser mais considerada como homogênea.

No fim dos anos 1990 e início da presente década, houveram inúmeras iniciativas públicas, muitas envolvendo parcerias com organizações não governamentais (ONGs), fundações empresariais e as várias instâncias do Poder Executivo, mobilizadas tanto no nível federal quanto no estadual e municipal. No entanto, a emergência de ações na esfera federal voltadas para a juventude deu-se precisamente a partir de 1997, devido à ação dos próprios jovens, das organizações e movimentos sociais aos quais muitos destes jovens estão vinculados e que, nos últimos anos, vêm garantindo visibilidade ao segmento (SILVA e ANDRADE, 2009). Neste sentido, o empoderamento da juventude por dentro dos movimentos contribuiu não só para suas afirmações internas, mas principalmente para suas conquistas externas, como por exemplo, a negociação de políticas públicas para os jovens rurais, junto ao Estado (CONTAG, 1999).

Ao lado dessas iniciativas, que não chegaram a se estruturar como uma Política Nacional de Juventude começaram a surgir organizações e grupos juvenis, com representação em variados campos – cultural, esportivo, ambiental, estudantil, político-partidário, movimentos étnicos e em prol da igualdade de gênero, associações de bairro, entre outros – que pressionavam o poder público a reconhecer os problemas específicos que os afetavam e a formular políticas que contemplassem ações para além daquelas que apenas viam os jovens como sinônimos de problema.

Estas demandas emergem da compreensão dos jovens como sujeitos de direitos, definidos não por suas incompletudes ou desvios, mas por suas

especificidades e necessidades, que devem ser reconhecidas no espaço público, como demandas cidadãs legítimas (ABRAMO, 1997).

Segundo Spósito (2005), a partir de 2004, inicia-se no Brasil um amplo processo de diálogo entre governo e movimentos sociais sobre a necessidade de se instaurar uma política de juventude no país. O desafio era o de pensar políticas que, por um lado, visassem à garantia de cobertura em relação às diversas situações de vulnerabilidade e risco sociais apresentadas para os jovens e, por outro, buscassem oferecer oportunidades de experimentação e inserção social múltiplas, que favorecessem a integração dos jovens nas várias esferas sociais.

No Brasil, o reconhecimento dos jovens, como sujeitos de direitos, se consolidou com o surgimento de ações públicas específicas para a juventude ocorridas nos últimos 20 anos, o que tem balizado a formulação de Políticas Públicas de Juventude¹⁵. Diferentemente de outras épocas, a juventude rural teve suas demandas incorporadas pelo Estado particularmente na década presente a partir da formulação de programas e ações centradas na questão do acesso à terra e ao crédito, aliado a processos de escolarização e qualificação social e profissional, na perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar. No entanto, mesmo reconhecendo avanços nas políticas públicas e sociais, as juventudes brasileiras têm necessidade de direitos (CASTRO; AQUINO, 2009).

Nesta direção, as políticas públicas para o campo vinculadas à atuação dos movimentos sindicais e outros movimentos rurais se materializam a partir da promoção e reivindicação de uma educação contextualizada, na orientação e capacitação dos trabalhadores a respeito da Previdência Social Rural, na organização de projetos de crédito rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; bem como, na atuação em alguns Conselhos Municipais com a finalidade de controle social e como forma de assegurar a implementação das ações específicas para as comunidades rurais.

¹⁵ O marco institucional de definição de juventude no Brasil, atualmente, é o consubstanciado no Plano Nacional de Juventude (PNJ), que estabelece em seu Art. 1º - *Fica aprovado o Plano Nacional de Juventude, destinado aos jovens brasileiros com idade entre quinze e vinte e nove anos.*

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para os fins propostos, buscou-se construir contato com as lideranças do movimento agroecológico de Araponga - MG, que tenham dentre seus objetivos favorecer a participação e o protagonismo da juventude nos espaços de proposição de políticas públicas no meio rural. Para tanto, foi contatado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), espaço que congrega diversos representantes dos movimentos sociais rurais da região, dentre eles o movimento agroecológico. A oportunidade de dialogar com sujeitos que participaram ao longo de sua trajetória de vida dos movimentos sociais rurais da região estudada, induziu à adoção do estudo de caso, inspirado nas concepções e procedimentos de levantamento de dados realizado pelos pesquisadores da história oral. Neste sentido, Alberti (1989), esclarece que a “peculiaridade da história oral decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (p.5).

Todos os entrevistados estiveram e ainda estão envolvidos com o movimento agroecológico, cujos itinerários de vida se entrelaçam aos percursos históricos do movimento na região. Durante as entrevistas, conversas informais e relatos foi indagado sobre o processo e participação dos jovens no movimento, além de solicitar as lideranças que contassem um pouco do que é o movimento agroecológico na região, quais políticas e programas os jovens e o movimento agroecológico tem acesso, de que forma os jovens participam do movimento e como esta participação dos jovens é vista pelas lideranças e representantes do movimento sociais rurais no

município. De posse destas informações, foi construída uma síntese referente aos programas e políticas públicas existentes no âmbito do movimento agroecológico. Assim, pretende-se compreender a percepção das lideranças sobre o protagonismo juvenil no movimento agroecológico no referido município.

4. O PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO: PERCEPÇÕES DAS LIDERANÇAS E DOS JOVENS

Para as lideranças, o protagonismo dos jovens no movimento agroecológico, fomenta novos valores, que surgem a partir das relações que passam a vivenciar no processo de discussão coletiva. Essa mesma idéia tem os jovens, como coloca um dos entrevistados:

Ás vezes eu pensava que não tinha capacidade, quando fui participar de um dia de campo em uma comunidade vizinha, percebi que as pessoas escutavam atentas ao que eu falava, até eu fiquei admirado comigo mesmo, uns até me deram os parabéns. [Enfatiza]. (Respondente 05, rapaz, 26 anos).

Percebe-se, em falas como essa, que os jovens gostam de se sentir parte do processo. Desta forma, nos movimentos, os jovens têm uma tarefa também educativa, que é contribuir na intencionalidade do movimento em construir novos caminhos, novas alternativas frente às adversidades encontradas.

Considerando a complexidade da agricultura contemporânea e a relevância dos jovens rurais, enquanto atores estratégicos no desenvolvimento rural, os movimentos sociais rurais se apresentam como agentes centrais da renovação social, pois suas ações contribuem na reflexão sobre a realidade concreta, seja por apontarem problemas vivenciados, seja por produzirem novas agendas com respeito a Estado e à sociedade civil. Portanto, a participação dos jovens no movimento agroecológico, muitas vezes significa a consolidação da sua identidade como trabalhador do campo:

Quando estamos reunidos, os problemas da comunidade acabam sendo problemas de um coletivo e não apenas de uma única pessoa (Respondente 08, moça, 24 anos).

Desta forma, o jovem enquanto sujeito social produz e reproduz na própria realidade, na relação que estabelece com a natureza e com o lugar que ocupa na produção – sua classe social. É nesta relação que se constrói a subjetividade do sujeito, que auxiliará na compreensão dos processos de construção e significação dos projetos de vida (MELUCCI, 1997).

Para Castro (2009), a juventude rural se apresenta nos espaços de organização dos movimentos sociais, participando e atuando no cotidiano dos espaços rurais, a partir da diversidade e auto-representação, discursos e práticas, para tratar de processos de construção de identidades culturais. Portanto, é fundamental compreender como os jovens rurais constroem saberes inerentes às suas experiências dentro destes movimentos que estão inseridos na realidade da agricultura familiar das práticas agroecológicas.

Nessa perspectiva, os jovens são membros de uma coletividade relacionando-se com os demais sujeitos em diferentes contextos, assimilando o que é produzido e ao mesmo tempo produzindo. A diluição das fronteiras materiais e simbólicas entre o meio rural e o urbano faz com que os jovens reelaborem suas identidades sociais, permitindo a convivência no mesmo espaço social de prática e valores, isto é, articulando elementos do rural e do urbano (CARNEIRO, 1999).

Dessa forma, as relações sociais se constroem no presente, movidas pelas tradições familiares e locais do passado, bem como por alternativas possíveis ao futuro das gerações e à reprodução do estabelecimento familiar. Estas dinâmicas se interligam e, através delas, emerge um ator social multifacetário que pode ser portador, ao mesmo tempo e paradoxalmente, de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural (CARNEIRO e CASTRO, 2007).

É neste sentido que se aponta para a emergência dos movimentos sociais rurais, como também para o protagonismo juvenil, seja na perspectiva de permanência do jovem no meio rural, seja como necessidade de buscar outros espaços de sociabilidade e alcance da sustentabilidade das políticas e programas para a juventude, sob uma perspectiva de gênero.

Dados do IBGE (2012) revelam um grande número dos estabelecimentos rurais do Brasil como sendo de agricultores familiares (85%), o que demonstra a

necessidade de concentrar ações que tornem possíveis as condições de trabalho para este grupo, criando estratégias que possibilitem a participação e permanência dos jovens nestas unidades de produção.

As dificuldades encontradas pela maioria das unidades de produção, em pequenas e médias propriedades, vão desde a dificuldade ao acesso às linhas de crédito, implantação de políticas públicas, à falta de terras, expondo os jovens produtores rurais a um constante questionamento quanto ao seu futuro, uma vez que a relação mais intensa com o meio urbano propicia aos mesmos um conhecimento de novas formas de trabalho, aumentando ainda mais suas dúvidas quanto a seu futuro profissional (ABRAMOVAY, 1998).

Existe uma necessidade de mudanças que envolvam questões estruturais voltadas ao jovem do campo, no sentido de facilitar o acesso dos mesmos às linhas de crédito, possibilitando a aquisição de terras como início de realização de seus projetos, o que pode levar à fixação desses jovens no meio rural; garantindo, assim, uma reprodução social deste importante segmento da agricultura familiar (DIAS, 2004).

Partindo deste enfoque, estudos sobre as ações coletivas chamam atenção para o fato de que os movimentos sociais, embora estejam sempre sujeitos aos efeitos das racionalizações do processo de mundialização do capital, se apresentem como alternativas de ruptura com a ordem hegemonicamente vigente. Além disso, se afirmam à medida que sua base organizada dispõe e propõe coletivamente, contando com a participação ativa de seus integrantes.

Não obstante, ser protagonista também implica potencializar e levar adiante o que já existe localmente, conduzindo tais ações com liderança e colaboração. Assim, ações de cooperação, de solidariedade e de confiança transformam-se em instrumentos capazes de constituir ações coletivas temporárias e permanentes, em função dos problemas e riscos que se apresentam aos jovens rurais, às unidades familiares, às localidades e aos territórios. Neste contexto, o protagonismo juvenil preconiza a participação do jovem:

[...] em atividades que extrapolam o âmbito de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, a vida comunitária (igrejas, clubes, associações) e até mesmo a sociedade em seu sentido amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que podem transcender os limites de seu entorno sócio-comunitário (COSTA, 2000, p. 176).

Através dos relatos e das falas das lideranças do Movimento Agroecológico percebe-se um envolvimento pessoal dos jovens com o movimento que fazem parte, no sentido de buscar melhorias para a sustentabilidade do campo, como destacado nos seguintes depoimentos:

[...] os jovens demonstram bastante paixão por aquilo que fazem dentro da organização, e acreditam que estão contribuindo efetivamente para a construção de um projeto coletivo para a juventude. Nas atividades e eventos festivos, como a festa da colheita, na obtenção de recursos financeiros, como o crédito fundiário e linhas de crédito para financiamento dos projetos da agroecologia, os jovens têm mostrando bastante participativo, como também na busca de melhorias para o bem estar da família e da comunidade, sempre atento às questões ambientais, já que no manejo agroecológico não podem fazer uso de agrotóxicos ou qualquer outro veneno (Respondente 02, homem, 43 anos).

[...] os jovens do movimento são extremamente envolvidos e dispostos a compartilhar sonhos, experiências e expectativas de transformação da realidade da agricultura familiar daqui da região [Enfatiza] (Respondente 04, homem, 38 anos).

Na perspectiva das lideranças, nos movimentos sociais rurais, os jovens estão associados em grande medida às perspectivas futuras do movimento social, sendo entendidos como “uma idéia de renovação” para o movimento. No movimento agroecológico de Araponga - MG, por exemplo, o tema da juventude não é considerado uma preocupação nova. A ocupação dos cargos de diretoria das redes de apoio ao movimento agroecológico, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Associação dos Agricultores Familiares (AFA) e da Cooperativa de Crédito (CRESOL), retrata e consolida o jovem rural como ator político. A juventude está representada tanto por moças, quanto rapazes, colocando em discussão a questão de gênero nos espaços de atuação do movimento e na própria reprodução social da agricultura familiar no município. Quanto mais os jovens estiverem preparados para essas “novas atividades”, agrícolas ou não, entre as quais destacam-se aquelas voltadas à valorização da própria biodiversidade existente no meio rural, maiores suas chances de realização pessoal e profissional (ABRAMOVAY, 2005).

A própria formação e estrutura do movimento agroecológico ajuda a elucidar o “lugar” dos jovens e a “posição” que estes ocupam no interior do movimento, haja vista que, segundo relatos das lideranças, o movimento foi composto de três gerações de militantes: a geração fundadora, a geração que se forma a partir da constituição das primeiras propriedades com manejo agroecológico, além de uma geração mais nova que surge recentemente, composta pelos filhos (as) dos agricultores familiares

agroecológicos. Neste caso, pode-se afirmar que o marcador geracional não é a idade, mas, sim a entrada e, conseqüentemente, a participação no movimento social.

No processo de análise das falas dos jovens entrevistados e seguindo os procedimentos técnicos da análise de conteúdo (BARDIN, 1979), pôde-se localizar uma lógica central que orienta a compreensão dos jovens agricultores sobre a agroecologia. Ancorados nas noções de diversidade, preservação e respeito a natureza, foi identificado uma representação de agroecologia como uma agricultura sustentável, construída por uma relação entre agricultor e natureza, pautada pelo respeito e cuidado com o meio ambiente. Especificamente, ao referir a questão da diversidade, existe uma tendência entre os jovens agricultores de associar agroecologia e diversidade.

Neste sentido, o termo “diversidade” passa a ser interpretado na perspectiva de variedade de plantas e seres vivos, como também variedade de produtos. No tocante à diversidade de produtos, a lógica utilizada pelos agricultores ressalta a importância de garantir a diversidade de produção agrícola, capaz de gerar renda e viabilizar economicamente a unidade produtiva agroecológica. Logo, esta representação foi compartilhada por todos os jovens entrevistados, como destaca um dos relatos:

Pra mim, a agroecologia é vida, diversidade e respeito a natureza, pois alia a produção com a conservação de água, do solo e da natureza. É procurar conservar a terra, procurar não destruir e conservar o máximo em todos os sentidos (Respondente 01, rapaz, 23 anos).

Nesse sentido, as atitudes dos jovens estão pautadas nas premissas do desenvolvimento sustentável e nos princípios agroecológicos do movimento, ecologizando a família e a sociedade, para que adotem formas de pensar, de comunicar, de agir e de produzir menos agressivas ao meio ambiente ou mais harmonizada com os processos naturais, pensando em um sentido multidimensional da sustentabilidade, como relatado por uma das líderes comunitárias:

“É importante a preservação, tanto para nós como para os nossos filhos. Quero que eles tenham alimento de qualidade, água em abundância e muitas frutas (Respondente 05, mulher, 41 anos)

De acordo com as lideranças, a inserção dos jovens na organização do movimento agroecológico foi se formando aos poucos, através das demandas e

necessidades dos jovens que chegavam até as lideranças, sendo pontos de pauta de muitas reuniões entre os agricultores familiares e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Assim, o protagonismo dos jovens rurais é considerado pelas lideranças do movimento agroecológico, como um propulsor de iniciativas, à medida que os mesmos passam a ocupar espaços efetivos de trabalho em sua comunidade e desenvolvem ações coletivas, seja compartilhando tarefas ou responsabilidades com o movimento.

[...] Neste sentido, a Escola Família Agrícola aqui da região ajudou muito, pois os jovens que estudam lá, que são filhos dos agricultores daqui, já conseguem ter um pensamento mais voltado para a busca de melhorias para sua família e para a região, através do manejo agroecológico da propriedade e da preservação da natureza. Isto porque na EFA eles aprendem como a lidar com o roçado, a administrar os recursos que cada um tem e assim se preparar melhor para enfrentar os problemas que aparecer (Respondente 03, homem, 54 anos).

Em Araponga - MG, a juventude organizada no movimento agroecológico tem desempenhado um papel fundamental para a mudança social da agricultura familiar, preparando e mostrando novos líderes, puxando novos processos de mobilização e conquista de direitos para a juventude, como ressalta a fala de uma liderança que tem dois filhos participantes do movimento agroecológico:

Aqui, aprendemos novas técnicas de roçado para não agredir a natureza, trabalhamos com agroflorestais, técnicas de piscicultura, apicultura e eu e meus filhos compartilhamos com outros produtores algumas técnicas do manejo agroecológico. A gente divide e acaba somando. Os meninos gostam de aprender coisas novas e de adquirir experiências e compartilhar com a comunidade o que sabem. É o anseio deles ter algo novo, algo seu (Respondente 04, homem, 47 anos).

No relato acima, essas lideranças que participaram do processo inicial de organização do movimento agroecológico na região, a inserção dos jovens no movimento não alterou o formato tradicional e a proposta inicial dos aliados, pelo contrário a experiência acumulada e a participação dos jovens no movimento foi um elemento que colaborou para promoção de novos saberes e aquisição de novas políticas para os jovens rurais. A chegada dos jovens no movimento foi bom também para as lideranças, pois sinalizaram a possibilidade de continuidade do movimento.

Assim, para as lideranças, o protagonismo juvenil tem sido capaz de canalizar o potencial criador dos jovens para as atividades em prol da comunidade em que vivem, fortalecendo o espírito de cooperação entre os participantes do

movimento e contribuindo para a aquisição de linhas de crédito, como o PRONAF Jovem e PRONAF Agroecologia.

4.1. Programas e Políticas Públicas para o jovem do Movimento Agroecológico: Conquistas e conflitos

O meio rural brasileiro esteve muito tempo à parte das políticas públicas do país, visto como um lugar atrasado e sem necessidades educacionais, sociais, entre outras. No entanto, com o amadurecimento, mobilização e crescimento dos movimentos sociais populares do campo, surgiram demandas que apontaram para a urgência de políticas públicas voltadas à autonomia dos e com os agricultores (SILVA; MARQUES, 2009).

Os movimentos sociais são peças importantes para o ideal de desenvolvimento rural que objetiva o poder público oficial, principalmente pela capacidade de mediar relações entre poder público e sociedade civil. Nos últimos anos, as políticas de desenvolvimento do rural passaram por algumas transformações resultantes, relativamente, da pressão dos movimentos sociais, originando, em certa medida, maior participação dos *interesses* das populações locais. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) são exemplos dessas transformações, contando com a participação dos representantes da sociedade local, e a profusão desses, conforme Abramovay (2003), “é a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil democrático” (p. 57).

Embora o Movimento Agroecológico de Araponga-MG se apresente como um movimento forte e representativo na região, considerando as ações e iniciativas dos próprios jovens, não se pode negar que há a necessidade de incentivos e apoio financeiro e material para o fortalecimento e a viabilidade da proposta agroecológica em suas propriedades. Desta forma, o acesso ao crédito é um processo importante para o movimento agroecológico.

Em contato com algumas lideranças do Movimento Agroecológico e representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araponga-MG, foram relacionados os programas e políticas públicas existentes no município, voltados para o movimento Agroecológico e para a população jovem, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5 – Relação das Políticas de atendimento ao jovem e ao Movimento Agroecológico, Araponga/MG, 2013

Programas e Projetos
Pronaf Agroecologia
Programa de Crédito Fundiário - tem uma linha para jovens (Pronaf Jovem)
Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária/PRONERA
Programa de Aquisição de Alimentos/PAA
Programa de Aquisição da Merenda Escolar

Fonte: Dados da pesquisa. 2013.

Uma das grandes conquistas, no que se refere ao acesso ao crédito para os jovens agricultores e participantes do movimento agroecológico, é o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar ou PRONAF. Através de suas várias linhas de financiamento, ele tem sido uma alternativa para aqueles jovens agricultores, que normalmente não conseguem acessar aos grandes programas de financiamento, já que contam com poucos recursos. Vale ressaltar que dentre as políticas apresentadas na tabela 6, o Pronaf Jovem é a única política específica para este segmento, pois as outras não são para os jovens, são para os agricultores em geral e os jovens podem acessar estas políticas como outros agricultores. Com respeito às contribuições do PRONAF para os jovens rurais e para o Movimento, 26 entrevistados afirmaram que houve algum tipo de melhoria, tais como, o aumento e diversificação da produção agroecológica e maiores investimentos em suas propriedades; 14 declararam que não ocorreu qualquer tipo de mudança e 5 não souberam informar.

Dentre as várias linhas de crédito oferecidas pelo Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar, os entrevistados destacaram o PRONAF Jovem, como um grande incentivador da permanência do jovem no campo. O PRONAF Jovem é uma linha de crédito especial para jovens agricultores familiares com idade entre 16 e 25 anos, que cursam ou estejam em centros de formação por alternância de nível médio ou cursos profissionais voltado para atividades agropecuárias, sendo um investimento de única operação que tem por finalidade o investimento e custeio para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato, dentre outras, desenvolvidas no meio rural de interesse do jovem agricultor rural. Pode-se utilizar até R\$ 6.000,00

com taxa de juros de 1% ao ano, podendo ser pago em dez anos, com carência de três anos (MDA, 2008).

De acordo com os relatos dos entrevistados, o acesso ao PRONAF jovem, tem possibilitado a permanência dos jovens na zona rural e proporcionado uma maior autonomia financeira, já que estes jovens passaram a adquirir sua própria área de terra e assim podem desenvolver expectativas positivas em relação às práticas agroecológicas no âmbito do movimento

Ainda tratando de políticas públicas de fomento à permanência do jovem no meio rural, deve-se ressaltar a importância do Programa de Crédito Fundiário na reprodução social da agricultura familiar e no fortalecimento do movimento agroecológico no município. Este Programa, desenvolvido pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), foi criado para atender a uma antiga reivindicação do movimento sindical dos trabalhadores rurais, cujo objetivo é diminuir a pobreza no campo e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais por meio da concessão de linhas de crédito para a compra de imóvel e investimentos em infra estrutura básica (construção de casas, estradas, instalação de energia elétrica e rede de abastecimento de água), produtiva, (assistência técnica, infra-estrutura produtiva, investimentos iniciais na produção) e projetos comunitários.

É importante destacar os Programas de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA ou Compra Direta), do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e do Programa Nacional da Alimentação Escolar, vinculado ao Ministério da Educação – MEC, que também têm promovido o fortalecimento do Movimento Agroecológico, através da venda dos produtos agroecológicos distribuídos na merenda escolar. Conforme os entrevistados, estes dois programas têm contribuindo tanto para o envolvimento dos jovens nas ações do movimento, quanto para aproximar os locais de produção dos locais de consumo de alimentos, o que permite fortalecer os circuitos curtos de comercialização em feiras, mercadinhos, compras diretas e outros mecanismos.

Reflexo da luta e do reconhecimento do movimento agroecológico em Araponga - MG, o PRONAF Agroecologia é um dos grandes avanços conquistados pelos agricultores, no que se refere a legitimação da agroecologia no campo das políticas públicas no país. Além disso, para os agricultores que tiveram acesso a esta

linha de crédito, houve melhorias no sistema de produção e na vida das famílias participantes do movimento, como mostra a fala de um dos entrevistados:

Graças ao PRONAF Agroecologia, conseguimos comprar uma picadeira e com isto aumentamos o número de criações, aproveitando melhor o milho, cana, mandioca para alimentação dos animais, facilitando a elaboração do composto orgânico na propriedade. Permitiu também um aumento na produção do café com o composto adquirido e reduziu significativamente a mão de obra na secagem do café no novo terreno (Respondente 02, homem, 49 anos)

Nas reuniões realizadas entre os jovens agricultores e agricultoras do movimento no município de Araponga, foram identificadas algumas vantagens do PRONAF Agroecologia em relação a outras linhas do PRONAF, tais como: a possibilidade de recursos para investir na agroecologia, proposta que antes não tinha financiamento e a liberdade para propor o que precisa ser feito na situação específica de cada propriedade. No entanto, estes mesmos agricultores também apontaram algumas desvantagens do PRONAF agroecologia, como a exigência do banco de que os agricultores estivessem em processo de certificação orgânica, dificuldade de acesso e os juros, ressaltando que são os mesmos das outras linhas.

No que se refere a questão educacional, os entrevistados ressaltaram a importância do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), como um projeto de educação comprometido com a transformação da realidade social, política, econômica e humana das populações que vivem no campo. As questões acima mencionadas estão estreitamente vinculadas às afirmações de Arroyo et al (2004, p. 14):

Os movimentos sociais carregam bandeiras da luta popular pela escola pública como direito social e humano e como dever do Estado. Nas últimas décadas os movimentos sociais vêm pressionando o Estado e os diversos entes administrativos a assumir sua responsabilidade no dever de garantir escolas, profissionais, recursos e políticas educativas capazes de configurar a especificidade da Educação do Campo. No vazio e na ausência dos governos os próprios movimentos tentam ocupar esses espaços, mas cada vez mais cresce a consciência do direito e a luta pela Educação do Campo como política pública.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi criado em 1998 e possui as suas bases nas articulações com os movimentos sociais, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; poder público, instituições e Universidade públicas. Alguns dados revelam um avanço

significativo do Programa através das lutas dos movimentos sociais, como a criação das *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo* (Resolução CNE/CEB nº01 – de 03 de abril de 2002), um marco na história da educação do país, particularmente na educação do campo (SANTOS, 2008). No município de Araponga/MG, o PRONERA em parceria com a Escola Família Agrícola(EFA-PURIS), tem realizado a capacitação pedagógica dos professores por meio de Ciclos e Oficinas Pedagógicas, pautadas nos princípios filosóficos do educador Paulo Freire.

Analisando sob uma perspectiva de gênero, a contribuição que estas políticas tem proporcionado aos agricultores e agricultoras, para que a produção agroecológica se torne uma alternativa de produção, constatou-se que, na percepção dos homens, esta contribuição está relacionada ao investimento e melhoria da propriedade, por meio dos recursos obtidos; enquanto, na visão das mulheres, a contribuição destas políticas está intimamente ligada a sua participação em oficinas, palestras e projetos, que visam o bem estar da comunidade.

Diante do exposto, é importante frisar que as políticas públicas implementadas até o presente momento pelo Movimento Agroecológico, representam o resultado da luta dos agricultores na experiência agroecológica que, por meio do acesso a informações e assessoria prestadas pelo CTA e STR, conseguiram ampliar as possibilidades de dinamizar a vida no campo. Neste caso específico, a política não aparece como uma dádiva e sim como uma conquista dos trabalhadores.

No que se refere ao apoio recebido para acessar as diferentes linhas de crédito, os entrevistados apontaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o CTA, como redes formais de apoio na aquisição de recursos e na continuidade do processo de organização e mobilização.

Para os entrevistados, durante o manejo das práticas agroecológicas e da própria colheita, principalmente o café, a principal rede acionada é a família, os vizinhos ou amigos, que também são agricultores. Um dos mecanismos utilizados pelos jovens agricultores tem sido a “troca de dia”, devido à falta de mão de obra na região.

Neste caso não há uma relação monetária e sim de reciprocidade e cooperação. Portanto, essa rede pode ser caracterizada como uma “rede de troca”, que, segundo Portugal (2007), pode envolver desde a ajuda material e a prestação de serviços, ao aconselhamento e companhia nas atividades de lazer. Ou seja, quando o econômico é

escasso, as redes de parentesco e reciprocidade funcionam como canais para a centralização de recursos.

Constatou-se que, a partir das relações que ocorrem entre os agricultores familiares, formam-se redes sociais decorrentes das conexões existentes de cada um dos membros dessas redes com outros membros, cujas ligações podem ser por estruturas informais das relações de reciprocidade, como o parentesco, vizinhança e amizade, como também por estruturas formais o movimento sindical, a associação, a cooperativa, entre outros (RADOMSKY, 2006).

5. CONCLUSÃO

Pode-se concluir que as políticas públicas para os jovens rurais do movimento agroecológico estão mais concentradas nas atividades agrícolas, o que demonstra a importância de políticas e programas em outros campos de atuação, como forma de incentivar a permanência dos jovens em seus locais de origem. Neste sentido, o Pronaf Jovem e o Pronaf agroecologia têm contribuído para a redução da saída dos jovens da zona rural, proporcionando uma maior autonomia financeira, já que estes jovens passaram a adquirir sua própria área de terra e desenvolveram expectativas positivas em relação às práticas agroecológicas no âmbito do movimento.

Desta forma, o protagonismo juvenil, é percebido pelas lideranças como um propulsor de iniciativas à medida que os jovens passam a ocupar espaços efetivos de trabalho em sua comunidade e desenvolvem ações coletivas, seja compartilhando tarefas ou responsabilidades com o movimento. O movimento agroecológico na região, muito embora possa ser visto como um movimento articulado e incentivado por organizações que contestam o atual modelo de agricultura convencional, só pode ser aceito pelos jovens agricultores na forma de uma realidade coerente e legítima, caso haja o sentimento de pertencimento por parte dos jovens e familiares na organização, que permita ao agricultor perceber a agroecologia como socialmente válida, como uma realidade possível de ser ambientalmente e economicamente sustentável e socialmente incluyente. Assim, utilizar de forma participativa o protagonismo juvenil parece ser o caminho mais indicado para seguir adiante com o projeto agroecológico sustentável.

Ressalta-se a necessidade de significar o movimento agroecológico como uma ‘possibilidade’ para o campesinato, não somente para fortalecer sua resistência, mas para vislumbrar novas políticas públicas e melhores condições para que o jovem seja protagonista da sustentabilidade no campo; que é ao mesmo tempo harmoniosa com seu ambiente físico e cultural, procurando ressignificar positivamente a identidade social dos agricultores com seu território. A participação e mobilização dos jovens em torno do movimento agroecológico têm fortalecido sua posição no universo social da região e influenciado a política do Estado, principalmente as direcionadas ao público juvenil.

Sendo assim, é importante considerar que as políticas e programas inseridos no âmbito dos movimentos sociais rurais apontam novos rumos que passam a propor redefinições na autonomia do jovem e no seu poder de decisão, com base em um conjunto de necessidades, que entendidas como direitos, fortalece a mobilização entre as pessoas do campo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Miguel. Críticas políticas das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia & PAPA; Fernanda de Carvalho. **Políticas públicas: juventude em pauta.** São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Friedrich Ebert Stiftung, 2003. p. 13-32.

ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Perseu Abramo, 2005

ABROMOVAY, Ricardo (Coord.). **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios.** 1. ed. Brasília: UNESCO, 1998. 101 p.

_____ **O Futuro das Regiões Rurais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do Cpdoc.** Rio de Janeiro: FGV, 1989.

ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salette & MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo;** 2ª ed; Petrópolis: Vozes, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra.** Petrópolis, Vozes, 1999.

BONNAL, P.; MALUF, Renato S. Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil. In: LIMA, E. N. et al. (orgs.) **Mundo Rural IV – configurações rural-urbana: poderes e políticas.** Rio de Janeiro: Mauad/Edur, 2007.

BUTTEL, Frederick H. Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar. In: **Agricultura y Sociedad**, nº 74, Jan./mar, 1995.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, VII, 20-24 de novembro de 2006. Quito, Ecuador. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/02%20GT%20Anita%20Brumer.pdf>>. Acesso em: 22 jun. de 2012.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p.53-75, out. 1998.

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W; RANCO, PEDRO, P. P. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: Análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Ed.Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2004.

CASTRO, E. G. de (2005). **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ.

COSTA, A. C. G. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DIAS, M. M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**. 2004.199 f. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.

FREITAS, J. **Sustentabilidade - Direito ao Futuro**. BH: Fórum, 2012.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo, Fundação Peirópolis, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico, 2012**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de jan. de 2013.

KERBAUY, M.T.M. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 2005.p.193-203.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental - A Reapropriação Social da Natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Linhas de crédito**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258856>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação/ANPEd**. n. 5 e 6, p. 5-14, mai/dez, 1997.

PICOLOTTO, E.L. Movimentos sociais rurais no sul do Brasil: novas identidades e novas dinâmicas. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 60-77, jul.-dez. 2007.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Educação do campo: campo, políticas públicas, educação**; nº 07, Brasília: Inca; MDA, 2008.

SANTOS, C. L.; LORETO, M. D. S. Território e sustentabilidade: uma questão de responsabilidade? **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v.2, n.2.,p.157-183,dez/2012.

SILVA, M. K; MARQUES, P. E. M. **Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural**. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K; MARQUES, P. E. M.(Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p.09-20.

SILVA, E. R.A. de; ANDRADE, C.C.de. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla coelho de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 41-69

SPOSITO, Marília Pontes, **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

UNESCO, **Políticas públicas de/para/com juventude**. Brasília: 2005.

WANDERLEY, M.N.B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, mar.2000, (mimeografado).

ZONIN, Wilson. **Transição agroecológica: modalidades e estágios na Região Metropolitana de Curitiba**, 2007.278f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), UFPR, Curitiba.

ZOURY, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. **A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais**. BH: Autêntica, 2005.

APÊNDICE A – Modelo de Termo de Consentimento do respondente

5. CONCLUSÕES GERAIS

O objetivo principal deste estudo centrou-se na análise de um processo de construção, de interação e do alcance dos movimentos sociais rurais da Zona da Mata de Minas Gerais., examinando sua sustentabilidade e as repercussões sobre os projetos de vida dos jovens do município de Araponga - MG. Para tanto, buscou caracterizar as ações e concepções presentes nos movimentos sociais juvenis, em especial, o movimento agroecológico. Pôde-se perceber que a emergência dos movimentos sociais rurais na região concretizou-se nas últimas décadas, a partir das mudanças políticas, econômicas e sociais do meio rural, para as quais foi fundamental a formação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na Zona da Mata Mineira e a conjuntura histórica do município, que revelou a força das estratégias e iniciativas adotadas pelos próprios agricultores. Na organização e consolidação do Movimento Agroecológico, destaca-se a participação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), como importantes redes de apoio na trajetória da experiência agroecológica que orientou suas ações e a compreensão da agroecologia como uma possibilidade de uma agricultura familiar ambientalmente e economicamente sustentável e socialmente incluyente.

Ao buscar realizar uma caracterização do perfil dos jovens do movimento agroecológico, a fim de se conhecer quem são os jovens envolvidos nos movimentos sociais rurais, evidenciou-se que, em sua maioria, são jovens solteiros, rapazes e moças, na faixa etária entre 16 e 24 anos e filhos de agricultores familiares e

trabalhadores rurais com restrição de acesso a terra.. A maioria destes jovens é estudante do ensino médio da Escola Família Agrícola Puris e reside com os pais, permanecendo ligados ao seio familiar.

Ao verificar como os movimentos sociais rurais interferem nos projetos de vida dos jovens, tomando como base a realidade do movimento agroecológico de Araponga - MG, pode-se concluir que, na medida em que os jovens passaram a adotar os princípios e as ações do movimento agroecológico, seus projetos de vida não foram mais orientados exclusivamente por uma racionalidade econômica, mas foram imbricados em relações que têm raízes numa condição de vida familiar tradicional, pautada por relações de trabalho marcada pela reciprocidade que perpassa gerações. Assim, estes jovens procuram construir sua forma de ver e viver o mundo a partir de suas experiências, circunscritas em um processo contínuo de transformações pessoais, que somadas às suas trajetórias de vida, direcionam suas escolhas e decisões. Portanto, dependendo dos contextos familiares vividos e dos significados atribuídos nas redes de interação nas quais eles envolveram, os projetos de vida dos (as) jovens tornam-se orientados para a saída ou permanência no campo. A participação de jovens no movimento agroecológico de Araponga tem se fortalecido no tocante ao engajamento de um maior número de jovens. A criação de novos espaços para o debate acerca das Políticas Públicas para a Juventude Rural abre um campo de possibilidades para os (as) jovens atuarem politicamente em sua comunidade. Além disso, esse movimento tem contribuído para um maior adensamento relacional, por meio do processo de formação e de partilha de experiências entre os jovens rurais, possibilitando que muitos deles, antes com mínimas perspectivas de fixação no campo, pudessem superar as dificuldades e conquistar condições para a melhoria da qualidade de vida de sua família através do estímulo ao desenvolvimento do protagonismo e autonomia na tomada de decisão.

Outro objetivo da pesquisa foi identificar os programas e políticas públicas que os jovens e o movimento agroecológico têm acessado e como estas têm contribuído para a sustentabilidade dos movimentos sociais rurais, considerando a participação e protagonismo juvenil. Neste âmbito, foi possível identificar que os programas e políticas acessadas pelo movimento e também pelo jovem agroecológico são o Pronaf Jovem, o Pronaf Agroecologia, o Programa de Crédito Fundiário, o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária/PRONERA, o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA e o Programa de Aquisição da Merenda Escolar. Na

visão das lideranças, as políticas públicas implementadas até o presente momento pelo Movimento Agroecológico é resultado da luta dos agricultores e agricultoras, que, por meio do acesso a informações e assessoria, prestada pelo CTA e STR, conseguiram ampliar as possibilidades de permanência dos jovens no campo.

Revisitando a hipótese inicial desta pesquisa, o que se vislumbrou foi a existência de uma relação direta entre as ações do Movimento agroecológico em Araponga - MG e a formação para o protagonismo juvenil no meio rural. Assim, o conhecimento e os princípios veiculados pelo Movimento agroecológico fomentam o protagonismo da juventude rural, já que estimula o jovem a se envolver, participar e tomar decisões para melhoria das propriedades, como também fortalece as comunidades, a cultura e o desenvolvimento local, assegurando a sustentabilidade do movimento e ampliando o campo de possibilidades para que os jovens elaborem seus projetos de vida. Assim, a pesquisa corrobora com a perspectiva de que a participação dos jovens no movimento agroecológico está conseguindo romper com as dificuldades que lhes são impostas no espaço rural, tornando-os protagonistas de sua própria trajetória de vida.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
– TCLE**

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título do projeto: Sustentabilidade dos Movimentos Sociais Juvenis: Protagonismo, Participação e Projetos de Vida.

Coordenador da pesquisa (pesquisador responsável):

Nome: Maria das Dores Saraiva de Loreto

Departamento: Departamento de Pós Graduação em Economia Doméstica

tel: (31) 3899-1641

e-mail: mdora@ufv.br

Equipe de pesquisa

Nome: Edna Lopes Miranda

Departamento de Pós Graduação em Economia Doméstica

Tel: (31) 8256-0207

e-mail: edna.miranda04@hotmail.com

Você está sendo convidado (a) para participar do projeto de pesquisa acima identificado. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa encontram-se relacionadas abaixo e caso existam dúvidas, favor esclarecê-las antes da assinatura do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA (VOLUNTÁRIO)

Nome:

Data de nascimento:

Sexo:

Nacionalidade:

Estado Civil:

CPF:

RG:

Telefone:

e-mail:

Endereço:

1. **Objetivo de estudo:** Analisar o processo de construção, interações e alcances dos movimentos sociais do campo, examinando sua sustentabilidade e as repercussões sobre os projetos de vida do público juvenil do Município de Araponga - MG.

2. Local de execução: Araponga-MG

3. Nomes e números de telefones dos investigadores:

Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto - Contato: (31) 3899-1641

Mestranda: Edna Lopes Miranda - Contato (31) 8256-0207

4. Critérios de inclusão dos indivíduos: descrição da população-alvo

Este estudo será realizado com jovens rurais com idade entre 16 e 32 anos.

5. Critérios de exclusão dos indivíduos: indivíduos não aptos a participar

Não participarão da pesquisa os atores sociais que optarem por não participar, menores de dezesseis e maiores de 32 anos, ou que apresentarem qualquer incapacidade civil

6. Critérios de acompanhamento e assistência assim como responsáveis

As entrevistas serão realizadas individualmente com os sujeitos, e para participação na pesquisa solicitaremos autorização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araponga –MG e dos sujeitos da pesquisa.

7. Descrição do estudo

Trata-se de uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, cuja finalidade é analisar o processo de construção, interações e alcances dos movimentos sociais do campo, examinando sua sustentabilidade e as repercussões sobre os projetos de vida do público juvenil do Município de Araponga - MG. Desta forma, o presente estudo consiste na aplicação de entrevistas com os jovens e lideranças do movimento agroecológico, complementada com a observação não participante. Os dados serão analisados por meio da análise estatística, para expressar a natureza dos dados quantitativos e análise de conteúdo, para examinar os pontos divergentes e convergentes das falas do público a ser pesquisado.

8. Benefícios para os indivíduos

Esta pesquisa busca contribuir com o desenvolvimento teórico acerca do protagonismo dos movimentos sociais juvenis no Brasil e subsidiar outras pesquisas e políticas públicas pautadas pela visibilidade do jovem rural.

9. Riscos para os indivíduos

Essa pesquisa oferece riscos mínimos, tanto físico quanto psicológicos para os entrevistados. Também não oferecerá risco de identificação, uma vez que será proposto aos participantes a escolha de nomes fictícios, assegurando sua privacidade

10. Alternativas para o estudo

Esse estudo não possui alternativa para sua realização

11. Direito dos indivíduos de recusar-se a participar ou retirar-se do estudo

Os indivíduos possuem o direito de se recusar a participar do estudo, o que pode ser feito em qualquer fase da pesquisa.

12. Direito dos indivíduos quanto a privacidade

Na realização da pesquisa os indivíduos a serem entrevistados poderão escolher um nome fictício para preservar sua identidade, e ao mesmo tempo possibilitar que ele se reconheça no estudo. De toda forma, as gravações serão transcritas e juntamente com a mídia ficará arquivada com o pesquisador, podendo ser disponibilizada somente ao sujeito participante. O mesmo procedimento será utilizado para os questionários aplicados.

13. Publicação das informações

Os dados obtidos serão utilizados somente para fins acadêmicos. Os meios e a forma de publicação serão através de revistas e seminários, onde obedecerá ao procedimento de preservação da privacidade, acima descrito.

14. Informação financeira

A estudante pesquisadora possui bolsa de estudo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a nível de mestrado, para lhe auxiliar na execução da pesquisa.

15. Dano à saúde

Essa pesquisa não oferece dano à saúde do pesquisador e também não oferecerá danos à saúde do entrevistado.

Declaro que fui informado (a) dos objetivos do estudo “Sustentabilidade dos Movimentos Sociais Juvenis: Protagonismo, Participação e Projetos de Vida”, de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas. Estou informado de que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo, que recebi uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e em caso de dúvidas não esclarecidas de maneira adequada pelo pesquisador responsável, de discordância com procedimentos ou irregularidade de natureza ética posso buscar auxílio junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa – CEP/UFV no seguinte endereço e contatos:

Divisão de Saúde, *campus* da Universidade Federal de Viçosa-UFV
Telefone: (31) 3899-3783
e-mail: cep@ufv.br
site: www.cep.ufv.br

15. Assinaturas

Equipe:

Maria das Dores Saraiva de Loreto
(Orientadora)

Edna Lopes Miranda
(Mestranda)

Sujeito participante

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

PERFIL SÓCIO-ECONOMICO DO JOVEM						
Idade(nº anos):	Sexo: ()F ()M				() Analfabeto	
Estado Civil:	() Solteiro	Escolaridade:			() Alfabetizado	
	() Casado				() Ensino Fundamental Incompleto	
	() Divorciado				() Ensino Fundamental Completo	
	() Separado		Nº Anos Estudo:			() Ensino Médio Incompleto
	() Viúvo					() Ensino Médio Completo
	() Amasiado					() Ensino Superior Incompleto
				() Ensino Superior Completo		
Raça:	() Branca				() Pós Graduação	
	() Parda	Religião:			() Ateu	
	() Amarela				() Católico	
	() Negra				Religiões Evangélicas	
				Qual:	() Outros	
TRABALHO/OCUPAÇÃO						
Trabalha (Sim/Não): _____		Posição da Ocupação	Condição	Tipo de Ocupação (especificar)		
Caso negativo (Porque): _____						
Renda:	() menos de 1 S.M.	() Empregado	() Fixo			
	() 1 a 3 S. M	() Por conta própria	() Eventual			
	() 3 a 4 S. M.	() Empregador				
	() 5 a 10 S.M					
	() mais de 10 S.M.					
PERFIL FAMILIAR						
Tipo de Família	() Nuclear	Ciclo de Vida Familiar		() Formação		
	() Extensa			() Maturação		
	() Monoparental			() Dispersão		
	() Outro			() Ninho vazio		
Outros Membros da Família	Idade (nº anos)	Escolaridade (nº anos)	Trabalha (Sim/Não)	Ocupação (especificar)	Renda Familiar (salário mínimo)	
Tamanho da Família (Nº):			Renda per capita:			

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM JOVENS RURAIS DO MOVIMENTO SOCIAL

1ª PARTE – Questões sobre o Movimento Agroecológico

- 1- Explique, com suas próprias palavras, o que é o movimento agroecológico?
- 2- O que levou você a participar (motivação) do movimento agroecológico na região?
- 3- Há quanto tempo atua no movimento? Essa atuação tem variado ao longo do tempo?
- 4- O que sua família, escola e seus amigos acham disso?
- 5- O que você aprendeu (conhecimentos/saberes) com o movimento agroecológico?
- 6- Como que você se identifica com o movimento agroecológico?
- 7- Você acha que há diferenças entre a atuação de jovens (moças e rapazes) no movimento agroecológico? Se sim, quais?
- 8- Qual é seu papel no movimento agroecológico?
- 9- Como você vê sua participação no movimento?
- 10- O que você acha que é ser protagonista? Você se sente protagonista no movimento? E na sua vida?
- 11- Qual é a repercussão do movimento agroecológico em sua vida pessoal, na família e na sociedade?
- 12- O movimento satisfaz às suas demandas? Como?
- 13- O movimento lhe proporciona autonomia e autoconfiança? Como?
- 14- Quais são seus projetos (sonhos, ideais, planos e expectativas) para o futuro?
- 15- Na sua percepção, o movimento agroecológico tem oferecido condições para você construir seus projetos de vida? Especifique de que forma o movimento tem interferido na construção de seus projetos de vida

2ª Parte – Questões sobre Juventude Rural

- 16- Está satisfeito vivendo aqui? Na sua visão o que “ser Jovem” no meio rural?
- 17- Por que o êxodo rural juvenil tem aumentado?
- 18- Como você se sente como sujeito por fazer parte do movimento agroecológico?
- 19- Você participa de outra organização de jovens (associações, grupos, etc)?
- 20- O que você entende por sustentabilidade?
- 21- Você acredita que as políticas públicas voltadas para os jovens contribuem para a sustentabilidade do movimento e para a permanência do jovem no campo? De que forma?

APÊNDICE D – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM LIDERANÇAS DO MOVIMENTO SOCIAL

- 1- Quando e porque (principais motivações) o movimento foi estruturado?
- 2- Quais foram as ações de mobilização social para a criação do movimento?
- 3- Quais são os principais projetos e programas do movimento social, visando conhecimento, participação, responsabilização e criatividade dos jovens?
- 4- Como tem sido o funcionamento e organização do movimento? Ou seja, como é estruturada a gestão do movimento em Araponga – MG?
- 5- Quais redes de apoio (aliados) são acionadas para que movimento se concretize na região? (especifique os tipos e formas de interação)
- 6- Quais são as principais limitações e desafios do movimento? Possui adversários sociais?
- 7- Quais as estratégias adotadas em face aos problemas enfrentados?
- 8- Quais melhorias têm sido feitas no movimento?
- 9- Como o jovem é reconhecido dentro do movimento?
- 10- Qual é o seu espaço de participação?
- 11- Você acredita que o movimento interfere na construção de projetos de vida dos jovens? E na sua trajetória de vida? Explique sua resposta
- 12- A representação e práticas de participação masculinas e femininas são diferenciadas entre os jovens? Como?
- 13- Quais são as políticas públicas do governo voltadas, especificamente, para o jovem do movimento?
- 14- O movimento tem participado no agendamento de novas políticas, programas e ações Pró-jovens? Como?
- 15- Em sua opinião, dentre as políticas que o movimento tem acesso, qual delas oferece melhores condições para que o jovem se sinta protagonista de suas ações?

- 16- Você acredita que as políticas públicas voltadas para os jovens contribuem para a sustentabilidade do movimento?
- 17- Na sua visão quais são os principais alcances do movimento? O movimento tem atendido às demandas dos (as) jovens? De que forma?
- 18- Como têm sido tratadas as questões ambientais pelo movimento?Quais são as principais ações nesta área?
- 19- De que forma, o jovem tem sido inserido nos projetos de ecologização da agricultura?